

A

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**A METROPOLE E SEUS DESLOCAMENTOS
POPULACIONAIS COTIDIANOS: O CASO DO
DESLOCAMENTO PENDULAR NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS.**

DANIEL PESSINI SOBREIRA

Dissertação de Mestrado em Demografia
apresentada ao Departamento de Demografia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, sob
a orientação do Prof. Dr. José Marcos Pinto
da Cunha, este exemplar corresponde à
versão final da tese apresentada à banca em
31 de Agosto de 2007.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob

Suplente

Prof^ª. Dr^ª. Elisabete Dória Bilac

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi



**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

So12m **Sobreira, Daniel Pessini**
A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas / Daniel Pessini Sobreira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração. 2. Demografia. 3. Campinas, Região Metropolitana (SP) – População. I. Cunha, José Marcos Pinto da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

cn/ifch

Título em inglês : Daily commuting in the Campinas Metropolitan Area

Palavras – chave em inglês (Keywords): Migration

Demography

**Campinas Metropolitan Area
(SP) - Population**

Área de concentração : Demografia: mobilidade espacial da população

Titulação : Mestre em Demografia

**Banca examinadora : José Marcos Pinto da Cunha, Alberto Augusto E.
Jakob, Rosana Aparecida Baeninger**

Data da defesa : 31-08-2007

Programa de Pós-Graduação ;- Demografia

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, Mauro e Maria Aparecida, pelo amor, afeto, compreensão, e pelas horas sem sono por minha causa.

Também não posso deixar de agradecer às minhas irmãs, Erica e Daniela, por sempre estarem ao meu lado, me apoiando de todas as maneiras possíveis.

Aos meus amigos-irmãos, César, Elson, Enilton, Gabriel, Guilherme e Tássio, agradeço pela longa amizade, pelos velhos tempos de colégio, pelas aventuras e por tudo o que vivemos juntos.

Aos amigos que conquistei na UNICAMP (desde os tempos da graduação), representados pela Fabíola, pela Juliana e pelo Rafael, pessoas brilhantes, a quem eu devo muito de minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, o Prof. José Marcos, pela paciência, dedicação, compreensão e persistência.

À Prof. Rosana, pelo estímulo constante, amizade e alegria.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Demografia da UNICAMP, e pesquisadores do NEPO, pelos ensinamentos recebidos, em particular ao Alberto, pela paciente ajuda com o SAS.

À própria UNICAMP, que possibilitou a minha realização profissional.

Ao CNPq, pela bolsa concedida (e muito bem vinda).

Aos meus colegas e amigos na ENCE e no IBGE, em particular ao Tadeu, pela inestimável ajuda que me ofereceram.

Aos novos amigos que conheci no trabalho, em especial, Gil, Nair, e Ana Paula, pelo prazer que é trabalhar com vocês.

Aos meus amigos moçambicanos, Fauso, Inácio e Mahomed, pela lição de coragem diante da vida.

Às demais pessoas que não menciono nestas poucas linhas, mas que, de alguma maneira também mereciam ser citadas.

Resumo

Esta dissertação analisa a constituição dos fluxos de deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas, relacionando esse fenômeno à migração intrametropolitana, com a qual está fortemente correlacionado. Também são feitas considerações quanto às características demográficas e socioeconômicas da população que realiza essa modalidade de deslocamento de modo a evidenciar o seu caráter seletivo no que diz respeito aos grupos sociais e localizações envolvidos no contexto metropolitano. O estudo também busca operacionalizar novas perspectivas teóricas, capazes de contemplar a complexidade que o fenômeno do deslocamento pendular adquire, particularmente na sua relação com a constituição social do território metropolitano.

Abstract

The purpose of this study is to explore the structuration of commuting streams in the Campinas Metropolitan Area and its strong relation with internal migration, more specifically, the links between commuting and intrametropolitan migration. Some demographical and socioeconomical aspects of the commuters are pointed out as an evidence of selectivity of the commuting process in its relation with the social groups on a metropolitan context. The study tries as well to bring new theoretical approaches in order to deal with the social complexity that underlies the constitution of the metropolitan territory and its relationship with the daily movement of the metropolitan population.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1 – Mobilidade espacial da população: alguns paradigmas explicativos	5
2 – Espaço, urbanização e sociedade	15
3 – A Evolução dos Deslocamentos Pendulares na Região Metropolitana de Campinas no período 1980-2000	21
3.1 – Representações cartográficas dos deslocamentos pendulares: algumas implicações metodológicas	26
3.2 – Deslocamentos pendulares intra-metropolitanos e sua relação com a migração intrametropolitana.....	31
4 – As particularidades da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas	41
5 – As oportunidades estão fora do lugar? Estudo de caso de alguns fluxos de deslocamentos pendulares.....	57
5.1 – O fluxo Hortolândia – Campinas	58
5.2 – O fluxo Campinas – Hortolândia	63
5.3 – O fluxo Valinhos – Campinas	67
5.4 – O fluxo Santa Bárbara d’Oeste – Americana.....	71
Considerações finais	76
BIBLIOGRAFIA.....	81
ANEXOS.....	87

TABELAS

Tabela 1 - Deslocamentos pendulares segundo grandes destinos, Região Metropolitana de Campinas, 1980-2000.....	22
Tabela 2 - Migração Intrametropolitana, Região Metropolitana de Campinas, 1975-2000.....	32
Tabela 3 - Migração Intrametropolitana, PEA migrante intrametropolitana e proporção da PEA migrante intrametropolitana que realiza deslocamento pendular, Região Metropolitana de Campinas, 2000.....	40
Tabela 4 - População Economicamente Ativa "não pendular" segundo faixas de renda (total de rendimentos brutos), Região Metropolitana de Campinas, 2000.....	45
Tabela 5 - População Economicamente Ativa "pendular" segundo faixas de renda (total de rendimentos brutos), Região Metropolitana de Campinas, 2000	46
Tabela 6 - População Economicamente Ativa com movimento pendular segundo tempo de residência no município, Região Metropolitana de Campinas, 2000	48
Tabela 7 - População Economicamente Ativa "não pendular" e "pendular" segundo condição de ocupação de ocupação do domicílio e município de residência, Região Metropolitana de Campinas, 2000.....	50
Tabela 8 - População Economicamente Ativa segundo duração da viagem e município de moradia, Região Metropolitana de Campinas, 2003	53
Tabela 9 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Campinas, segundo setor de atividade, Hortolândia, 2000	59
Tabela 10 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo posição na ocupação, Hortolândia, 2000	61
Tabela 11 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo anos de estudo, Hortolândia, 2000.....	61

Tabela 12 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo faixas de rendimento bruto (em salários mínimos), Hortolândia, 2000	62
Tabela 13 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Hortolândia, Campinas, 2000	65
Tabela 14 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Hortolândia, Campinas, 2000.....	65
Tabela 15 - População Economicamente Ativa "não pendular" e "pendular" com destino em Hortolândia, segundo anos de estudo, Campinas, 2000.....	66
Tabela 16 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pedular" com destino em Hortolândia, segundo faixas de rendimento bruto (em salários mínimos), Campinas, 2000	66
Tabela 17 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Campinas, segundo setor de atividade, Valinhos, 2000.....	68
Tabela 18 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pedular" com destino em Campinas, segundo posição na ocupação, Valinhos, 2000.....	69
Tabela 19 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo anos de estudo, Valinhos, 2000.....	69
Tabela 20 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo faixas de rendimento bruto (em salários mínimos), Valinhos, 2000.....	70
Tabela 21 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Americana, segundo setor de atividade, Santa Bárbara d'Oeste, 200073	
Tabela 22 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Americana, segundo posição na ocupação, Santa Bárbara d'Oeste, 2000	74
Tabela 23 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Americana, segundo anos de estudo, Santa Bárbara d'Oeste, 2000	74

Tabela 24 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Americana, segundo faixas de rendimento bruto (em salários mínimos), Santa Bárbara d'Oeste, 2000.....	75
---	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principais destinos dos emigrantes de Campinas, 1975-2000.....	34
Gráfico 2 - Principais destinos dos emigrantes de Americana, 1975-2000.....	35
Gráfico 3 – Motivo da viagem no destino, Região Metropolitana de Campinas, 2003.....	41
Gráfico 4 – População por sexo e faixa etária, População Economicamente Ativa, Região Metropolitana de Campinas, 2000.....	43
Gráfico 5 – População economicamente ativa, quem pagou a viagem, Região Metropolitana de Campinas, 2003.....	52
Gráfico 6 – Número diário de viagens segundo município de residência, Região Metropolitana de Campinas, 2003.....	54
Gráfico 7 – Meio de transporte utilizado, segundo município de residência, RMC, 2003.....	56
Gráfico 8 – População Economicamente Ativa Ocupada “não pendular” e “pendular” com destino em Campinas, segundo sexo e faixa etária, Hortolândia, 2000.....	59
Gráfico 9 – População Economicamente Ativa Ocupada “não pendular” e “pendular” com destino em Hortolândia, Campinas, 2000.....	64
Gráfico 10 – População Economicamente Ativa “não pendular” e “pendular” com destino em Campinas, Valinhos, 2000	67
Gráfico 11 – População Economicamente Ativa “não pendular” e “pendular” com destino em Americana, Santa Bárbara d'Oeste, 2000	72

MAPAS E FIGURAS

Mapa 1 - Deslocamentos pendulares da População Economicamente Ativa Ocupada, fluxos acima de 2000 pessoas, Região Metropolitana de Campinas, 1980 e 2000.....	24
Mapa 2 – População Economicamente Ativa Pendular, todos os deslocamentos, Região Metropolitana de Campinas, 2000.....	26
Mapa 3 – População Economicamente Ativa Pendular, deslocamentos acima de 1000 pessoas, Região Metropolitana de Campinas, 2000	27
Mapa 4 – População Economicamente Ativa, deslocamentos superiores a 500 pessoas entre zonas O/D, Região Metropolitana de Campinas, 2003	28
Mapa 5 – População Economicamente Ativa, deslocamentos entre zonas O/D, volume de deslocamentos sobre o sistema rodoviário, Região Metropolitana de Campinas, 2000	30
Mapa 6 - Migração intrametropolitana, Região Metropolitana de Campinas, 1986-1991 e 1995-2000	36
Figura 1 - Imagem de Satélite, Região Metropolitana de Campinas, 2003.....	37

Introdução

A mobilidade pendular da população, definida neste estudo como o deslocamento de um indivíduo com propósito de trabalho ou estudo para outro município que não o de sua residência¹, é um fenômeno bastante comum, que ocorre cotidianamente, mas que ganha maior visibilidade nas regiões metropolitanas, dado o volume populacional que atinge. No entanto, para além de seu peso numérico, essa modalidade de deslocamento cotidiano da população pode ser considerada como um indicativo do nível de integração e complementaridade de atividades num dado território, fenômeno resultante, em última instância, da divisão social e territorial do trabalho. Por conseguinte, a mobilidade pendular desempenha um papel significativo enquanto veículo de interações sociais e, conseqüentemente, de transformação social.

Segundo o Censo Demográfico 2000, diariamente na Região Metropolitana de Campinas (RMC)², cerca de 217 mil pessoas saem de seus municípios de residência para trabalhar ou estudar em outro município. Esse movimento é realizado majoritariamente dentro da própria RMC, mas estende-se também para outros municípios do Estado de São Paulo e até mesmo para outros estados. Por trás do deslocamento de um volume tão grande de pessoas há uma série de fatores históricos, econômicos, sociais e demográficos, tais como o processo de metropolização e a decorrente integração do território metropolitano, a especialização funcional e interdependência dos municípios e a reorganização das atividades produtivas em uma nova base territorial de modo a otimizar vantagens locais (VILLAÇA, 2001). No caso da RMC, esses fatores somaram-se ao processo de redistribuição espacial da população, cuja intensidade aumentou a

¹ Esta definição foi adotada por questões operacionais, uma vez que nos Censos Demográficos (IBGE, 1980 e 2000), essa informação é captada através do quesito “local de trabalho ou estudo, código do município”. Por outro lado, na Pesquisa Origem/Destino (EMPLASA, 2003), os deslocamentos ocorridos em âmbitos menores que o limite municipal são captados, sendo entretanto que, para efeitos deste estudo, foi mantida a definição adotada no Censo Demográfico.

² A Região Metropolitana de Campinas foi criada pela Lei Complementar Estadual 870 de 19 de junho de 2000, sendo composta pelos municípios de Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariuna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d’Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

partir da década de 1980, resultando num processo de desconcentração populacional a partir dos municípios-pólo em direção aos municípios de seu entorno imediato integrando-os visceralmente na dinâmica metropolitana. Contudo, essa desconcentração populacional ocorreu num ritmo mais intenso que o da desconcentração e reorganização das atividades produtivas observado durante a década de 1990, de modo que o descompasso entre esses dois processos contribuiu para que uma parcela cada vez maior da população se deslocasse a distâncias crescentes em busca de oportunidades de trabalho e serviços específicos.

Entretanto, tendo em vista a forte heterogeneidade socioespacial existente na Região Metropolitana de Campinas, nem sempre a mudança residencial associada ao deslocamento pendular reflete uma opção racionalizada por partes das pessoas ou famílias envolvidas, sendo que, por vezes, pode representar “um custo a pagar” pelo acesso mais barato à moradia. Por conseguinte, este ir e vir diário pode representar um custo financeiro nem sempre assimilável, perda de tempo de descanso e, possivelmente, riscos para uma parcela da população que realiza deslocamento pendular. Por outro lado, como será mostrado, na metrópole também se encontram aqueles para os quais a possibilidade do movimento pendular seja uma alternativa para a busca de locais de moradia mais tranquilos e exclusivos.

Desta forma, pode-se dizer que existem vários fatores que explicariam a intensificação da pendularidade em uma grande metrópole, sendo que estes certamente variam de acordo com os grupos sociais envolvidos, suas possibilidades de escolha, bem como os recursos físicos e de infra-estrutura disponíveis.

O objetivo deste estudo, mais que mensurar e mostrar os caminhos dos deslocamentos pendulares na RMC, é examinar as diferenças entre a população que realiza este tipo de deslocamento e aquela que não realiza, com o intuito de verificar quais são as implicações dessa modalidade de deslocamento para a população que a realiza e, se o deslocamento pendular se viabiliza enquanto “estratégia” para se ter acesso a oportunidades que se encontram fora do

município de residência dessa população. Se, por um lado, o distanciamento progressivo entre o local de trabalho e o de moradia pode ser encarado como uma desvantagem, por outro lado, a possibilidade de se deslocar constitui uma vantagem para a população que se desloca, permitindo superar as limitações socioeconômicas de seu local de residência e ter acesso às oportunidades presentes apenas nas áreas mais dinâmicas do espaço metropolitano.

Vale ainda lembrar que este estudo está inserido no âmbito do projeto temático *Dinâmica Intrametropolitana e vulnerabilidade nas metrópoles do interior paulista: Campinas e Santos*, de modo que os resultados aqui apresentados poderão servir como subsídios para o aprofundamento das questões observadas por esse projeto, particularmente no que tange à mobilidade populacional. Além disso, este estudo beneficiou-se das discussões teórico-conceituais e dos resultados empíricos do projeto citado, que ajudaram a enriquecer a discussão aqui apresentada.

Com esses objetivos, esta dissertação se organiza da seguinte maneira:

O primeiro capítulo pretende construir um quadro referencial para o estudo dos deslocamentos pendulares a partir de alguns paradigmas teóricos considerados “clássicos” para a análise dos movimentos migratórios. O esforço de revisão teórica pretende de situar e distinguir os deslocamentos pendulares dentro do quadro referencial esboçado. A recuperação e reconstrução das teorias clássicas não pretende ser exaustiva e tampouco enciclopédica. Trata-se de um esforço de construção teórica do objeto deste estudo.

O segundo capítulo busca situar o tema dos deslocamentos pendulares dentro da teoria social sobre o espaço. Igualmente ao primeiro capítulo, seu objetivo é constituir um quadro referencial capaz de dar embasamento à construção do objeto de pesquisa aqui apresentado, particularmente no que tange às suas relações com a constituição do espaço urbano entendido como um construto social. Nesse sentido, completa o esforço de construção e embasamento teórico do nosso objeto de pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta alguns dados sobre a evolução e constituição dos deslocamentos pendulares no âmbito da Região Metropolitana de Campinas.

Dentre seus objetivos está uma reconstrução histórica, ainda que breve, acerca da constituição do espaço metropolitano campineiro, com destaque para o papel da migração intrametropolitana e sua relação com os deslocamentos pendulares.

O quarto capítulo busca estabelecer, em âmbito metropolitano, comparações entre a população economicamente ativa que realiza deslocamento pendular e aquela que não realiza essa modalidade de deslocamento. Desse modo, tenciona verificar em que se distinguem essas duas populações e, em que medida, o deslocamento pendular afeta a população que o realiza.

O quinto capítulo aprofunda a discussão estabelecida no capítulo anterior. A partir do estudo de caso de quatro fluxos selecionados, pretende-se demonstrar que, a despeito de algumas características em comum, o deslocamento pendular oculta profundas diferenças socioeconômicas relativas às populações que o compõem. Além disso, o debate acerca das diferenças entre a população que se desloca e aquela que trabalha em seu município de residência beneficia-se de informações mais detalhadas, particularmente em se tratando das características socioeconômicas das populações estudadas, bem como das atividades produtivas desenvolvidas por essas populações, de modo a possibilitar um reconhecimento mais preciso das diferenças entre elas tendo o deslocamento pendular enquanto corte analítico.

Por último, são apresentadas as considerações finais.

1 – Mobilidade espacial da população: alguns paradigmas explicativos

A Demografia é, dentre as ciências sociais, aquela que mais tem se preocupado em compreender as migrações, construindo sistematicamente esse fenômeno enquanto objeto de pesquisa. No entanto, dadas as particularidades desse objeto, os esforços de teorização nem sempre dão conta de sua complexidade, pois a migração articula simultaneamente as dimensões espaço, tempo, indivíduo e sociedade, tornando temerário qualquer esforço de constituição de uma teoria geral, malgrado a existência de alguns esforços nesse sentido.

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas: pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante (JANSEN, 1969. *apud* PEIXOTO, 2004, p.4)

A despeito das diversas teorias sobre as causas e efeitos da migração e, por conseguinte, dos diversos conceitos de migração envolvidos, algumas idéias básicas persistem no núcleo do conceito de migração: uma mudança no local de residência entre duas áreas geográficas distintas, que tende a ser permanente. Todavia, o objetivo aqui não é discutir o conceito de migração, mas antes distinguir o deslocamento pendular da migração enquanto modalidade de deslocamento populacional. Nesse sentido, o deslocamento pendular distingue-se da migração devido ao fato de que, a despeito de ocorrer entre duas áreas geograficamente distintas, está ausente o caráter de permanência, isto é, de mudança residencial, ou seja, trata-se de um movimento transitório que implica em um retorno ao local de origem e que ocorre com uma certa periodicidade, que, na maioria das vezes é diária. Apesar dessas particularidades, o deslocamento

pendular guarda em comum com as teorias sobre a migração o fato de estar diretamente relacionado ao território ou, dito de outra forma, à diferenciação social do território. Por isso mesmo, a revisão de alguns estudos considerados clássicos sobre as migrações poderá subsidiar uma melhor formulação acerca do deslocamento pendular e de sua relação com a migração.

Ravenstein (1885 e 1889) partiu da observação empírica de regularidades no fenômeno migratório para formular suas leis da migração. Sua formulação teórica consiste no seguinte: as migrações ocorrem majoritariamente a curtas distâncias, sendo que os fluxos migratórios são direcionados para regiões economicamente dinâmicas; cada fluxo migratório apresenta um contra-fluxo com sentido oposto; os fluxos migratórios de longa distância possuem sentido rumo aos grandes centros econômicos; a população rural tende a migrar mais que a população urbana; os centros urbanos em crescimento acelerado tendem a atrair primeiro a população das regiões de seu entorno; e, curiosamente, as mulheres migram mais que os homens. Essa “Teoria Geral” proposta por Ravenstein, apesar de suas limitações históricas (lembremo-nos que foi formulada durante o processo de industrialização inglês, com dados da primeira metade do século XIX), traz em seu bojo toda a temática posteriormente desenvolvida nos estudos sobre a migração: as tipologias e modalidades de migração e os condicionantes estruturais e individuais do fenômeno migratório, ou seja, os dois principais paradigmas explicativos das teorias sobre a migração. Entretanto, em seu texto sobressai o elemento individual, sendo que os elementos estruturais (históricos) são entendidos como “variáveis intervenientes” no processo decisório do migrante.

Posteriormente, essas proposições são desenvolvidas por Lee (1980) em sua teorização sobre os fatores positivos e negativos nas áreas de origem e destino da migração, que acabam por se constituir enquanto “fatores de expulsão” e “fatores de atração”, os quais motivam uma decisão racionalmente justificada do migrante. No entanto, a contribuição mais importante de Lee está na idéia de seletividade do processo migratório, causada pela ação dos “obstáculos intervenientes” que interferem nos fluxos migratórios selecionando os migrantes a partir de suas características socioeconômicas individuais, produzindo assim, uma

diferenciação social nos fluxos migratórios de acordo com suas origens, destinos e composição populacional. Novamente, a despeito do desenvolvimento da idéia de fatores de atração e de expulsão, e da seletividade migratória, que poderiam ser entendidos enquanto fatores estruturantes de um processo mais amplo de mudança social, o elemento explicativo básico das migrações é dado pelo próprio migrante e suas motivações pessoais.

No contexto brasileiro, Singer (1973) e Balán (1973) avaliam os fatores que estão na gênese da diferenciação socioterritorial e sua relação com as migrações, ou seja, a relação entre o processo de industrialização capitalista e a urbanização decorrente e sua relação com as migrações. Para o primeiro autor, a concentração de atividades econômicas nas áreas urbanas em prejuízo das áreas rurais exerceu uma atração sobre os excedentes populacionais do campo, que acabavam por se deslocar para a cidade, sendo parcialmente absorvidos pela crescente demanda por mão-de-obra industrial, ou constituindo um exército de reserva marginalizado nas periferias dos centros urbanos. Para o segundo autor, o capitalismo em formação motivou a intensificação dos deslocamentos populacionais, pois foi assim que se constituiu a mão-de-obra livre *ocupacional e geograficamente móvel* de que necessita o modo de produção capitalista, acabando por refletir, desse modo, um processo de mudança de estruturas sociais. Para ambos, essas transformações acabariam por motivar uma configuração de fluxos migratórios de longa distância, a partir as áreas economicamente mais atrasadas em direção às áreas economicamente mais dinâmicas.

Nota-se, claramente, tanto nas proposições de Singer quanto nas de Balán que são as condições objetivas, ou seja, os elementos históricos, econômicos e sociais, os principais determinantes do fenômeno migratório, subsumindo a esfera da ação individual. Ainda que o elemento individual não esteja totalmente ausente na formulação de Singer, este está enquadrado pelo processo mais amplo de mudança social – que é a questão principal em seu estudo – ou seja, o processo de êxodo rural e conseqüente crescimento populacional dos centros urbanos enquanto etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro. Por conseguinte,

distinguem-se as causas da migração dos motivos dos migrantes.

Ainda dentro do contexto histórico do processo de industrialização e urbanização no Brasil na década de 1970, Martine (1980) avalia os diferenciais socioeconômicos e demográficos a partir do “status migratório” de uma população, de modo a avaliar os efeitos da migração para a população migrante. Acaba por concluir que, no Brasil, a mobilidade espacial da população é, também, de certa forma, mobilidade social, pelo menos para aqueles a quem o autor denominou “sobreviventes”. Em seu estudo, Martine constatou uma forte correlação positiva entre o “tempo de residência” e a posição na hierarquia social e econômica ocupada pelos migrantes. Para o autor essa relação denota duas hipóteses que conduzem ao mesmo resultado: a primeira, de que os migrantes estariam se adaptando progressivamente às condições socioeconômicas de sua nova residência; a segunda, de que os migrantes menos capacitados estariam reemigrando para outras áreas. Martine acaba por dar mais crédito à segunda hipótese, ou seja, acredita que a “retenção seletiva” dos migrantes seria mais plausível para explicar a melhoria progressiva da condição social dos migrantes. Apesar do avanço metodológico e teórico que o estudo das diferenças entre migrantes e não migrantes proporcionou para o estudo das migrações, o autor estava mais preocupado com o entendimento dos processos estruturais, geradores do processo migratório, ou seja, o “processo de realocação setorial e espacial de atividades determinado pela estrutura política, administrativa e sócio-econômica vigente” (MARTINE, 1980, p. 972).

Mais recentemente, na década de 1990, Pacheco e Patarra (2000) vislumbram o esgotamento do processo descrito por Singer ao avaliarem as mudanças nas condições históricas que moldaram os fluxos migratórios no Brasil e a conseqüente mudança de configuração desses fluxos a partir da crise e reestruturação do modelo econômico até então vigente. Acabam por concluir que o padrão constituído por fluxos de longa distância, majoritariamente em direção às grandes áreas urbanas fora substituído por uma pluralidade de modalidades de deslocamentos, que compreende fluxos de curta distância e migrações de retorno.

O bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado uma menor migração em direção

às principais metrópoles, como favorecido a migração de retorno. Muito provavelmente a migração a curta distância ganhou um peso maior, dentro de padrões de mobilidade mais intra-regionais que inter-regionais. Nesse sentido, o conjunto da rede urbana teria um papel mais significativo que as grandes metrópoles, servindo como um amortecedor desses movimentos. (PACHECO; PATARRA. 2000, p. 48)

Para os autores, essa nova configuração estaria diretamente ligada à diminuição do ritmo de crescimento dos grandes centros urbanos face ao surgimento de novas áreas economicamente dinâmicas no interior do país, com conseqüente interiorização do crescimento demográfico, o que propiciou um crescimento dos municípios de pequeno e médio porte. É nesse contexto que o tema dos deslocamentos pendulares passa a ganhar algum destaque, pois, num “contexto de flexibilização das relações de trabalho”, a circulação de pessoas em busca de alguma melhoria das condições de vida, se ampliaria, entretanto, sem incorrer, necessariamente, na reprodução das formas anteriores de mobilidade social (e espacial) da população.

As informações sobre o deslocamento pendular da população vêm sendo produzidas pelo menos desde o Censo Demográfico de 1970 e, apesar de sua aferição ter sido descontinuada em 1991, foi retomada novamente no Censo Demográfico de 2000, o que permitiu uma exploração mais ampla do assunto. No entanto o tema tem aparecido apenas marginalmente em alguns estudos que, a despeito do pioneirismo ao tratá-lo, não foram consagrados especificamente ao assunto. Ainda assim, esses estudos abordam a relação próxima entre algumas modalidades migratórias e os deslocamentos pendulares, o que será posteriormente, de grande valia para a compreensão da constituição histórica dos fluxos de deslocamentos pendulares.

Um estudo pioneiro sobre o tema no Brasil é o de Hogan (1990), no qual o autor analisa o deslocamento pendular enquanto um mecanismo de produção e reprodução social em Cubatão, com destaque para a relação entre a mobilidade populacional e a incidência diferencial dos efeitos da poluição industrial na população daquele município.

A análise dos migrantes pendulares sugeriu que os milhares de empregos bem-pagos criados pela rápida industrialização foram ocupados por homens que evitaram fixarem-se em Cubatão. A

população local é numa desvantagem sócio-econômica por todos os indicadores examinados. Isto significou que era pouco mobilizável a favor de um controle ambiental. Aqueles que poderiam ter sido mobilizados negaram o problema, uma auto-defesa contra a crítica da ciência e imprensa ambientalistas. Assim, nem os residentes (que deviam ter sido os mais interessados) nem os migrantes pendulares³ (que tiveram o capital cultural e político necessário mas foram mais isolados dos efeitos da poluição) foram movidos à ação. (HOGAN, 1990, p. 188)

Para o autor, o acesso facilitado aos empregos do parque industrial de Cubatão por uma população de melhor perfil socioeconômico residente nos municípios da Baixada Santista e em São Paulo, produziu, a um só tempo, uma situação em que a população residente no local não se beneficiasse das oportunidades criadas pela industrialização, mas pelo contrário, fosse penalizada pelos problemas ambientais criados por essa industrialização. Ao mesmo tempo, a população com melhores condições socioeconômicas, composta majoritariamente pelos “migrantes pendulares” oriundos de outros municípios, não sofreu diretamente os efeitos da poluição em Cubatão e portanto, não se mobilizou para reivindicar maiores cuidados com a questão da degradação ambiental em Cubatão. Esses foram, alguns dos elementos que contribuíram para a produção social da situação de degradação ambiental extrema criada em Cubatão durante as décadas de 1970 e 1980.

Outro estudo importante é o de Cunha (1994), no qual o autor sustenta que a migração de curta distância desempenhou um papel crucial no processo de crescimento e expansão das áreas metropolitanas no Brasil. Tal conclusão surgiu a partir da constatação de que a redução do crescimento metropolitano ocorreu concomitante à redução dos fluxos migratórios interestaduais. As áreas periféricas, contudo, continuaram a crescer em ritmo acelerado em função da migração intrametropolitana, que ganhou contornos de um processo centrífugo, potencializando ainda mais o crescimento da mancha urbana, primeiramente em direção às áreas vizinhas ao município central e depois em direção às áreas mais

³ Até hoje não há uma terminologia definitiva para o deslocamento pendular. Tanto HOGAN (1992) quanto CUNHA (1994) tratavam o tema por “migrações pendulares”, todavia, este não parece ser o termo mais adequado, tendo ocorrido a mudança para mobilidade pendular. A terminologia adotada pelo IBGE para o Censo Demográfico 2000 trata de “deslocamentos pendulares” que servirá para este estudo enquanto categoria operacional. Para um aprofundamento sobre o tema, *vide* MOURA *et al* (2005).

distantes. A isto se deve o crescimento maior das áreas periféricas em detrimento das áreas centrais, de tal modo que

[...] o efeito e a relevância da migração intrametropolitana podem ser percebidos sobre várias óticas. Este fenômeno adquire uma função bastante clara e fundamental na dinâmica regional – seja esta demográfica, urbana ou sócio-econômica – a partir tanto da participação do crescimento demográfico dos municípios, quanto do impacto na redistribuição espacial da população e conseqüente desconcentração e expansão urbana, ou, em termos gerais, através do papel decisivo na configuração do espaço metropolitano. [...] a intensificação dessa mobilidade certamente foi um dos condicionantes do surgimento e/ou crescimento das formas de movimentação populacional bastante típicas de regiões com grande nível de integração, como é o caso da migração pendular. Esta não só reflete o distanciamento progressivo entre o lugar de moradia e o de trabalho, fruto da não-coincidência dos padrões de distribuição da população e da atividade econômica e social dentro da Região Metropolitana, mas também elementos ligados à forte segregação espacial da população. (CUNHA, 1994, p. 122).

No que tange especificamente aos deslocamentos pendulares, Cunha novamente verifica a forte relação existente entre estes e a migração intrametropolitana. Segundo o autor, em um terço dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo cerca de 50% dos habitantes cuja residência anterior foi o município de São Paulo continuavam trabalhando ou estudando nesse município. Esses municípios de origem dos principais fluxos de deslocamentos pendulares foram os que receberam os maiores contingentes populacionais oriundos do município de São Paulo durante a década de 1970. Cunha acredita dessa maneira, que, o deslocamento pendular pode servir como um indicador das motivações que levaram os indivíduos a migrar, ao comparar o local de destino dos deslocamentos pendulares com o local de origem dos migrantes intrametropolitanos que realizam deslocamento pendular.

Ao analisar os processos de redistribuição espacial da população no estado de São Paulo, Baeninger (2001) também aponta na direção de uma nova configuração demográfico-espacial, devido aos crescentes fluxos migratórios partindo da Região Metropolitana de São Paulo, já na década de 1970, em direção ao interior. É nesse contexto que ocorre a urbanização e industrialização das cidades médias e pequenas de algumas regiões do interior do estado, com especial destaque para aquelas que faziam fronteira com a RM paulistana, entre

as quais se destaca Campinas, onde a urbanização e a industrialização intensificaram-se, ganhando contornos de metropolização, tendência que se confirmou na década seguinte. Além disso, nos municípios que viriam a compor a Região Metropolitana de Campinas observou-se, já a partir dos anos 70, um processo similar ao da Região Metropolitana de São Paulo, com o maior crescimento dos municípios do entorno metropolitano em detrimento do município-sede, sendo que essa tendência acentuou-se durante a década de 1980, como demonstraram os maiores saldos migratórios nos municípios do entorno. A migração intrametropolitana desempenhou um papel importante nesse contexto, impulsionando a expansão metropolitana. Desse modo, o processo “centrífugo” de redistribuição populacional a partir do município-sede em direção aos demais municípios da região metropolitana descrito por Cunha (2001) também ocorreu na RM de Campinas, com intensidade crescente desde a década de 1970.

A relação entre os deslocamentos pendulares e a consolidação da Região Metropolitana de Campinas a partir da redistribuição espacial da população e das atividades econômicas é avaliada por Baeninger (2001) na passagem a seguir:

o movimento pendular constitui [...] um dos mais importantes fenômenos da região; esse tipo de movimento também se diferencia quando consideradas as características dos municípios no contexto econômico metropolitano e a inserção da população ocupada neles residente. A integração do mercado de trabalho metropolitano propicia esse fenômeno que, associado à necessidade de buscar locais de moradia mais baratos, marca o cotidiano de grande número de trabalhadores. A integração do mercado regional, a expansão da mancha urbana de todos os municípios da região, a localização das indústrias ao longo das principais rodovias (Anhangüera, Bandeirantes, Dom Pedro I, Santos Dumont, Campinas Mogi-Mirim) e nas proximidades do Aeroporto de Viracopos foram fatores que impulsionaram a formação desse espaço urbano-metropolitano e contribuíram para relativa desconcentração populacional do município sede em relação aos municípios vizinhos. (BAENINGER, 2001, p. 344)

No trecho citado evidencia-se a análise de fatores estruturais que possuem uma relação causal estreita com os deslocamentos pendulares. Ganha um peso importante a especialização funcional e a forte integração do espaço metropolitano, através da disponibilidade de uma infra-estrutura viária e de transportes adequada. Além disso, o texto chama a atenção para a dinâmica da valorização e segmentação dos espaços e expulsão da população mais pobre

para áreas menos valorizadas como um fator importante para o distanciamento entre o local de moradia e o local de trabalho.

Nesse sentido, a tese de doutoramento de Antico (2003) busca analisar os deslocamentos pendulares no interior da Região Metropolitana de São Paulo como um indicativo de desigualdades e heterogeneidades sociais presentes no interior daquela metrópole. A partir da caracterização sócio-demográfica dos diversos fluxos pendulares, feita principalmente com informações da Pesquisa Origem/Destino, a autora tenta desvendar algumas das nuances do processo de transformação e diferenciação sócio-espacial:

[...] a problematização dos deslocamentos pendulares na RMSP relaciona-se a aspectos ligados à produção social do espaço urbano, como a espacialização das atividades econômicas e dos locais de moradia, gerando a configuração de locais com funções distintas, permeados pelo acesso diferenciado à terra e pela divisão regional do trabalho metropolitano. Os movimentos pendulares estão, assim, relacionados a um processo mais amplo de ocupação, estruturação e expansão da RMSP, onde as questões relacionadas à moradia e ao emprego colocam-se como importantes dimensões de análise para o entendimento do papel e implicações desses deslocamentos diários no processo de configuração e estruturação da área metropolitana, resultando em dinamismos diferenciados. (ANTICO, 2003, pp. 17-18.)

Todos esses autores que analisaram os deslocamentos pendulares no Brasil o fizeram sempre sob uma perspectiva *estrutural*. Isto ocorre sobretudo devido às características dos dados produzidos no Brasil sobre o fenômeno, além, é claro, da filiação teórica desses autores. Os dados censitários captam apenas o município de trabalho ou estudo dos indivíduos, não havendo nenhuma pergunta sobre a motivação individual do deslocamento. No caso da outra fonte de dados sobre os deslocamentos pendulares, as pesquisas Origem/Destino, há uma maior disponibilidade de informações sobre os indivíduos que realizam deslocamento pendular, tais como suas características socioeconômicas, número e duração das viagens, custos das viagens, etc, mas também não há perguntas sobre as motivações subjetivas para a realização do deslocamento pendular, desse modo, a Pesquisa Origem/Destino traz apenas informações sobre a finalidade do deslocamento. A ausência desse tipo de informação dificulta a análise dos

deslocamentos pendulares sob a ótica de sua dimensão subjetiva, apesar de curiosamente, tanto os dados censitários quanto os das pesquisas Origem/Destino referirem-se aos indivíduos.

Os deslocamentos pendulares, assim como as migrações, são permeados por diversas dimensões explicativas, as quais se articulam sincronicamente, condicionando e dando forma ao fenômeno dos deslocamentos pendulares. Apesar dessas dimensões serem componentes do fenômeno em sua totalidade, e portanto indissociáveis para a sua compreensão, quase sempre são tratadas de forma separada – e por vezes antagônica – pelos teóricos sociais, ainda que nem sempre isso ocorra de modo intencional. Uma solução para essa dicotomia – expressa *grosso modo* pelo antagonismo entre as teorias subjetivistas e as teorias estruturalistas – seria buscar uma perspectiva teórica capaz de sintetizar essas dimensões não apenas pela sua justaposição, mas levando em conta as suas sinergias para a reconstrução da realidade social.

Dada a relação das migrações e dos deslocamentos pendulares com o espaço no qual ocorrem, talvez a síntese teórica capaz de abarcar as dimensões subjetiva e estrutural venha justamente das teorias sobre o espaço enquanto construto social.

2 – Espaço, urbanização e sociedade

Toda teoria sobre o espaço urbano traz em seu bojo uma teoria social. Analogamente, uma teoria sobre o deslocamento de pessoas no espaço (socialmente constituído) estaria diretamente ligada à concepção teórica (e social) desse espaço, seja ela qual for.

Em linhas gerais o mesmo ocorre com as teorias sobre o espaço – e as teorias sociais num sentido mais amplo – havendo aquelas que põem a sociedade como algo externo aos indivíduos, e, portanto a consideram um ente ontologicamente superior, capaz de moldar as individualidades, tolhendo parcialmente ou até mesmo totalmente a ação individual, e as teorias que colocam o indivíduo, suas ações e interações como fundantes da sociedade e da realidade social, e consequentemente constituintes do espaço físico socialmente construído.

Autores clássicos da teorização do espaço, como os da primeira geração da Escola de Chicago, por exemplo, viam o espaço urbano como resultante da organização socioeconômica vigente, mais precisamente das relações sociais e das decisões individuais (e racionais) que medeiam essas relações. O espaço urbano emerge desse modo, como o *locus* por excelência da competição e sucessão (ecologicamente entendida, tal qual para as demais espécies de seres vivos) e especialização individual. Sob esse contexto, os indivíduos buscariam maximizar os seus atributos através de sua especialização, por conseguinte, ao interagirem, mesmo que num contexto de competição, acabariam por integrar um sistema orgânico especializado e solidário. Um desses autores, McKenzie (1974), argumentava que essa especialização acabaria por repercutir na apropriação do espaço por grupos socialmente homogêneos, que moldariam esse espaço analogamente às suas características sociais e culturais, tornando-o seletivo, e por vezes pouco permeável aos demais grupos. A valorização ou desvalorização desse espaço seria dada em função de centralidades, ou seja, das áreas que capitalizam as características definidoras desse espaço, e à medida que se aumentasse a distância desses centros, essas características tenderiam a tornar-se menos evidentes e sua delimitação espacial mais imprecisa, de modo a tornar

esse espaço mais permeável a outros grupos sociais.

A teoria da forma urbana proposta por Burgess (1974) está totalmente calcada nesses pressupostos, de modo que o crescimento urbano estaria ligado a um processo de mudança social baseado fundamentalmente no incremento da competição e especialização funcional dos indivíduos, o que juntamente com o crescimento da população alavancaria um processo de centralização e descentralização, que ganharia contornos de um processo centrípeto ao realocar as funções econômicas e sociais em termos de vantagens competitivas em outras áreas do território urbano. Esse processo de redistribuição funcional, e consequentemente de população, tomaria a forma espacial (celebrizada pelo autor) de círculos concêntricos. Por conseguinte, a questão do deslocamento populacional é fundamental para o entendimento da forma urbana, pois a dinâmica territorial proposta é condicionada basicamente pelo afluxo de população e mudança residencial. Desse modo, não apenas a migração, mas também o deslocamento cotidiano da população (*commuting*) acabaria por se tornar um elemento da estrutura e da cultura urbana.

A sociologia urbana da Escola de Chicago constituiu um projeto teórico único, na medida em que aliou ao estudo da forma urbana o estudo da cultura urbana. Desse modo, a cidade era vista também enquanto elemento moral e disciplinador, ou seja, capaz de alterar as práticas sociais.

Entretanto, Castells (1983) formulou uma crítica contundente à ecologia humana da Escola de Chicago ao afirmar que esta, ao naturalizar a especialização de funções na sua relação com o crescimento demográfico e com o aumento da competição, constituía-se enquanto ideologia, pois ignorava os fatores históricos que estavam na gênese da cidade, como o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção impregnadas por relações de poder. Para ele “toda evolução da dimensão e da diferenciação de um grupo social é o produto e expressão de uma estrutura social e de suas leis de transformação”(CASTELLS, 1983, p.109). Em sua teoria sobre o espaço urbano, Castells parte da idéia de que este seria uma projeção da sociedade no espaço físico. No entanto, supera essa afirmação, evitando assim cair na idéia do espaço enquanto *tabula rasa*, ao

afirmar que este se trata, na verdade, de um produto material em relação com outros produtos materiais, produzidos a partir de relações sociais historicamente determinadas e, portanto, dinâmicas.

Para esse autor, um dos principais elementos da estrutura urbana – aquele que nos interessa neste estudo – é a circulação, seja ela de mercadorias, informações, mas principalmente de pessoas. Segundo sua argumentação, esse elemento é decisivo para o crescimento urbano, sendo o seu entendimento revelador das relações entre os elementos da estrutura urbana, a saber: produção (trabalho), reprodução (moradia) e consumo. Segundo ele, uma região metropolitana é um agrupamento urbano no qual a distribuição das atividades depende pouco de fatores geográficos, estando condicionada principalmente pela facilidade de comunicação interna, que adquire um papel preponderante na determinação do sistema de relações funcionais e sociais, anulando a distinção rural e urbana, trazendo para o primeiro plano a conjuntura histórica das relações sociais que constituem a base da dinâmica espaço/sociedade. (CASTELLS, 1983.)

Este foi o ponto de partida de Villaça (2001), para forjar o termo *espaço intra-urbano* como uma distinção etimológica e conceitual contra o uso que o autor considera errôneo do termo *espaço urbano*. Segundo ele, o termo *espaço urbano*, tal qual tem sido utilizado, refere-se a processos socioeconômicos circunscritos ao âmbito regional. O *espaço urbano* seria um dos principais fatores estruturantes dos processos regionais, mas não a sua dimensão analítica básica. Desse modo, o erro consistiria em tomar por urbano um território cuja lógica de estruturação vai além dessa dimensão. Para Villaça, a distinção básica entre o *espaço intra-urbano* e o *espaço regional* é que o primeiro estrutura-se em termos do deslocamento de pessoas, ao passo que o *espaço regional* estrutura-se principalmente em termos de comunicação (fluxos de informações, de capital, de energia, etc.).

O termo *espaço intra-urbano* refere-se a um *espaço* socialmente construído, dentro do qual o que importa são as *localizações*, em oposição aos *locais*. Por *localização* Villaça entende um ponto nesse *espaço*, no qual se encontra disponível uma rede de infra-estrutura urbana articulada com as possibilidades de manutenção dos fluxos (de pessoas) que cruzam o *espaço intra-*

urbano de um ponto a outro de modo a proporcionar uma otimização na alocação do tempo dos deslocamentos dentro desse espaço. A *localização*, assim proposta, distingue-se em relação às demais localizações devido à sua posição relativa dentro do *espaço intra-urbano*, valorizando-se ou desvalorizando-se em função das conexões que estabelece entre os diversos fluxos e com as redes de infraestrutura urbana.

As proposições de Villaça guardam grande semelhança com a formulação teórica do *espaço social* proposta por Pierre Bourdieu, podendo ser reinscrita dentro do quadro referencial proposto pelo autor francês. Para Bourdieu, antes do estudo dos objetos em si e por si mesmos (um estudo substancialista, como diz), o que importa é o estudo de suas relações com outros objetos historicamente situados num mesmo momento. É assim que ele busca avaliar a relação entre as posições sociais, as disposições socialmente condicionadas e as escolhas que os agentes fazem num dado campo social.

os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um *espaço social* (ou melhor, com campos) e também as coisas na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa em relação a outros lugares [...] e pela distância que o separa deles. Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais. (BOURDIEU, 1997, p. 160).

Praticamente todos os elementos propostos por Villaça encontram-se na formulação de Bourdieu: a *localização* (posição, para Bourdieu) num espaço cujas características são determinadas justamente por sua posição relativa às outras localizações; os *fluxos* estruturantes do espaço, que em Bourdieu encontram-se expressos pela interação entre os agentes que nele atuam. Essa apropriação de posições no espaço social seria atribuída em termos do *quantum* das diversas formas de capital disponíveis pelos agentes sociais (capital cultural, capital simbólico, capital social, capital econômico, etc.). Esse *quantum* de capital conferiria aos agentes “competências legítimas” em termos de apropriação e uso do espaço em relação aos demais agentes sociais. Essas competências legítimas se traduziriam, por fim, na hegemonia exercida por alguns agentes ou grupos

sociais sobre determinadas posições no espaço, visando em última instância, a sua manutenção, ou seja, trata-se de uma estratégia de reprodução social.

Destarte, o espaço social se traduziria no espaço urbano, pois

o espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado. (BOURDIEU, 1997, p.161).

Em suma, Bourdieu propõe que se faça uma *topologia social*, que perpassa várias dimensões da sociedade, incluindo o espaço socialmente construído, que é entendido como uma dimensão-síntese da sociedade. Essa perspectiva permite superar o que ele nomeia de “falsas contradições” das teorias sociais, pois conjuga a um só tempo a dimensão estrutural da sociedade, ou seja, dos fenômenos sociais que se sobrepõem aos indivíduos, e a dimensão subjetiva ou individual, que compreende o mundo das interações entre sujeitos e de suas escolhas enquanto agentes sociais. A noção de *habitus* é decorrente da relação entre a posição no espaço social ocupada pelo indivíduo e o *quantum* de capital de que este dispõe, de modo a gerar uma internalização de disposições e práticas sociais que acaba por constituir uma “matriz de percepções”, de apreciações e de ações. Por conseguinte, emerge daí a noção de *estratégia*, que seria a ação resultante de um *habitus* determinado, cujo propósito seria a manutenção, reprodução ou melhoria da posição de um agente dentro de um campo determinado. Poder-se-ia dizer que uma dessas estratégias seria a mobilidade pendular, possibilitada não apenas pela integração física dos espaços metropolitanos, mas também pela integração social e econômica permitida por uma aglomeração desta natureza.

Desse modo, a partir do quadro referencial anteriormente delineado, pretende-se afirmar que a mobilidade pendular, a despeito de não ser um fenômeno isolado e autóctone e guardar relações causais com outros fenômenos sociais, tais como a migração intrametropolitana por exemplo, constitui uma

estratégia de mobilidade, não apenas espacial, mas social, permitindo à população que a realiza, superar algumas das limitações de sua posição no espaço social, materializadas em algumas de suas características sócio-demográficas e em sua localização no espaço urbano.

3 – A Evolução dos Deslocamentos Pendulares na Região Metropolitana de Campinas no período 1980-2000

Entre os Censos Demográficos de 1980 e de 2000 houve um crescimento da ordem de 160% no volume de deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de Campinas. Este fato está diretamente ligado ao processo de metropolização, que transcorreu de forma mais visível durante o mesmo período, mas que possui raízes na década anterior, tendo por base não apenas o processo de estruturação e reestruturação das atividades produtivas no território metropolitano, mas também o processo de reorganização espacial da população na região metropolitana, via migração intrametropolitana. Desse modo, estabeleceu-se um padrão de trocas populacionais, fluxos e contra-fluxos que inegavelmente possui um papel estruturador na dinâmica produtiva do espaço urbano metropolitano.

Já a partir da década de 1970, houve um processo de implantação industrial ao longo da Rodovia Anhangüera, dentro do processo de “interiorização do desenvolvimento econômico” (SEMEGHINI, 1991). Esse processo de crescimento e implantação de indústrias ao longo do sistema viário intensificou-se ao longo da década de 1980 e 1990, expandindo-se ao longo de outras rodovias que percorrem o território metropolitano, como a Rodovia Dom Pedro I, ao longo da qual se instalaram indústrias de alta tecnologia, bem como a Rodovia Milton Tavares de Lima, que, no trecho próximo de Paulínia concentra toda a indústria petroquímica associada a Refinaria de Paulínia (REPLAN). Esse processo tem desempenhado um papel importante para a intensificação da mobilidade populacional diária, ao acelerar a ocupação urbana ao longo do sistema viário e retirar do interior das cidades empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, realocando a atividade produtiva em novos pólos, e, promovendo desse modo, a constituição de novas territorialidades. Dentro desse contexto, a ocupação residencial no âmbito metropolitano também passou a se orientar por uma lógica semelhante, ou seja, as ocupações passaram a ocorrer em áreas com acesso viário facilitado, o que permite percorrer o território metropolitano com

facilidade e rapidez, de modo que a proximidade do local de trabalho teve sua importância relativizada na decisão pelo local de moradia. Desse modo, a RMC teve seu território adensado em termos populacionais pela ocupação territorial descontínua mas ao mesmo tempo articulada com o acesso aos locais de trabalho.

A Tabela 1 traz um panorama detalhado da evolução dos deslocamentos pendulares a partir dos municípios da RMC no período 1980-2000.

Tabela 1 - Deslocamentos pendulares segundo grandes destinos, Região Metropolitana de Campinas, 1980-2000

Município de Residência	Intrametropolitanos		SP		Outros		Total	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Americana	3.617	7.804	2.040	3.181	2.109	3.402	7.766	14.387
Artur Nogueira	446	2.697	298	401	305	443	1.049	3.541
Campinas	11.843	16.820	6.270	13.059	7.008	14.095	25.121	43.974
Cosmópolis	2.910	3.783	172	633	207	690	3.289	5.106
Engenheiro Coelho	...	145	...	268	...	294	...	707
Holambra	...	217	...	64	...	77	...	358
Hortolândia	...	30.487	...	1.663	...	1.827	...	33.977
Indaiatuba	2.058	3.119	821	3.046	848	3.139	3.727	9.304
Itatiba	296	749	685	1.924	743	1.966	1.724	4.639
Jaguariuna	535	1.168	163	402	175	442	873	2.012
Monte Mor	955	3.192	213	353	239	375	1.407	3.920
Nova Odessa	2.589	4.741	204	535	228	590	3.021	5.866
Paulínia	632	2.627	83	426	110	510	825	3.563
Pedreira	437	781	447	421	467	421	1.351	1.623
Santa Bárbara d'Oeste	9.549	21.889	1.571	2.977	1.628	3.104	12.748	27.970
Santo Antônio de Posse	532	967	331	336	342	342	1.205	1.645
Sumaré	13.286	32.311	1.076	2.052	1.148	2.228	15.510	36.591
Valinhos	2.781	7.647	502	1.697	539	1.747	3.822	11.091
Vinhedo	736	2.410	341	2.151	350	2.170	1.427	6.731
Total	53.202	143.554	15.217	35.589	16.446	37.862	84.865	217.005

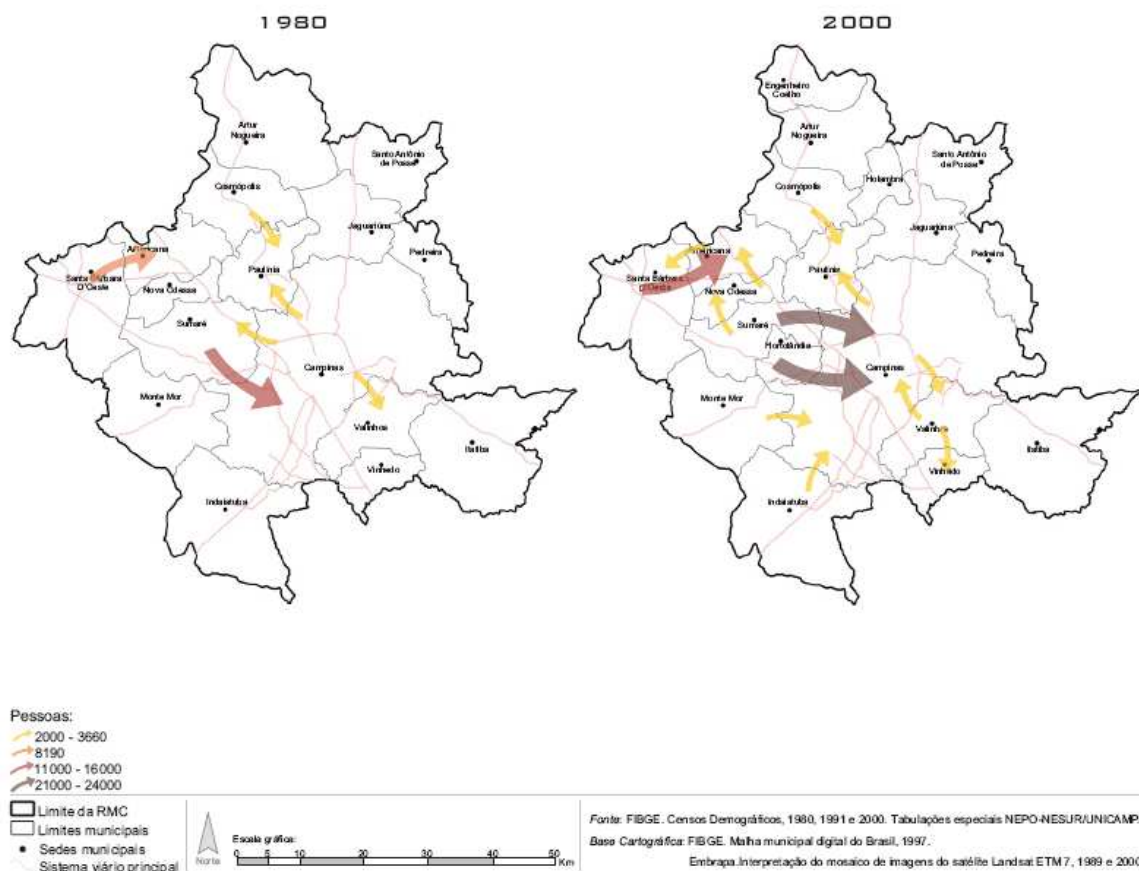
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980 e 2000. (Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP)

Como se pode notar, o maior crescimento se deu nas trocas internas à RMC que passaram de cerca de 76% dos deslocamentos em 1980, para 79% dos deslocamentos em 2000. Os deslocamentos para os demais municípios do Estado de São Paulo aumentaram em volume durante o período, mas perderam participação relativa, caindo de cerca de 22% dos deslocamentos em 1980, para cerca de 20% em 2000. Analogamente, os deslocamentos pendulares para outras localidades fora do Estado de São Paulo tiveram um aumento em números absolutos, mas também perderam participação relativa, limitando-se a cerca de 1% do total de deslocamentos. Essa situação sinaliza para um aumento da polaridade da RMC em termos de atividades produtivas, dado o aumento de sua coesão interna e capacidade de atração de população de áreas externas à RMC.

Entretanto, observando-se os fluxos de deslocamentos pendulares individualmente, nota-se uma grande heterogeneidade durante o período analisado. Considerando-se apenas os fluxos intrametropolitanos, pode-se notar que as principais correntes existentes em 1980 permaneceram e intensificaram-se em 2000, como foi o caso dos municípios de Americana, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré e Valinhos. Por outro lado, outros municípios passaram a apresentar volumes significativos⁴ de deslocamentos pendulares em 2000, como os municípios de Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia e Vinhedo. Cabe ressaltar, que o município de Sumaré teve parte de sua área desmembrada, para a criação do município de Hortolândia, que apresentava em 2000 um volume da ordem de 30 mil pessoas realizando deslocamento pendular. Se fosse considerado em conjunto com Sumaré, esse volume chegaria a 63 mil pessoas, o que demonstra o quão intenso foi o aumento desse tipo de deslocamento na região, particularmente na área compreendida por esses dois municípios.

⁴ Foram considerados os fluxos acima de 2000 pessoas.

Mapa 1 - Deslocamentos pendulares da População Economicamente Ativa Ocupada, fluxos acima de 2000 pessoas, Região Metropolitana de Campinas, 1980 e 2000



Fonte: NEPO/NESUR. Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2004.

De acordo com o Mapa 1, em 1980, Campinas e Americana eram os grandes pólos de atração dos deslocamentos pendulares para trabalho. Campinas já desempenhava o papel de principal pólo regional, resultado de um processo histórico de crescimento econômico e populacional que guarda raízes na década de 1970 e mesmo em décadas anteriores. O principal fluxo de deslocamentos pendulares com destino em Campinas era proveniente de Sumaré. Por outro lado, notam-se pequenos fluxos saindo de Campinas em direção à Paulínia, Valinhos e Sumaré, que podem estar relacionados ao processo de desconcentração industrial a partir de Campinas para esses municípios, excetuando-se Paulínia, aonde sabidamente o pólo petroquímico capitaneado pela Refinaria de Paulínia (REPLAN), exerceu um grande poder de atração de mão-de-obra, especialmente aquela de maior qualificação técnica. Ainda em 1980, Americana também já

aparecia como um sub-pólo regional, devido principalmente à pujança de seu pólo industrial têxtil e pela diversificação de seu parque industrial, ocorrida na década de 1970, de modo que atraía um grande fluxo de deslocamentos pendulares a partir de Santa Bárbara d'Oeste.

Em 2000, observa-se a consolidação e ampliação do padrão observado em 1980, ou seja, os municípios-pólo permanecem e aumentam o seu poder de atração, como demonstra o grande aumento do volume de deslocamentos pendulares. Por outro lado, nota-se também uma diversificação de deslocamentos entre os municípios da RMC, o que decorre do processo de desconcentração industrial observado já a partir de 1980, que conduziu a uma reorganização produtiva da RMC, com rebatimentos territoriais que acabaram por aumentar integração do território metropolitano.

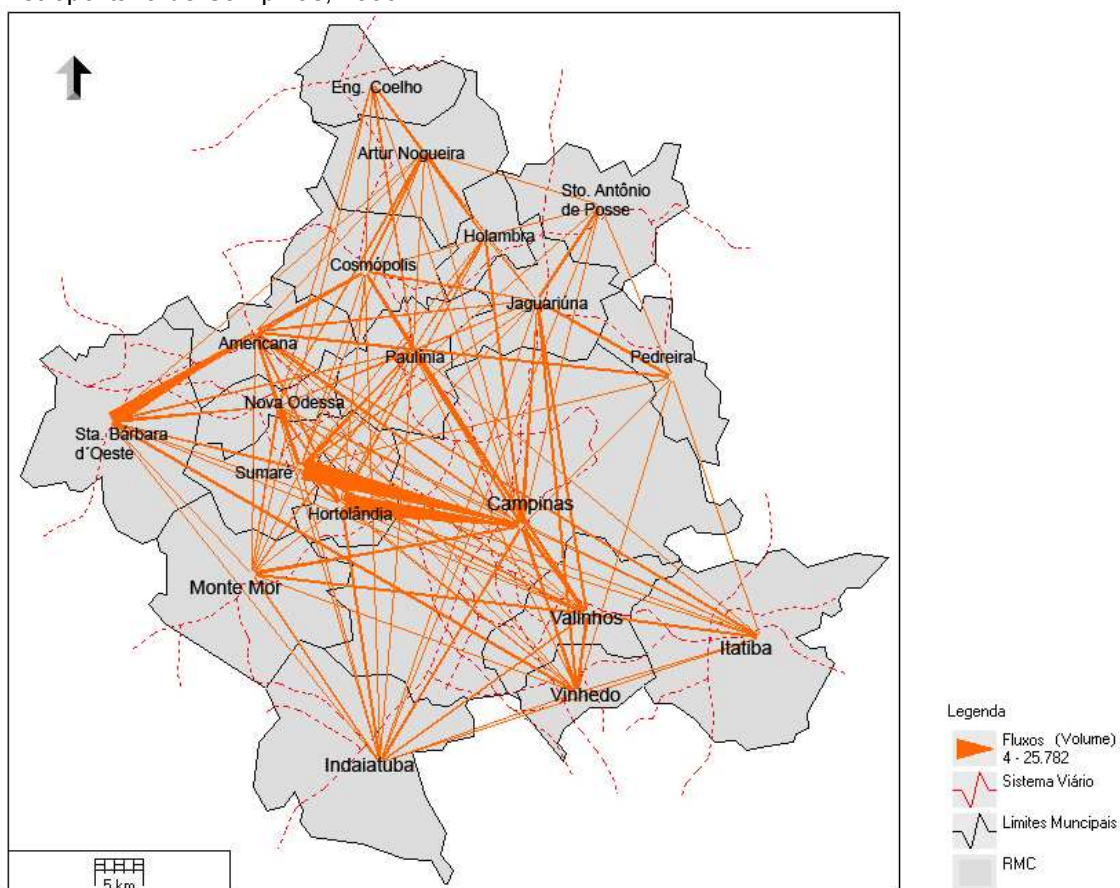
Campinas continua como o principal pólo de atração dos deslocamentos pendulares na região metropolitana, com dois grandes fluxos, um proveniente de Sumaré e outro de Hortolândia, município desmembrado de Sumaré na década de 1990. Ambos os fluxos possuem volumes superiores a 21 mil pessoas, que se deslocam diariamente para trabalhar e/ou estudar em Campinas. Também há uma série de fluxos menores em direção à Campinas, dentre os quais se destacam aqueles provenientes de Indaiatuba, Monte Mor e Valinhos, com volumes significativos, superiores a duas mil pessoas. Também permanecem os fluxos a partir de Campinas em direção à Paulínia e Valinhos, já observados desde 1980.

O município de Americana também mantém a sua condição de sub-pólo regional, tendo ampliado a sua influência a outros municípios. O fluxo de Santa Bárbara d'Oeste com destino em Americana teve seu volume aumentado para algo próximo de 20 mil pessoas, sendo que outros municípios, como Nova Odessa e mesmo Sumaré, passaram a enviar volumes significativos, da ordem de 2 mil pessoas, para trabalhar em Americana. Também é interessante notar um contra-fluxo de Americana em direção a Santa Bárbara d'Oeste, da ordem de 2 mil pessoas, que pode estar relacionado ao processo de desconcentração industrial a partir de Americana em direção a Santa Bárbara d'Oeste.

3.1 – Representações cartográficas dos deslocamentos pendulares: algumas implicações metodológicas

Uma das grandes dificuldades para a representação gráfica da informação sobre os deslocamentos pendulares (e consequentemente para a análise de seus padrões espaciais) é o grande número de origens e destinos, resultado da forte integração e elevado número de interações entre os municípios da região metropolitana. O Mapa 2 mostra, a título de exemplo, essa dificuldade, revelando a densa rede de relações entre os municípios da região metropolitana.

Mapa 2 – População Economicamente Ativa Pendular, todos os deslocamentos, Região Metropolitana de Campinas, 2000

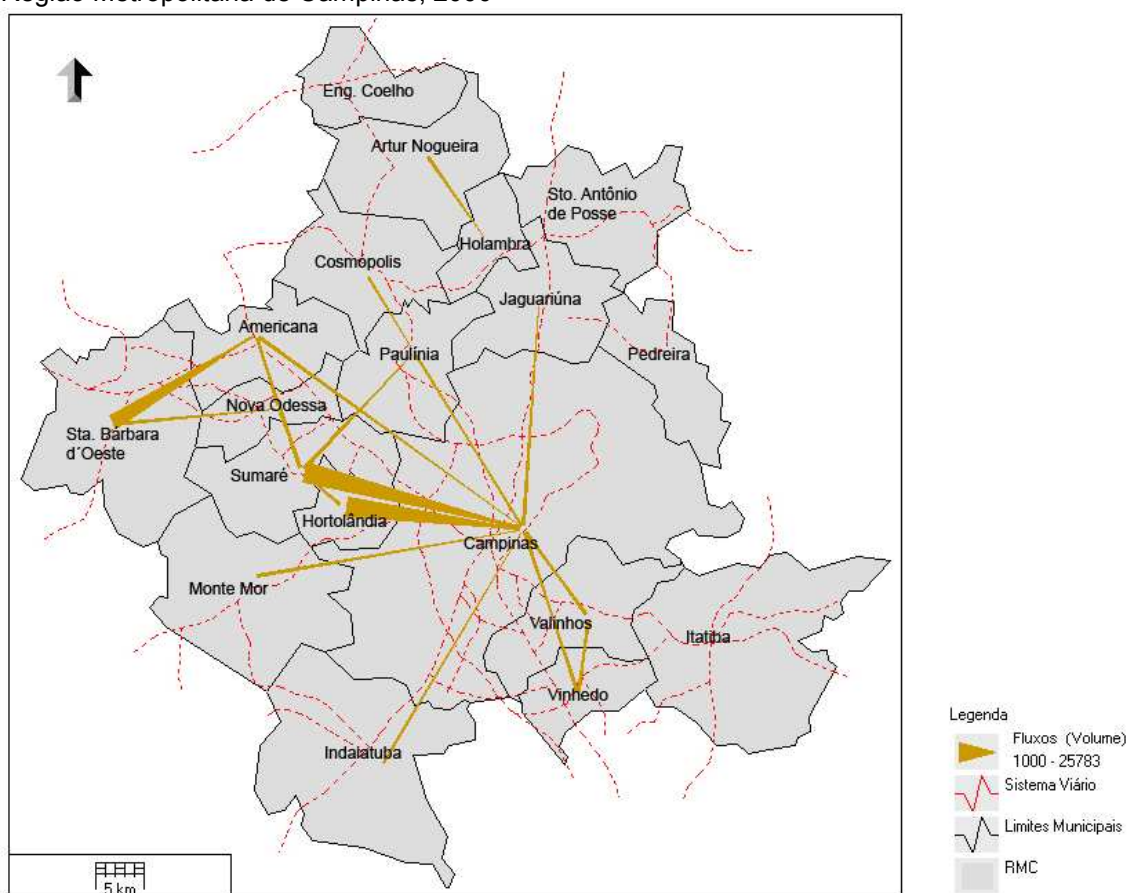


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.(Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP)

Entretanto, o resultado é um mapa “poluído” que não permite distinguir bem os padrões espaciais que o fenômeno assume, portanto, sem muito valor analítico. Serve apenas para demonstrar que praticamente todos os municípios da RMC interagem entre si.

Assim sendo, foi feito um corte analítico em termos do volume dos deslocamentos, de modo que fossem representados no mapa apenas os fluxos superiores a 1000 indivíduos. O resultado obtido permite distinguir melhor os municípios “centrais”, ou seja, aqueles que atraem os deslocamentos mais significativos em termos numéricos.

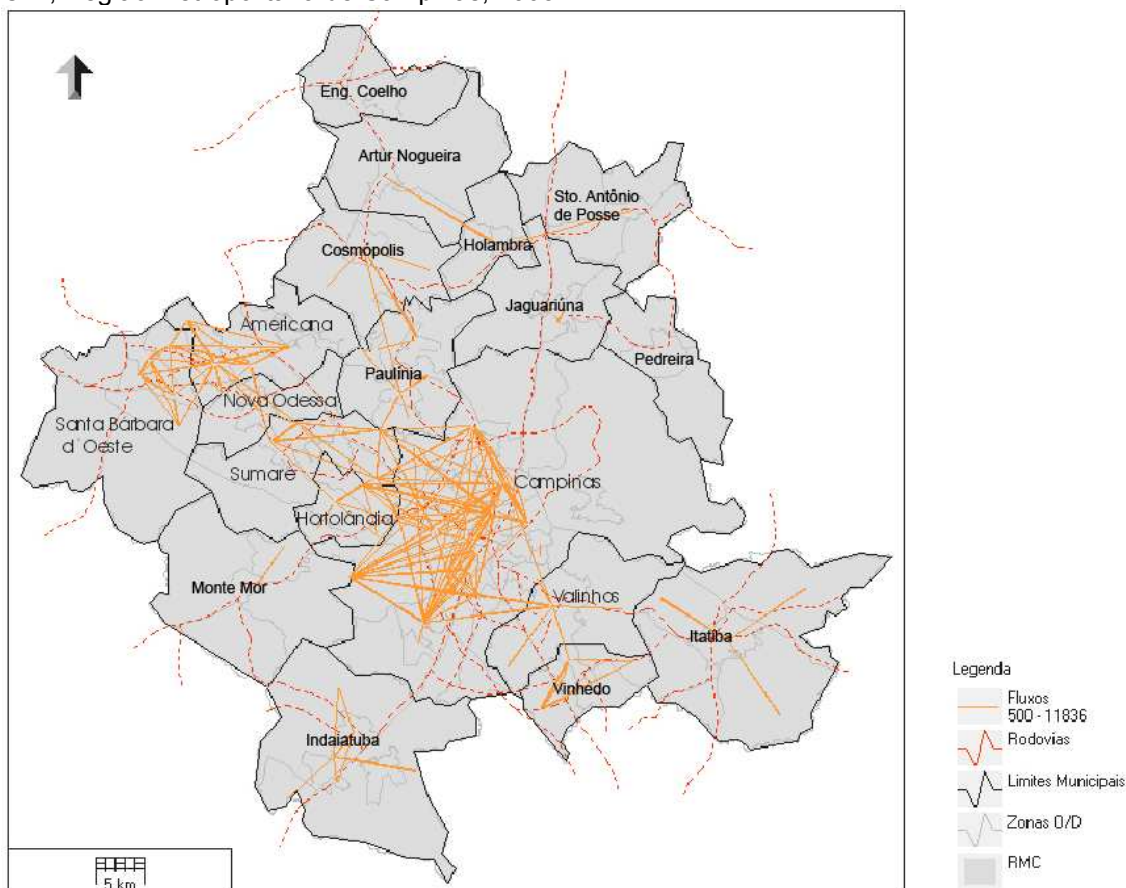
Mapa 3 – População Economicamente Ativa Pendular, deslocamentos acima de 1000 pessoas, Região Metropolitana de Campinas, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP)

Realizando-se o mesmo procedimento a partir das zonas O/D foram encontrados resultados similares (Mapa 4), porém, a sua maior desagregação espacial possibilita a observação conjunta da circulação intra e intermunicipal. Obviamente, a circulação intra-municipal não é captada pelos quesitos do Censo, além de constituir uma forma de mobilidade quotidiana não compreendida pelo conceito de deslocamento pendular adotado neste trabalho. No entanto, quando se observa a circulação intermunicipal, ou seja, os deslocamentos pendulares captados a partir da pesquisa O/D, nota-se claramente que possuem um padrão espacial idêntico ao da circulação intra-municipal. Isto é particularmente visível na divisa dos municípios de Santa Bárbara d'Oeste, Americana e Nova Odessa, tendo Americana com o pólo. Também é possível perceber o mesmo fenômeno e entre os municípios de Sumaré, Hortolândia, Campinas e Valinhos, tendo obviamente Campinas como pólo.

Mapa 4 – População Economicamente Ativa, deslocamentos superiores a 500 pessoas entre zonas O/D, Região Metropolitana de Campinas, 2003



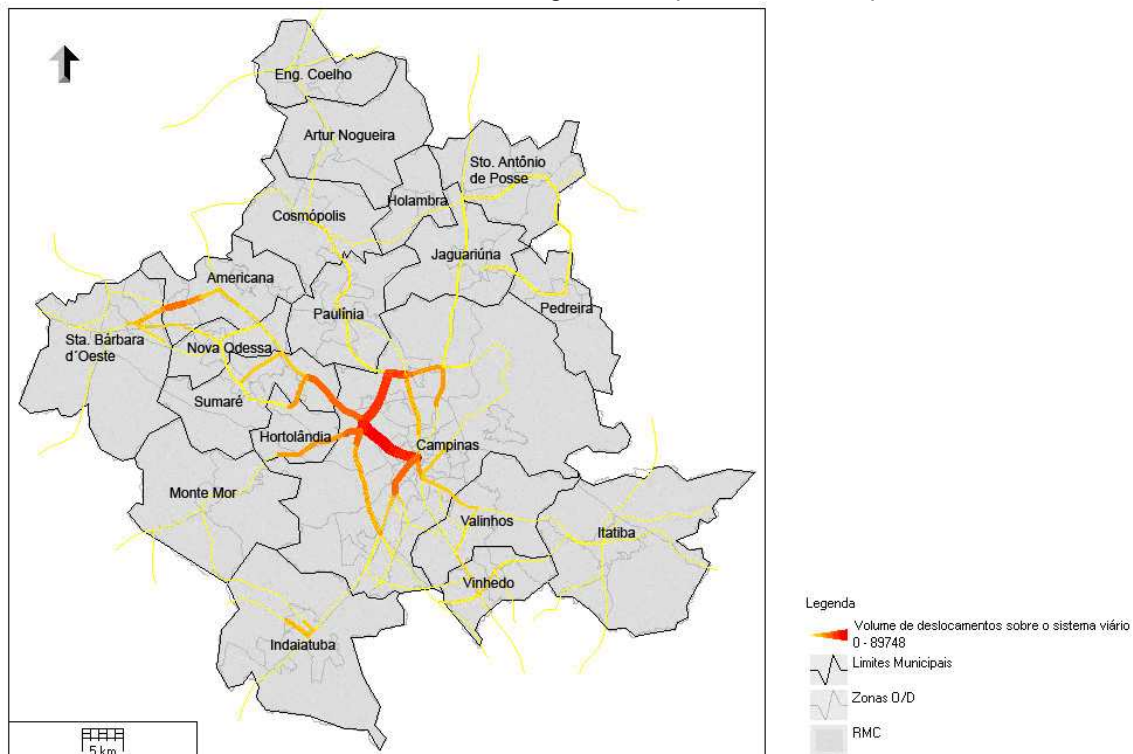
Fonte: EMPLASA, Pesquisa O/D, 2003. (Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP)

A transformação do sistema viário intermunicipal em vias intra-urbanas em função da implantação dos pólos de atividade econômica, particularmente da atividade industrial, ao longo das rodovias, é um fenômeno que vem sendo observado por alguns autores (MEYER *et al*, 2004), estando esse fenômeno, na maioria dos casos, associado à urbanização dispersa ao longo desses eixos viários. A circulação de pessoas de modo indistinto nos âmbitos intra e intermunicipal, tal qual ocorre na RMC, nos remete a esse processo. De fato, Caiado e Pires (2006) argumentam nesse sentido, quando analisam o processo de urbanização recente na RMC, demonstrando a relação entre a distribuição da atividade produtiva e dos locais de moradia na região metropolitana.

Em face dessa transformação funcional do sistema viário metropolitano em razão dos novos usos emergentes, alguns efeitos negativos, como congestionamento, poluição, acidentes, passam a afetar esse sistema com mais frequência, pondo em risco não apenas a população que o utiliza, como também aquela população que reside nas imediações dessas vias.

A forma de representação cartográfica exemplificada pelo Mapa 5 pode ser bastante útil para a compreensão desses efeitos negativos do tráfego excessivo sobre o sistema viário. Tal mapa foi obtido a partir da informação sobre origens e destinos desagregada em unidades menores que o município, ou seja, a partir das Zonas O/D. Nesse sentido, dispondo-se dessas informações desagregadas e do sistema viário, foi possível localizar os pontos do sistema aonde o volume de deslocamentos é mais intenso, e, onde seus efeitos negativos podem incidir com maior intensidade.

Mapa 5 – População Economicamente Ativa, deslocamentos entre zonas O/D, volume de deslocamentos sobre o sistema rodoviário, Região Metropolitana de Campinas, 2000



Fonte: EMPLASA, Pesquisa O/D, 2003. (Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP)

3.2 – Deslocamentos pendulares intrametropolitanos e sua relação com a migração intrametropolitana

Ainda no contexto do processo de metropolização campineiro, não se pode desconsiderar o papel crucial da migração intrametropolitana enquanto componente do crescimento populacional da região como um todo.

Durante o período 1980-2000, a Região Metropolitana de Campinas apresentou um grande aumento nos fluxos migratórios intrametropolitanos, o que acabou por se constituir num movimento de desconcentração populacional a partir dos municípios de Americana e, principalmente, Campinas. Durante esse período os municípios do entorno imediato desses dois municípios-pólo acabaram por receber parte da população desses municípios. Esse “transbordamento” da população dos municípios-pólo para os municípios de seu entorno imediato, ocorreu, sobretudo, pelo esgotamento da capacidade dos primeiros de reter a população imigrante, que ocorreu em função da elevação dos preços imobiliários locais, bem como pelo desemprego gerado pelo processo de crise econômica da década de 1980 e a conseqüente reestruturação produtiva na década de 1990.

A conseqüência foi a migração para áreas onde a habitação estivesse disponível (e acessível), ainda que em formas precárias e a despeito do afastamento do local de trabalho (ou de busca de trabalho). Essa busca por uma localização que articulasse ao mesmo tempo o acesso à moradia e a acessibilidade aos locais de trabalho acabou por encontrar em Sumaré, Hortolândia e Santa Bárbara d’Oeste, locais privilegiados nesse sentido, ainda que a qualidade de boa parte das moradias e a precariedade da infraestrutura urbana disponível (especialmente no caso dos dois primeiros municípios), fossem o preço a pagar pelo acesso à moradia.

Tabela 2 - Migração Intrametropolitana, Região Metropolitana de Campinas, 1975-2000

Município	1975-1980			1986-1991			1995-2000		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo
Americana	2.014	11.239	-9.225	1.998	11.357	-9.359	5.584	7.198	-1.614
Artur Nogueira	542	472	70	1.207	352	855	2.259	420	1.839
Campinas	6.403	22.784	-16.381	5.038	25.024	-19.986	9.220	27.700	-18.480
Cosmópolis	1.520	654	866	1.318	736	582	736	1.163	-427
Engenheiro Coelho	...	...	...	...	...	...	300	330	-30
Holambra	...	...	...	...	...	...	458	727	-269
Hortolândia	...	...	...	...	...	...	13.409	3.271	10.138
Indaiatuba	1.544	1.364	180	1.138	722	416	2.341	1.255	1.086
Itatiba	608	607	1	274	640	-366	636	578	58
Jaguariúna	1.155	1.462	-307	1.428	1.203	225	1.056	845	211
Monte Mor	1.311	854	457	2.158	989	1.169	1.169	1.777	-608
Nova Odessa	3.209	1.069	2.140	2.690	1.899	791	2.723	1.604	1.119
Paulínia	1.941	1.466	475	2.081	1.126	955	2.302	1.410	892
Pedreira	488	570	-82	280	369	-89	539	260	279
Santa Bárbara d'Oeste	7.951	1.060	6.891	8.636	1.064	7.572	4.773	4.714	59
Santo Antônio de Posse	462	433	29	452	489	-37	418	471	-53
Sumaré	16.527	2.232	14.295	20.057	3.025	17.032	10.289	7.163	3.126
Valinhos	2.924	2.430	494	2.056	2.090	-34	4.339	2.349	1.990
Vinhedo	1.036	939	97	1.075	801	274	1.299	1.854	-555

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1980, 1991 e 2000. (Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP)

A Tabela 2 demonstra claramente a tendência de municípios como Campinas e Americana a redistribuir a sua população entre os demais municípios da região metropolitana. No caso de Campinas, o município acumula desde 1980 saldos migratório negativos, no que se refere à migração intrametropolitana. Esse saldo negativo era da ordem de 16.000 pessoas para o período 1975-1980⁵, passando a quase 20.000 pessoas no período 1986-1991, tendo se reduzido posteriormente, no período 1995-2000 para aproximadamente 18.000 pessoas. No caso de Americana, o município acumulou saldos negativos da ordem de 9.000 pessoas nos períodos 1975-1980 e 1986-1991, tendo reduzido drasticamente esse valor no período 1995-2000, com um saldo negativo da ordem de 1.500 pessoas.

Nesse mesmo período, ou seja, entre 1980 e 2000, os municípios que tiveram os maiores saldos positivos foram Sumaré, com um saldo positivo da ordem de 14.000 pessoas no período 1975-1980, ampliando esse saldo para cerca de 17.000 pessoas no período 1986-1991 e sofrendo uma brusca redução do saldo no período 1995-2000, para algo em torno de 3.000 pessoas. Essa redução está conectada ao fato da criação do município de Hortolândia em 1993, desmembrado de Sumaré. No entanto, ao se observar o comportamento migratório desse novo município, fica claro que este era responsável por boa parte do saldo positivo de Sumaré, pois no período 1995-2000 teve um saldo positivo da ordem de 10.000 pessoas.

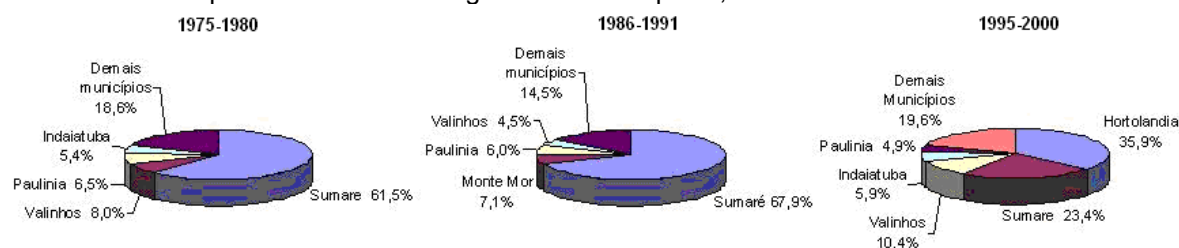
O município de Santa Bárbara d'Oeste também acumulou saldos migratórios positivos no período considerado, tendo no período 1975-1980 acumulado um saldo de cerca de 6.800 pessoas, tendo aumentado esse saldo para cerca de 7.500 pessoas no período 1986-1991. No entanto, no período seguinte, Santa Bárbara d'Oeste teve uma grande redução em seu saldo migratório, que foi próximo de zero.

⁵ Deve-se ressaltar que esse valor foi obtido a partir do cruzamento dos quesitos "município de residência anterior" e "tempo de residência no município", considerando este último menor que cinco anos. Isto foi necessário em virtude de não haver no Censo Demográfico de 1980 o quesito *data fixa* ou seja, o município de residência na data de referência do censo há cinco anos antes. Desse modo, o valor obtido através do cruzamento mencionado é uma aproximação.

Nova Odessa teve um saldo migratório positivo da ordem de 2.100 pessoas no período 1975-1980, tendo o saldo reduzido para cerca de 800 pessoas no período 1986-1991, posteriormente aumentado novamente seu saldo no período 1995-2000 para cerca de 1.100 pessoas, o que pode estar relacionado à diminuição do saldo de Santa Bárbara d'Oeste no mesmo período.

No caso de Campinas e Americana, os principais destinos dos emigrantes provenientes desses municípios foram os mesmos ao longo de todo o período considerado como demonstram os Gráficos 1 e 2 a seguir.

Gráfico 1 - Principais destinos dos emigrantes de Campinas, 1975-2000

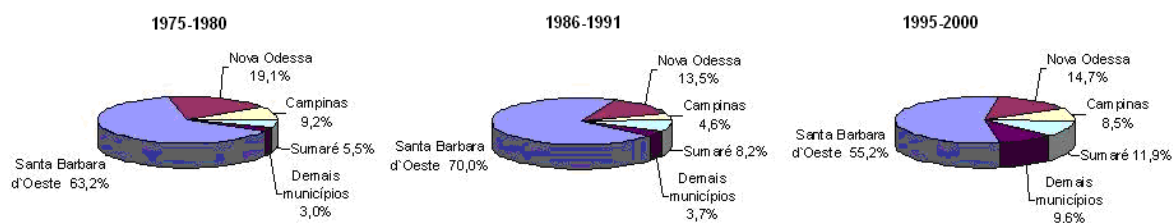


Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1980-2000. (Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP)

A emigração a partir de Campinas com destino aos outros municípios da RMC apresentou Sumaré como o principal destino nos períodos 1975-1980 e 1986-1991, sendo que no período 1995-2000, Hortolândia desponta como o principal destino. Entretanto, como é sabido, o município de Hortolândia foi desmembrado de Sumaré, de modo que se tomados em conjunto, esses dois municípios continuam a responderem no período por aproximadamente 60% dos emigrantes de Campinas.

No caso de Americana, ocorre uma situação análoga à de Campinas, como fica demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Principais destinos dos emigrantes de Americana, 1975-2000

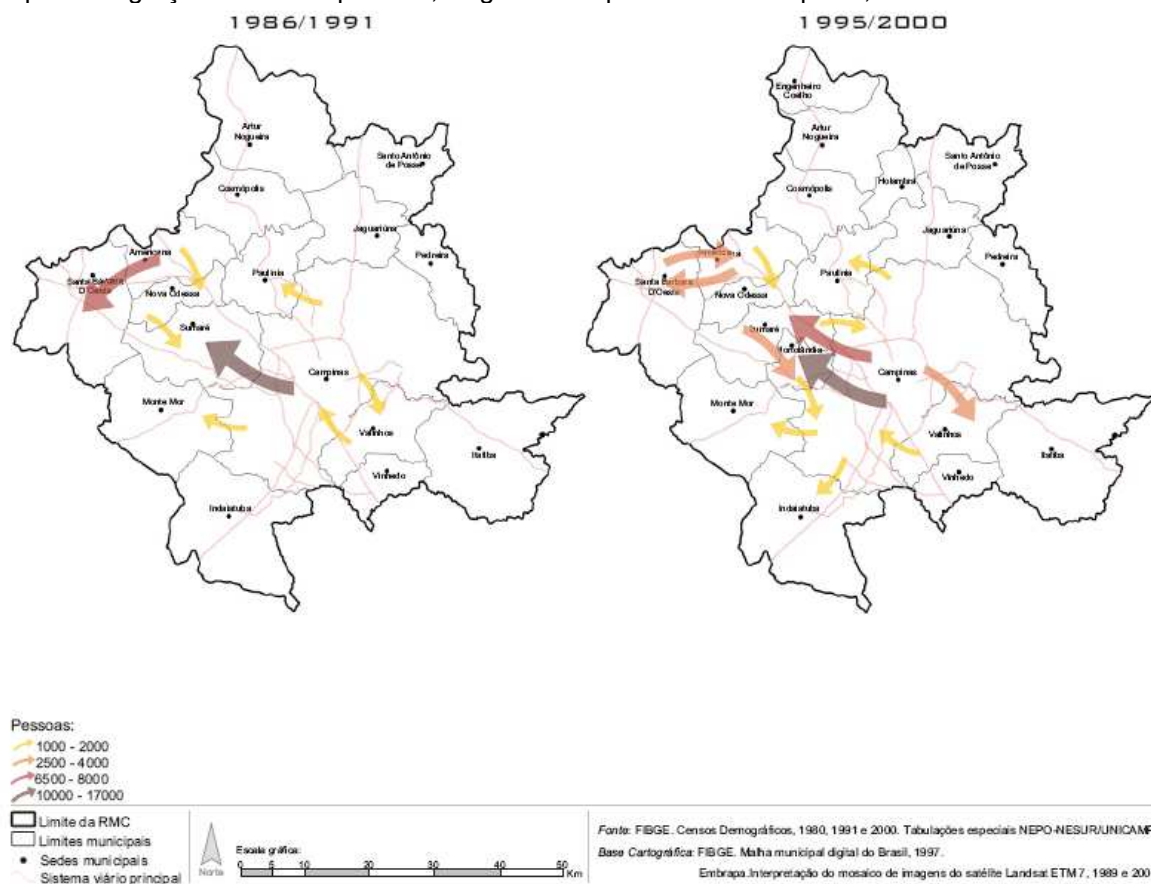


Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1980-2000 (Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP)

Ao longo do período considerado, Santa Bárbara d'Oeste foi o principal receptor dos emigrantes de Americana, chegando a responder por cerca de 70% destes no período 1986-1991. O município de Nova Odessa aparece como o segundo maior receptor, recebendo cerca de 19% dos emigrantes no período 1975-1980, 14% no período 1986-1991 e cerca de 15% no período 1995-2000.

O Mapa 6 ilustra os principais movimentos migratórios intrametropolitanos ocorrido no período 1986-2000 e ajuda a perceber que os deslocamentos pendulares surgem como contrafluxos desses movimentos migratórios.

Mapa 6 - Migração intrametropolitana, Região Metropolitana de Campinas, 1986-1991 e 1995-2000

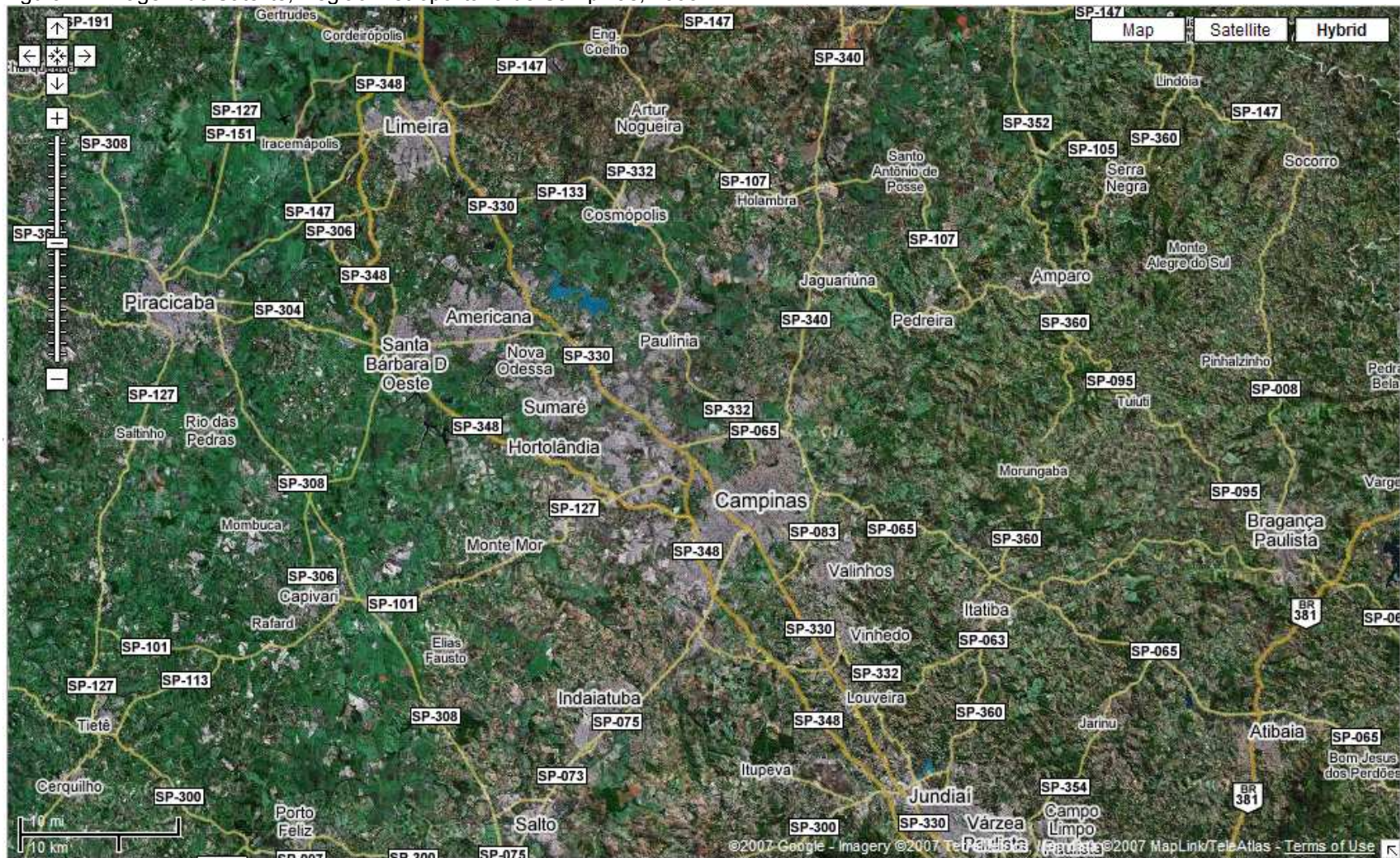


Fonte: NEPO/NESUR. Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2004

Além disso, nota-se que os municípios que tiveram os maiores saldos migratórios positivos nesse período foram aqueles que se encontravam mais próximos de Campinas e Americana, estavam fortemente conectados entre si pelo sistema viário e parcialmente conurbados ou em franco processo de conurbação com os seus respectivos municípios-pólo, como foi o caso de Sumaré e Hortolândia, que se constituíram enquanto cidades-dormitório de Campinas, tendo o mesmo acontecido com Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa em relação à Americana.

A Figura 3 evidencia a extensa mancha de conurbação ao longo do eixo da Rodovia Anhangüera, indo de Vinhedo a Sumaré e estendendo-se também até Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia e Monte Mor. Essa mancha segue ao longo do eixo representado pela Rodovia Anhangüera, desde Americana, ligando todos os municípios percorridos por essa rodovia.

Figura 1 - Imagem de Satélite, Região Metropolitana de Campinas, 2003



Fonte: Google Maps. Capturado em <http://maps.google.com/>

Analisando-se mais detidamente os migrantes intrametropolitanos⁶ pode-se perceber não apenas que uma grande proporção destes realiza deslocamento pendular, como também parecem ter uma tendência a manter seus vínculos com os lugares de residência anterior, ao menos no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades de trabalho ou estudo. Esta situação parece sugerir que a migração ocorreu em função de busca por moradias ou por melhores condições de vida, o que pode incluir facilidade de acesso a serviços e de deslocamento para o trabalho, de modo que todos esses fatores possuem peso não apenas na decisão de migrar para também na escolha do local para onde migrar.

Como mostra a Tabela 3, a proporção da PEA migrante intrametropolitana que realiza mobilidade pendular tende a ser maior que a PEA como um todo. Assim, enquanto em municípios tipicamente dormitórios como Hortolândia, 38% de sua PEA realiza suas atividades fora do município de residência, quando computados apenas aqueles economicamente ativos que ao mesmo tempo são migrantes intrametropolitanos este percentual passa para 48,8%. O mesmo pode ser dito com relação à Sumaré onde, em 2000, mais de 50% dos migrantes intrametropolitanos faziam movimento pendular; também chama a atenção Valinhos, que sabidamente abriga uma população de mais alta renda, mas mantém características de município pendular: ali também um elevado percentual daqueles que migraram de outro município da região (mais de 48%) fazem movimentos diários. Isso mostra, mais uma vez, que este tipo de deslocamento não está associado necessariamente à condição social do indivíduo, mas sim às

⁶ É importante nesse ponto explicitar as definições utilizadas para a caracterização dos migrantes nesse estudo. Tendo em vista que a informação em nível municipal sobre migração é coletada, no Censo Demográfico 2000, a partir da pergunta sobre o município de residência cinco anos antes do recenseamento, não resta alternativa que definir o migrante como “aquela pessoa que, em 1995, morava em um município distinto daquele onde foi entrevistado”. Desta forma, dependendo da localização do município poder-se-ia classificá-lo como “intrametropolitano” (residência em 1995 na própria RMC), intra-estadual (residência em outra área do Estado de São Paulo) e interestadual, no caso em que o indivíduo vivesse, em 1995, fora do Estado de São Paulo. Embora se saiba que este tipo de informação subestima a mobilidade intrametropolitana, ao não contabilizar indivíduos que, dentro do período de cinco anos, realizaram um movimento deste tipo, e limite o alcance temporal da migração, pode-se considerar que ela é capaz de mostrar as principais tendências do fenômeno em questão.

relações que os municípios e seus habitantes possuem com a região e, em especial, com os seu pólos (ou sub-pólos) econômico, cultural, político etc.

As relações metropolitanas reveladas pela intensidade da mobilidade pendular, particularmente nos municípios dormitórios também se apresentam quando se avalia este fenômeno em termos do município de residência anterior dos migrantes. De fato, percebe-se que, na RMC, uma proporção significativa dos migrantes intrametropolitanos (cerca de 30%) continua exercendo suas atividades nas áreas onde residiam. No entanto, novamente no caso de alguns municípios caracteristicamente dormitórios como Hortolândia, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste e Valinhos⁷, este percentual chega a quase metade deste migrantes, fato que apenas comprova que, em boa medida, a mudança dentro da RMC dá-se mais por questões habitacionais.

⁷ Apesar de localizado na porção mais “nobre” e ter um perfil populacional de população de maior poder aquisitivo, não deixa de apresentar características de uma área dormitório, muito em função de sua “especialização” em condomínios fechados. Para maiores detalhes sobre o caso de Valinhos ver MIGLIORANZA, 2005.

Tabela 3 - Migração Intrametropolitana, PEA migrante intrametropolitana e proporção da PEA migrante intrametropolitana que realiza deslocamento pendular, Região Metropolitana de Campinas, 2000

Município de residência atual	Volume da Migração Intrametropolitana		Volume da PEA migrante intrametropolitana com mobilidade pendular	Migrantes intrametropolitanos que trabalhavam ou estudavam		
	Total	PEA		Fora do município de residência atual	No município de residência 5 anos antes	Em Campinas e lá morava 5 anos antes
Americana	4.923	3.440	648	18,8%	12,7%	2,4%
Artur Nogueira	2.011	1.204	453	37,6%	27,3%	5,5%
Campinas	8.286	5.240	760	14,5%	11,8%	0,0%
Cosmópolis	719	462	161	34,8%	25,3%	8,2%
Engenheiro Coelho	275	150	8	5,3%	5,3%	0,0%
Holambra	404	259	62	23,9%	22,4%	6,6%
Hortolândia	11.974	8.214	4.007	48,8%	37,6%	32,3%
Indaiatuba	2.116	1.475	213	14,4%	13,2%	13,1%
Itatiba	602	375	44	11,7%	13,6%	6,1%
Jaguariuna	993	680	148	21,8%	19,9%	12,1%
Monte Mor	1.627	1.049	372	35,5%	23,1%	19,9%
Nova Odessa	2.429	1.536	621	40,4%	26,6%	2,1%
Paulínia	2.074	1.312	511	38,9%	35,1%	29,4%
Pedreira	450	302	64	21,2%	20,9%	16,9%
Santa Bárbara d'Oeste	4.274	2.865	1.411	49,2%	44,9%	0,0%
Santo Antônio de Posse	338	197	52	26,4%	22,3%	6,6%
Sumaré	9.089	6.118	3.083	50,4%	41,2%	31,8%
Valinhos	3.878	2.420	1.104	45,6%	48,1%	31,0%
Vinhedo	1.174	720	137	19,0%	19,6%	8,6%
Total	57.637	38.018	13.859	36,5%	29,9%	17,4%

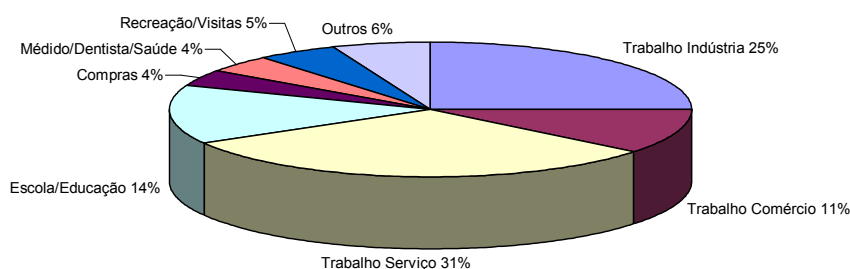
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

4 – As particularidades da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas

A informação sobre o deslocamento pendular no Censo Demográfico de 2000 não permite distinguir com exatidão a finalidade do deslocamento, ou seja, indica apenas o município de trabalho ou estudo do respondente. No entanto, considerando-se a proporção da PEA dos municípios que o deslocamento pendular atinge, os resultados de outros estudos (ANTICO, 2003 e CUNHA, 1994), assim como os dados da Pesquisa O/D de 2003 para a RMC, sabe-se que parcela importante dos deslocamentos diários, se dá por motivos de trabalho ou busca de alguma atividade econômica.

A Pesquisa O/D permite uma desagregação dos motivos da viagem, de modo que se pode ter uma idéia mais precisa das motivações para o deslocamento pendular. Ainda assim, os deslocamentos por motivo de trabalho são preponderantes, em torno de 67% do total de deslocamentos, sendo que o deslocamento por motivo de educação é o segundo maior, com 14% dos deslocamentos. Também nota-se uma quantidade significativa de deslocamentos em razão de compras, serviços de saúde e recreação.

Gráfico 3 – Motivo da viagem no destino, Região Metropolitana de Campinas, 2003



Fonte: Emplasa, Pesquisa Origem/Destino, 2003. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Desta forma, também se pode considerar segura a utilização dos dados censitários, pois, ao se investigar mais de perto as características de PEA que realiza mobilidade pendular, estar-se-ia, de alguma maneira, não apenas

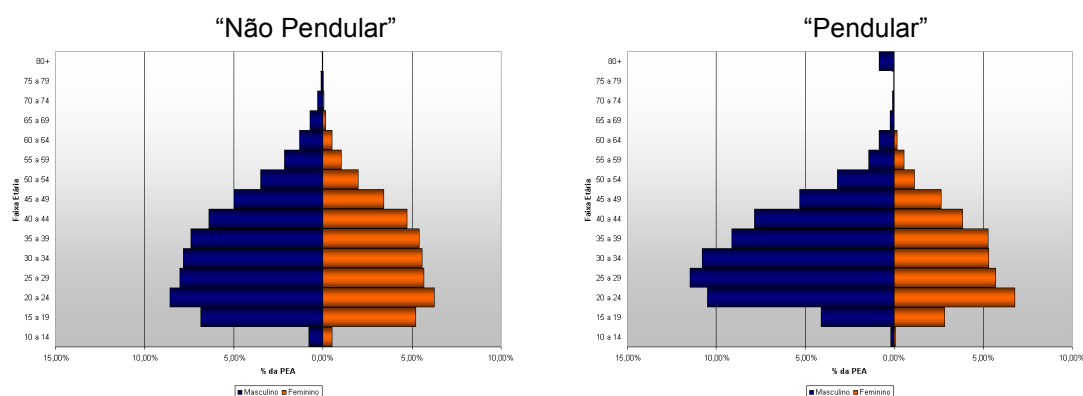
“depurando” a informação censitária para um tipo específico de mobilidade, mas também voltando os olhos para o que talvez seja o fenômeno que melhor espelharia a integração metropolitana: a mobilidade da força de trabalho. Não por acaso, Castells considera a circulação com um dos elementos estruturais da forma e da dinâmica urbana, em particular das regiões metropolitanas, pois permite articular os locais de moradia aos locais de trabalho e consumo (CASTELLS, 1983).

Com efeito, a análise da circulação urbana deve ser entendida como uma especificação de uma teoria mais geral da *troca* entre os componentes do sistema urbano, o que quer dizer, concretamente, que devemos estabelecer o *conteúdo* circulante para poder explicar o tipo de circulação. O conteúdo difere conforme o tipo de *transferência*, quer dizer segundo os elementos da estrutura urbana entre os quais ela ocorre e segundo a *direção*, a *intensidade*, a *conjuntura* que a caracterizam. Em outras palavras, uma análise da circulação [...] coloca em questão as relações entre o conjunto dos elementos da estrutura urbana [...] (CASTELLS, 1983, p.237)

Nesse sentido, é valiosa a comparação entre a população que realiza o deslocamento pendular com aquela que não o realiza, particularmente no caso da população economicamente ativa. Essa comparação pode ser reveladora das circunstâncias objetivas que motivaram parte significativa da população economicamente ativa dos municípios metropolitanos a realizar o deslocamento pendular. Também permite observar em que medida estes dois grupos se distinguem, ou seja, se o deslocamento pendular pode se constituir como um ônus capaz de tornar vulnerável essa população, ou, pelo contrário, se pode tratar-se de uma estratégia da população que o realiza para ter acesso a oportunidades que se encontram em outros lugares do espaço metropolitano. Desse modo, serão comparadas algumas características sócio-demográficas dessas duas populações, buscando-se traçar seu perfil, e em alguma medida, relacioná-lo ao processo de constituição metropolitano.

Observando-se a distribuição por sexo e faixa etária da população economicamente ativa que realiza deslocamento pendular e daquela que não realiza essa modalidade de deslocamento, algumas diferenças marcantes entre essas duas populações vêm à tona.

Gráfico 4 – População por sexo e faixa etária, População Economicamente Ativa, Região Metropolitana de Campinas, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

É possível notar, em primeiro lugar, que a PEA “não pendular” apresenta um maior equilíbrio entre os sexos, ao contrário da PEA “pendular”, que apresenta uma maior proporção de homens.

Em termos etários, a PEA “pendular” é mais concentrada a partir da faixa dos 20 a 24 anos até a faixa dos 30 a 34, a partir da qual as proporções decaem paulatinamente. Tal especificidade de PEA “pendular” sugere uma relação entre este tipo de mobilidade e o ciclo de vida do indivíduo. De fato, não obstante a maior “juventude” daquele que “circula” pela região possa revelar as necessidades (ou oportunidades) de mão-de-obra existentes para grupos específicos da população – ou seja, aquela em idade altamente produtiva –, por outro lado, faz supor que por se tratar de um momento inicial da vida laboral destas pessoas, não haveria maiores entraves para a mobilidade e o enfrentamento dos ônus da maior distância ao trabalho. É interessante observar que o grupo “15 a 19 anos” tem uma participação mais intensa na PEA “não pendular”, o que parece ser coerente com a menor autonomia destes adolescentes ou, no mínimo, menor disponibilidade para deslocar-se na região em função da necessidade de conciliação da atividade produtiva com outras atividades, como o estudo, que, em geral, são desenvolvidas mais próximas da residência.

Nota-se curiosamente, que, entre as mulheres, na maioria dos municípios o grupo de maior concentração na PEA pendular é o dos 20 aos 24 anos, fato que provavelmente exprime as disponibilidades de atividades para este sexo nesta faixa etária, como são os casos da indústria de confecção, o emprego doméstico etc. A relação entre as ocupações mais recorrentes e a população que realiza deslocamento pendular será abordada em um item específico deste trabalho, mais adiante, no qual serão analisados alguns fluxos de deslocamentos pendulares que exprimem distintos processos sociais ocorrendo em âmbito metropolitano. No momento, trata-se apenas de fazer uma distinção mais geral, entre a população economicamente ativa que realiza deslocamento pendular e aquela que não realiza.

As diferenças entre a população “pendular” e a “não pendular” não se limitam à sua composição por sexo e faixa etária. Considerando-se as faixas de rendimento às quais estão inseridas essas populações também é possível notar grandes diferenças. Entretanto, além das diferenças entre essas duas populações, também é possível notar um maior grau de diferenciação no tocante ao município de origem do fluxo, fato que está claramente ligado aos diferenciais socioeconômicos entre os municípios metropolitanos, o que aponta para uma das possíveis causas dos deslocamentos pendulares na região metropolitana.

A seguir compara-se o total de rendimentos brutos da População Economicamente Ativa “pendular” e da “não pendular”, segundo os municípios de residência dessas populações, conforme exposto nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 - População Economicamente Ativa "não pendular" segundo faixas de renda (total de rendimentos brutos), Região Metropolitana de Campinas, 2000

Município de Residência	População Economicamente Ativa "não pendular"					
	Sem Rendimento	Menos de 1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Americana	5,9%	6,0%	37,5%	20,4%	18,8%	11,4%
Artur Nogueira	6,5%	10,0%	45,0%	19,1%	11,3%	8,1%
Campinas	5,6%	4,8%	31,9%	19,3%	20,8%	17,6%
Cosmópolis	9,2%	10,6%	40,0%	18,7%	15,6%	5,8%
Engenheiro Coelho	2,4%	11,7%	55,9%	12,6%	9,8%	7,6%
Holambra	4,5%	5,5%	54,8%	15,1%	10,9%	9,2%
Hortolândia	11,8%	9,2%	39,3%	21,1%	13,3%	5,2%
Indaiatuba	5,9%	7,5%	41,9%	20,4%	14,9%	9,4%
Itatiba	5,3%	7,7%	43,7%	19,7%	16,1%	7,5%
Jaguariúna	4,5%	7,0%	46,2%	22,1%	13,8%	6,4%
Monte Mor	10,4%	11,1%	42,1%	16,6%	14,2%	5,7%
Nova Odessa	8,2%	8,3%	42,4%	20,6%	13,3%	7,2%
Paulínia	7,2%	8,1%	32,3%	22,8%	20,1%	9,6%
Pedreira	3,0%	6,3%	52,8%	17,4%	14,4%	6,1%
Santa Bárbara d'Oeste	8,3%	8,1%	42,6%	19,6%	15,3%	6,0%
Santo Antônio de Posse	5,0%	7,8%	53,8%	16,9%	11,3%	5,2%
Sumaré	9,7%	9,7%	39,6%	19,5%	15,3%	6,2%
Valinhos	5,3%	6,7%	39,3%	19,7%	17,5%	11,6%
Vinhedo	4,5%	7,0%	36,6%	23,3%	18,6%	10,1%
Total	6,3%	6,5%	36,8%	19,7%	18,1%	12,6%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

No caso da PEA “não pendular”, a maior proporção de pessoas está concentrada na faixa de 1 a 3 salários mínimos, com uma média para a RMC de 36,8%. No entanto há diferenciais significativos entre os municípios. Esses diferenciais estão ligados às diferentes estruturas de oportunidades desses municípios, cujos reflexos rebatem diretamente na renda da população. Além disso, nota-se a intensificação das diferenças nos extremos da distribuição, ou seja, entre as pessoas sem rendimento e aquelas com renda superior a 10 salários mínimos. Também é possível notar as profundas diferenças entre a estrutura de renda dos municípios da região metropolitana, com municípios onde ocorre um maior percentual de pessoas com um maior nível de renda, como é o caso de Valinhos, Vinhedo e mesmo Campinas e Americana, e, por outro lado, municípios com um padrão bastante inferior de renda, como é o caso de Hortolândia, Sumaré, bem como municípios pequenos como Cosmópolis, Engenheiro Coelho e Monte Mor, onde a proporção de pessoas sem rendimento ou com ganhando menos de um salário-mínimo era superior à media da região metropolitana.

Em se tratando da PEA “pendular”, nota-se uma distribuição que difere significativamente da tabela anterior, mesmo quando se consideram os diferenciais intrínsecos aos municípios de origem dos fluxos em questão.

Tabela 5 - População Economicamente Ativa "pendular" segundo faixas de renda (total de rendimentos brutos), Região Metropolitana de Campinas, 2000

Município de Residência	População Economicamente Ativa "pendular" (RMC)					
	Sem Rendimento	Menos de 1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Americana	2,3%	1,7%	23,3%	21,8%	27,9%	23,0%
Artur Nogueira	1,8%	2,9%	58,2%	19,2%	11,5%	6,4%
Campinas	2,5%	0,7%	16,6%	17,9%	29,9%	32,4%
Cosmópolis	1,0%	0,5%	22,3%	33,2%	33,1%	9,9%
Engenheiro Coelho	0,0%	3,1%	34,4%	22,7%	23,4%	16,4%
Holambra	0,0%	3,9%	32,2%	25,6%	14,4%	23,9%
Hortolândia	1,8%	3,9%	45,7%	27,8%	17,6%	3,3%
Indaiatuba	5,0%	0,9%	16,6%	18,3%	29,2%	30,0%
Itatiba	7,4%	3,3%	15,1%	13,2%	32,6%	28,3%
Jaguariúna	4,7%	0,0%	16,3%	31,0%	23,1%	25,0%
Monte Mor	1,0%	4,3%	52,6%	24,9%	11,0%	6,1%
Nova Odessa	3,6%	2,3%	31,1%	25,3%	25,2%	12,5%
Paulínia	3,7%	0,9%	28,3%	25,2%	28,2%	13,6%
Pedreira	1,3%	1,6%	22,4%	31,3%	29,2%	14,2%
Santa Bárbara d'Oeste	2,2%	3,2%	40,5%	29,2%	19,0%	5,9%
Santo Antônio de Posse	4,5%	4,5%	40,6%	22,4%	15,7%	12,4%
Sumaré	1,6%	3,2%	46,4%	26,0%	18,1%	4,8%
Valinhos	2,7%	1,2%	18,5%	23,9%	26,9%	26,8%
Vinhedo	5,4%	0,5%	13,7%	18,8%	27,1%	34,5%
Total	2,2%	2,7%	36,5%	25,3%	21,5%	11,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Em linhas gerais, nota-se uma menor proporção de pessoas sem rendimento e com renda inferior a 1 salário mínimo, o que indica que, o fato de poder se deslocar já produz por si só um corte de renda na população analisada. A faixa de 1 a 3 salários mínimos apresenta, assim como no caso da PEA "não pendular", a maior proporção de pessoas, no entanto, um pouco menos concentrada que na tabela anterior (Tabela 4). A população com renda entre 5 e 10 salários mínimos apresenta também uma maior proporção de pessoas, ao contrário do que ocorre no caso da PEA "não pendular". No que diz respeito aos diferenciais de renda entre os municípios de residência, nota-se que estes são ainda mais intensos, particularmente entre a população com rendimento superior a 10 salários-mínimos.

Essas informações acabam por sugerir que, independentemente da forma como a PEA "pendular" se insere no mercado de trabalho, a pendularidade parece ter efeito positivo sobre a situação de renda da PEA regional na medida em que parece incrementar seus níveis de ganhos. No entanto, não se pode perder de vista que muitas das oportunidades que estes indivíduos dispõem somente estariam acessíveis via este tipo de deslocamento. Talvez o caso mais exemplar seja o do emprego doméstico. Se por um lado, o fato de muitas dessas mulheres buscarem este trabalho nos bairros mais abastados, por exemplo, de Campinas, o

que lhes permitiria ganhos maiores que mulheres que permanecessem em ocupações em seus próprios municípios, por outro lado, este diferencial pode ter implicações sobre outras dimensões não menos importantes de suas vidas, como a tempo de descanso, as folgas remuneradas, a intensificação da chamada “dupla jornada”, o cuidado e educação dos filhos etc.

Também vale notar que a melhor condição do trabalhador “pendular” reflita tão somente o seu melhor posicionamento no mercado de trabalho, na medida em que os “desempregados” ou “subempregados” (e, portanto, os de mais baixa ou sem qualquer remuneração) poderiam ter menos motivos (e sequer recursos) para realizarem deslocamentos longos para buscarem algum tipo de ganho.

Nesse sentido, também é interessante apresentar um dado sobre o tempo de residência dos indivíduos que pertencem à PEA e realizam deslocamento pendular. Como se pode notar na Tabela 7, é muito sugestivo o fato de que, na RMC, mais da metade destes indivíduos sejam aqueles que viviam há mais tempo em seus municípios. Além disso, chama ainda mais a atenção que, justamente naqueles municípios caracteristicamente dormitórios, como Sumaré, Hortolândia e Santa Bárbara d’Oeste, a concentração da PEA “pendular” nas durações de residência mais longas é maior, sendo que, nas mais curtas (“menos de 2 anos”) são as que apresentam a menor proporção destes indivíduos. Esse fato, apenas confirma uma suspeita de que para uma melhor inserção produtiva na região, o indivíduo necessita de maior tempo de conhecimento do lugar e de suas oportunidades.

Pode-se dizer que isso seria ainda mais decisivo para pessoas de baixa qualificação já que, no outro extremo, por exemplo, aqueles trabalhadores mais qualificados muitas vezes migrariam para a região com propostas de trabalho cabendo-lhes talvez apenas a decisão de onde morar. Essa hipótese parece encontrar respaldo no fato de que, nos municípios de melhor condição de vida e concentração de população de mais alta renda, como Jaguariúna e Valinhos, se constata as maiores proporções de indivíduos com movimento pendular com tempo de residência reduzido. Aliás, esta questão mereceria um estudo mais aprofundado, pois teria implicações importantes sobre o entendimento do

significado e conseqüências do fenômeno da mobilidade pendular na região que, sabidamente, possui subespaços bem diferenciados em termos socioeconômicos (CUNHA; JIMENEZ, 2006).

Tabela 6 - População Economicamente Ativa com movimento pendular segundo tempo de residência no município, Região Metropolitana de Campinas, 2000

Município de Residência	Tempo de Residência no Município			
	Menos de 2 anos	2 a 4 anos	5 a 9 anos	10 anos e mais
Americana	11,9%	16,6%	15,7%	55,8%
Artur Nogueira	14,3%	28,1%	24,9%	32,7%
Campinas	10,3%	16,8%	13,4%	59,5%
Cosmópolis	10,5%	14,3%	16,8%	58,5%
Engenheiro Coelho	21,0%	20,0%	36,0%	23,0%
Holambra	28,0%	38,7%	16,7%	16,7%
Hortolândia	9,0%	20,6%	25,7%	44,7%
Indaiatuba	17,3%	15,1%	18,1%	49,4%
Itatiba	9,0%	24,2%	17,8%	48,9%
Jaguariúna	22,3%	18,1%	19,5%	40,1%
Monte Mor	11,1%	17,5%	25,6%	45,8%
Nova Odessa	9,2%	20,7%	18,1%	52,0%
Paulínia	20,2%	23,5%	12,4%	43,9%
Pedreira	17,5%	26,9%	4,1%	51,5%
Santa Bárbara d'Oeste	7,7%	13,9%	16,5%	61,9%
Santo Antônio de Posse	14,3%	15,1%	24,1%	46,5%
Sumaré	9,3%	16,4%	22,3%	52,0%
Valinhos	24,1%	21,8%	15,1%	39,0%
Vinhedo	14,7%	24,4%	30,1%	30,8%
RMC	10,6%	18,0%	20,5%	50,9%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Conforme visto anteriormente (Capítulo 3, item 3.2), o fato do deslocamento pendular estar ligado à migração intrametropolitana, com uma proporção significativa dos migrantes intrametropolitanos realizando deslocamento pendular para o município de residência anterior, reforça a idéia de que esta última foi um movimento em função da busca de melhores condições ou oportunidades de moradia e não apenas de emprego. Dessa maneira, o movimento migratório intrametropolitano pode ser entendido como a busca de um melhor posicionamento dentro do espaço metropolitano em termos de moradia e acesso a mercados de trabalho.

Considerando-se a PEA “não pendular” e a PEA “pendular” em termos da condição de ocupação de seus domicílios, nota-se, em 2000, que a PEA “pendular” apresentava quase sempre uma proporção ligeiramente maior de

peessoas com domicílios próprios já pagos ou ainda em pagamento. Ainda assim, os diferenciais entre essas duas populações eram muito pequenos para supor, como Punpuing (1993), que a propriedade de um imóvel seria um dos fatores para diminuir a probabilidade de um indivíduo migrar e aumentar a sua probabilidade de realizar deslocamento pendular.

Tabela 7 - População Economicamente Ativa "não pendular" e "pendular" segundo condição de ocupação de ocupação do domicílio e município de residência, Região Metropolitana de Campinas, 2000

Município de Residência	PEA Não Pendular				PEA Pendular			
	Próprio, já pago	Próprio, ainda pagando	Alugado	Outros	Próprio, já pago	Próprio, ainda pagando	Alugado	Outros
Americana	57,2%	12,8%	22,4%	7,6%	62,9%	10,3%	20,4%	6,3%
Artur Nogueira	64,1%	12,4%	16,8%	6,7%	59,8%	10,8%	25,6%	3,7%
Campinas	58,0%	13,3%	17,1%	11,6%	59,2%	14,7%	18,2%	7,9%
Cosmópolis	64,8%	3,9%	18,0%	13,3%	65,0%	4,5%	20,2%	10,3%
Engenheiro Coelho	57,7%	0,7%	27,7%	13,9%	64,9%	5,0%	23,4%	6,7%
Holambra	46,4%	4,0%	13,7%	35,9%	71,5%	4,1%	7,7%	16,7%
Hortolândia	71,5%	4,8%	12,0%	11,8%	72,6%	7,5%	11,5%	8,4%
Indaiatuba	60,7%	7,5%	20,4%	11,4%	61,5%	8,5%	25,5%	4,5%
Itatiba	53,3%	11,7%	19,5%	15,5%	60,8%	11,5%	26,1%	1,6%
Jaguariúna	47,3%	15,4%	20,6%	16,8%	63,7%	15,0%	14,8%	6,5%
Monte Mor	65,4%	6,1%	13,1%	15,5%	79,7%	4,5%	9,4%	6,4%
Nova Odessa	55,7%	11,5%	21,1%	11,7%	56,8%	15,1%	20,2%	7,8%
Paulínia	46,4%	25,6%	16,7%	11,3%	45,2%	35,9%	12,7%	6,2%
Pedreira	58,3%	17,0%	17,2%	7,5%	68,5%	11,3%	14,4%	5,8%
Santa Bárbara d'Oeste	65,0%	8,5%	18,2%	8,2%	67,5%	6,1%	19,8%	6,7%
Santo Antônio de Posse	51,4%	5,3%	19,1%	24,1%	58,5%	9,8%	20,9%	10,9%
Sumaré	67,7%	6,8%	16,5%	9,0%	68,6%	5,9%	16,8%	8,7%
Valinhos	52,2%	12,6%	16,7%	18,5%	61,4%	10,8%	18,9%	8,8%
Vinhedo	53,5%	12,7%	18,3%	15,5%	69,9%	6,6%	14,4%	9,2%
Total	58,8%	11,7%	17,8%	11,6%	65,8%	9,2%	17,3%	7,7%

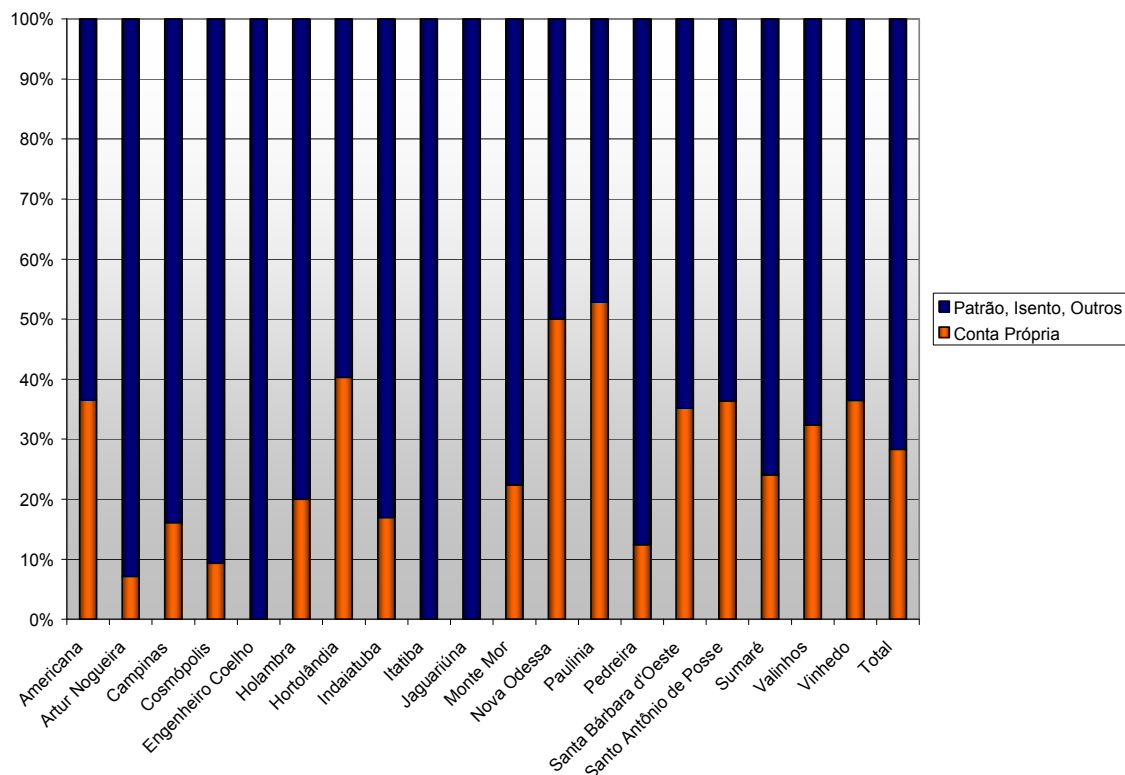
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Além disso, o fato de não pagar aluguel não se reflete necessariamente numa melhoria das condições de vida da população, pois a mesma pode estar residindo em áreas com pouca ou nenhuma infra-estrutura urbana, expondo-se desse modo, a situações de risco que nem sempre compensariam a aquisição da propriedade. Igualmente, considerando-se a diversidade de situações encontradas na região metropolitana, é possível que parte da população tenha optado por aluguéis em áreas com melhor acesso à infra-estruturas sociais, bem com proximidade ao trabalho, de modo que os gastos economizados com transporte possam ser revertidos na melhoria do padrão de vida. Por último, há a situação da ocupação irregular, que é uma realidade na RMC, mas que foge ao escopo deste trabalho, de modo que não será abordada aqui.

Outro fato que aponta para a relativização da importância da propriedade do imóvel residencial, é o fato de que muitas vezes é o empregador que paga o deslocamento de seus funcionários. Desse modo, a economia dos custos de deslocamento pode ser revertida num melhor padrão de habitação, o que nem sempre coincide com a propriedade do imóvel. Os dados da Pesquisa Origem/Destino expostos no Gráfico 5 podem reforçar essa idéia, pois demonstram que a maioria das viagens é paga pelo empregador.

Como foi dito anteriormente, o custo financeiro do deslocamento pendular, ou seja, o preço pago pela passagem bem como o número de viagens diárias é de importância decisiva e pode ter um impacto significativo na renda das pessoas que realizam essa modalidade de deslocamento. Igualmente, o gasto com combustíveis e até mesmo com pedágio, no caso dos utilizadores de transporte individual, desempenha o mesmo papel, representando um custo considerável. A Pesquisa Origem/Destino captou a informação sobre quem paga o custo do transporte ao trabalho, de modo que se pode ter uma idéia da proporção de pessoas que arcam sozinhas com esses custos ou que recebem algum auxílio do empregador para os gastos com transporte.

Gráfico 5 – População economicamente ativa, quem pagou a viagem, Região Metropolitana de Campinas, 2003



Fonte: Emplasa, Pesquisa Origem/Destino, RMC, 2003 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Para o total das pessoas que realizam deslocamento pendular, a viagem é paga em sua maioria (cerca de 70%) pelo empregador. No entanto, são evidentes as grandes variações quanto aos municípios de origem dos deslocamentos, o que certamente acarreta impactos diferenciados nas rendas dessas pessoas. Em Hortolândia, por exemplo, cerca de 60% das viagens são pagas pelo empregador, ao passo que em Sumaré, essa proporção é maior, da ordem de 76%. Em outros municípios aonde o deslocamento pendular também possui uma grande importância, como por exemplo, Santa Bárbara d'Oeste, cerca de 64% das pessoas que realizam deslocamento pendular têm sua passagem paga pelo empregador e em Nova Odessa, cerca de 50%. Paulínia é o único município que

apresenta uma proporção maior de pessoas que realizam deslocamento pendular e pagam por conta própria os custos do deslocamento.

Uma outra questão diretamente relacionada ao custo das viagens e que também possui uma importância determinante para o deslocamento pendular é o tempo gasto durante esse deslocamento. Conforme visto anteriormente (Mapa 1), os fluxos com maior volumes de deslocamentos ocorrem a curtas distâncias, ou quando o sistema viário permite a diminuição do tempo do deslocamento de modo a tornar suportável o deslocamento diário até o destino previsto. Desse modo, a relação entre custo e duração das viagens é um fator determinante para a realização do deslocamento pendular, definindo o “raio de ação” da população que realiza essa modalidade de deslocamento.

A Tabela 8 exibe a duração das viagens segundo o município de residência das pessoas que realizam deslocamento pendular.

Tabela 8 - População Economicamente Ativa segundo duração da viagem e município de moradia, Região Metropolitana de Campinas, 2003

Município de Residência	Duração do Deslocamento				
	Até 15 min.	15 a 30 min.	30 a 45 min.	45 a 60 min.	1 hora ou mais
Americana	25,6%	40,6%	19,1%	9,2%	5,5%
Artur Nogueira	5,1%	30,8%	25,6%	33,3%	5,1%
Campinas	9,0%	29,2%	17,3%	21,6%	22,9%
Cosmópolis	10,0%	52,0%	20,0%	10,0%	8,0%
Engenheiro Coelho	15,0%	45,0%	9,9%	24,9%	5,1%
Holambra	35,3%	35,3%	11,8%	17,6%	0,0%
Hortolândia	6,1%	20,6%	23,9%	22,4%	27,0%
Indaiatuba	14,2%	28,2%	24,2%	9,6%	23,8%
Itatiba	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%
Jaguariúna	0,0%	37,5%	25,0%	37,5%	0,0%
Monte Mor	3,7%	22,0%	16,9%	28,3%	29,2%
Nova Odessa	34,0%	34,0%	6,4%	17,0%	8,5%
Paulínia	15,7%	43,5%	12,2%	28,6%	0,0%
Pedreira	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	59,9%
Santa Bárbara d'Oeste	16,4%	42,5%	22,9%	10,7%	7,4%
Santo Antônio de Posse	31,6%	47,4%	0,0%	21,0%	0,0%
Sumaré	9,8%	22,6%	14,7%	29,5%	23,4%
Valinhos	6,3%	43,7%	10,9%	20,3%	18,8%
Vinhedo	9,5%	44,5%	14,0%	22,4%	9,5%

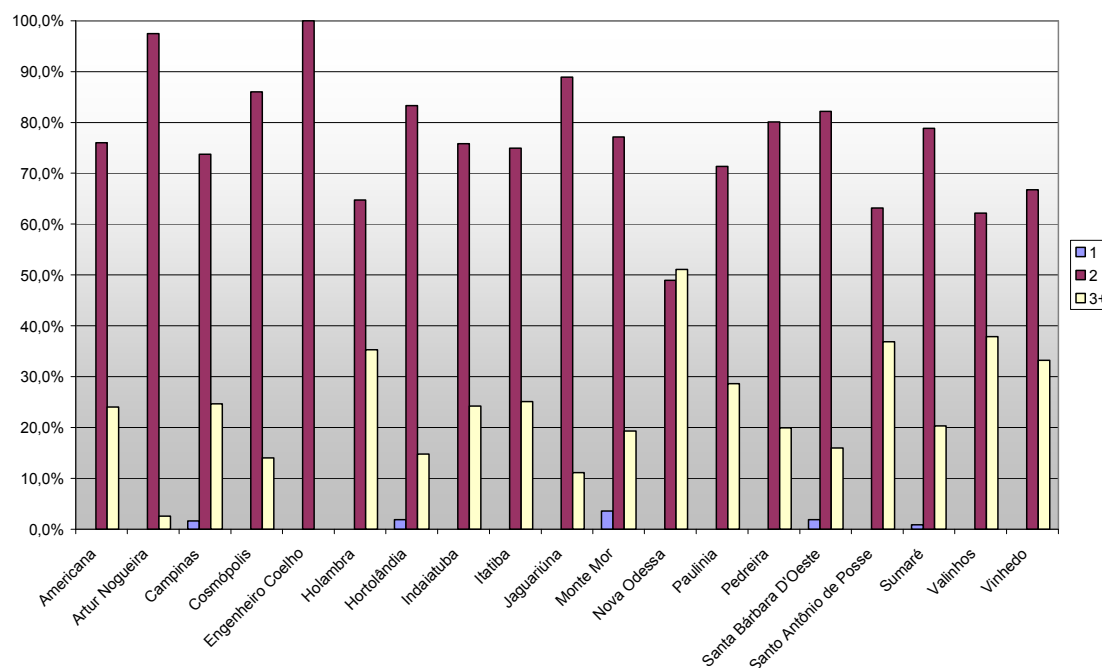
Fonte: Emplasa, Pesquisa Origem/Destino, RMC, 2003 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Nota-se em linhas gerais que a viagem dura até 45 minutos para a maior parte dessa população (cerca de 60%). Contudo, também se percebem

importantes diferenças na duração da viagem quando são observados os municípios de residência. No caso daqueles de onde partem os maiores fluxos, com destino em Campinas, ou seja, Hortolândia e Sumaré, há uma proporção elevada de pessoas (quase 50%) cujo deslocamento demanda mais de 45 minutos, o que leva a crer, se considerarmos que o mesmo tempo é gasto na viagem de retorno ao município de moradia, o tempo de deslocamento total possui um impacto significativo no tempo livre dessas pessoas. Com relação ao município de Santa Bárbara d'Oeste, a proporção de pessoas que gasta mais de 45 minutos se deslocando é bem menor, dada a proximidade com o município de Americana, que é para onde se destina majoritariamente o fluxo pendular.

Considerando-se o tempo gasto com o deslocamento, mais o número de viagens realizadas, pode-se ter uma idéia do tempo total gasto com deslocamento para trabalho dentro da região metropolitana.

Gráfico 6 – Número diário de viagens segundo município de residência, Região Metropolitana de Campinas, 2003



Fonte: Emplasa, Pesquisa Origem/Destino, RMC, 2003 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Em todos os municípios da RMC a maioria da PEA pendular realiza duas viagens por dia, numa proporção sempre superior a 60%, como demonstra o Gráfico 42. A única exceção é o município de Nova Odessa, aonde ocorre uma proporção significativa de pessoas que realizam 3 ou mais viagens diárias. Também são dignos de nota os municípios de Vinhedo, Valinhos, Santo Antônio de Posse, Paulínia, Itatiba, Indaiatuba, Holambra, Campinas e Americana, que apresentam uma proporção superior a 20% da PEA pendular que realiza mais duas viagens por dia. O maior número de viagens diárias nesses municípios provavelmente está relacionado à utilização do automóvel como meio de transporte por um percentual bastante significativo da PEA pendular, conforme exposto no Gráfico 8, mais adiante.

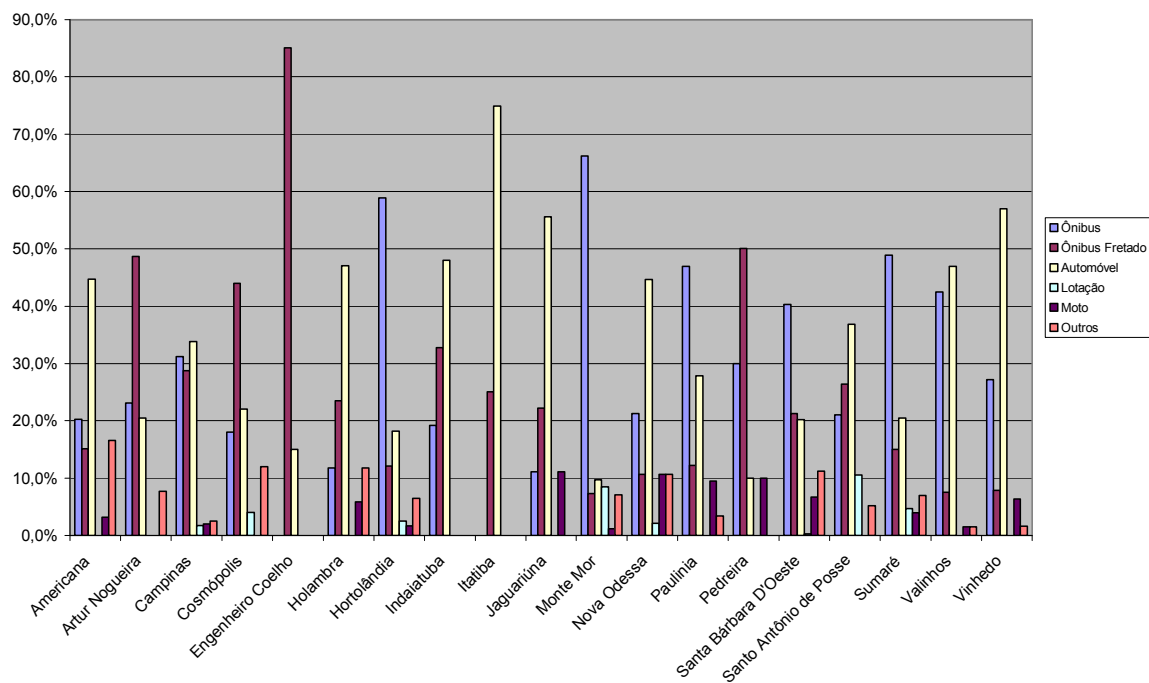
O meio de transporte utilizado se constitui como um fator importante para o deslocamento pendular, pois se relaciona com o tempo gasto no deslocamento e com o número de viagens realizado.

A partir da Pesquisa Origem/Destino, verificou-se que o transporte coletivo por ônibus é predominante em vários municípios da RMC, como Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Hortolândia, Monte Mor, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré. Nesses municípios também há variações importantes quando se observa se o ônibus é fretado ou não. O ônibus fretado pode estar relacionado à uma maior organização dos usuários, face a necessidade de transporte (quando são estes que pagam o transporte) ou simplesmente ao fornecimento de meios de transporte aos empregados por parte do empregador. Os municípios com as maiores proporções de pessoas que se deslocam utilizando ônibus fretados são em geral municípios pequenos, como por exemplo, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho e Pedreira. Por outro lado, Hortolândia, Monte Mor, Paulínia, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré e Valinhos apresentam as maiores proporções de pessoas utilizando ônibus comum.

Já a utilização de transporte individual, ou seja, do automóvel, destaca-se nos deslocamentos a partir de Americana, Holambra, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Nova Odessa, Santo Antônio de Posse, Valinhos e Vinhedo. O

município de Campinas apresenta um equilíbrio entre o transporte por ônibus (tanto o fretado quanto o circular) e o transporte por automóvel.

Gráfico 7 – Meio de transporte utilizado, segundo município de residência, RMC, 2003



Fonte: Emplasa, Pesquisa Origem/Destino, RMC, 2003 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

5 – As oportunidades estão fora do lugar? Estudo de caso de alguns fluxos de deslocamentos pendulares

Neste capítulo serão analisados alguns fluxos de deslocamentos pendulares que ocorrem entre os municípios da RMC. Esses fluxos foram selecionados não apenas pelo seu peso numérico, mas principalmente pela sua composição populacional, pois exprimem exemplarmente o movimento de troca populacional na RMC em função do seu “conteúdo circulante” (CASTELLS, 1983), demonstrando, por conseguinte, a elevada assimetria social da região metropolitana e sua complementaridade, particularmente no que tange à localização das atividades produtivas *versus* o acesso às oportunidades de trabalho.

Nesse sentido, serão analisados 4 fluxos: o deslocamento da PEA ocupada residente em Hortolândia, com emprego em Campinas; o deslocamento inverso, da PEA ocupada residente em Campinas, com emprego em Hortolândia; o deslocamento da PEA ocupada residente em Santa Bárbara d’Oeste, com emprego em Americana; e, o deslocamento da PEA ocupada residente em Valinhos, com emprego em Campinas.

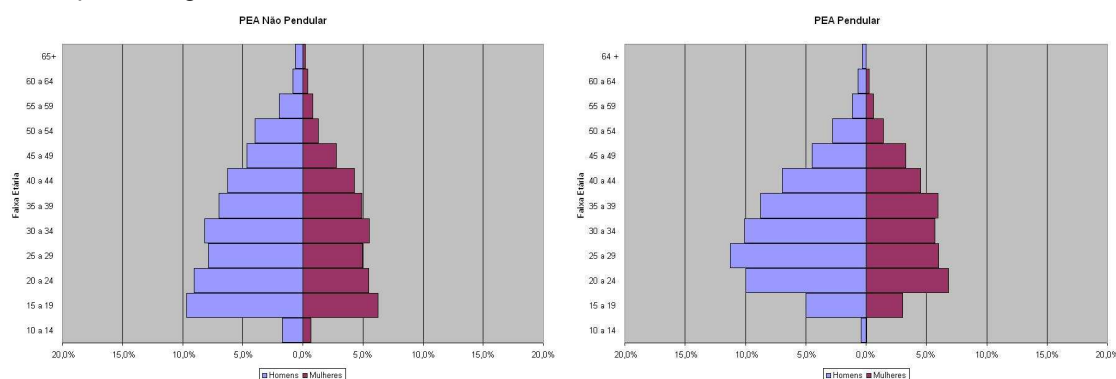
A própria seleção desses fluxos já denota pelo menos quatro processos que ocorrem na RMC (JAKOB; SOBREIRA, 2005), a saber: o surgimento de cidades-dormitório, como Hortolândia, formadas a partir da migração intrametropolitana (vide item 3.2 deste estudo) da população de baixa renda para áreas mais acessíveis, sem perder, contudo, seu vínculo empregatício no município de residência anterior – no caso Campinas – ; a mobilidade de mão-de-obra altamente qualificada a partir de Campinas para os municípios nos quais se instalaram empresas de alta tecnologia; o desenvolvimento de um sub-centro dentro da RMC, representado por Americana e a polarização que exerce sobre os municípios de seu entorno imediato, tais como Santa Bárbara d’Oeste e Nova Odessa; e, por último, mas não menos importante, a constituição de uma cidade-dormitório diferenciada, constituída pela instalação de condomínios de alto padrão em Valinhos.

5.1 – O fluxo Hortolândia – Campinas

O fluxo que parte de Hortolândia com destino à Campinas ilustra bem a mobilidade da população de menor renda e nível educacional em busca de oportunidades de trabalho e melhor rendimento que não se encontram disponíveis em seu município de residência. Segundo Manfredo (2007), o município teve um grande crescimento populacional, sobretudo em função da oferta de lotes para a população de baixa renda e da facilidade de transporte dentro da RMC, o que acabou por atrair uma parcela significativa da migração intrametropolitana.

Diariamente, cerca de 24.436 pessoas partem de Hortolândia para trabalhar em Campinas. Essa população se distingue significativamente da PEA ocupada que trabalha em Hortolândia quanto à sua distribuição por sexo e faixa etária. Dentre as diferenças mais marcantes estão a maior participação masculina (cerca de 60% da população), além de uma maior concentração populacional nas idades mais produtivas, particularmente entre os 20 e 39 anos. No caso da população masculina, a concentração maior é na faixa dos 25 a 29 anos declinando a partir de então, por outro lado, a população feminina apresenta sua maior concentração na faixa dos 20 a 24, variando pouco até a faixa dos 35 a 39 anos, somente a partir daí, passado a declinar. Outra grande diferença da PEA ocupada pendular é a pequena proporção de pessoas na faixa dos 15 a 19 anos, ao contrário da PEA ocupada que trabalha em Hortolândia. Essa diferença reflete a menor autonomia desses adolescentes em termos de mobilidade, sendo que também está ligada a menor oferta de oportunidades de trabalho para as pessoas nessa faixa etária que, a rigor, ainda se encontram em formação escolar.

Gráfico 8 – População Economicamente Ativa Ocupada “não pendular” e “pendular” com destino em Campinas, segundo sexo e faixa etária, Hortolândia, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Em 2000, em Campinas, o setor de atividade que mais emprega a PEA pendular oriunda de Hortolândia era o das indústrias de transformação, que absorve cerca de 17% do total, o comércio/reparação de veículos também aparece em destaque, com 14,8%, seguido pelos serviços domésticos, com 14,3%, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, com 11,3% e a construção civil, com 10,5%. No geral, nota-se que a maior proporção da PEA ocupada pendular está empregada no setor terciário e com baixa especialização.

Tabela 9 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Campinas, segundo setor de atividade, Hortolândia, 2000

Setor de atividade	% da PEA ocupada pendular
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	0,7%
Indústrias extrativas	0,1%
Indústrias de transformação	17,1%
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,5%
Construção	10,5%
Comércio / reparação veículos automotores	14,8%
Alojamento e alimentação	6,4%
Transporte, armazenagem e comunicações	7,6%
Intermediação financeira	1,3%
Ativs imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas	11,3%
Administração pública, defesa e seguridade social	2,7%
Educação	2,4%
Saúde e serviços sociais	4,7%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,1%
Serviços domésticos	14,3%
Atividades mal especificadas	2,5%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais).

Quando observadas as categorias ocupacionais a que pertencem as pessoas que realizam deslocamento pendular, a heterogeneidade entre os sexos torna-se ainda maior. No entanto percebe-se que predominam ocupações de baixa qualificação e remuneração.

Entre os homens, há uma dispersão maior entre as categorias profissionais, de modo que nenhuma delas ultrapassa os 10% do total. Dentre as ocupações mais recorrentes, encontram-se, “trabalhadores de estruturas de alvenaria” (7,5%), “vigilantes e guardas de segurança” (6,7%), “vendedores e demonstradores em lojas ou mercados” (4,2%), “guardas e vigias” (4%), “pintores de obras e revestidores de interiores” (3,6%), “condutores de veículos sobre rodas” (3,3%), “trabalhadores elementares industriais” (3,1%) dentre outros.

No caso das mulheres nota-se claramente uma grande concentração na categoria “trabalhadores do serviço doméstico em geral”, com cerca de 33,4% do total das mulheres do fluxo, seguido por “trabalhadores dos serviços de manutenção e conservação” (9,7%), “vendedores e demonstradores em lojas ou mercados” (6,3%), “cozinheiros” (4,6%), “técnicos e auxiliares de enfermagem” (3,9%), “escriturários, agentes, assistentes e auxiliares administrativos” (3,7%) dentre outros.

Quando se observa a posição na ocupação, nota-se que a PEA ocupada pendular possui uma proporção muito maior de empregados com carteira assinada, bem como trabalhadores domésticos com carteira assinada. Além disso, a proporção de empregados por conta própria é quase um terço da mesma categoria na PEA não pendular.

Tabela 10 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo posição na ocupação, Hortolândia, 2000

Trabalho principal, posição na ocupação	Não Pendular	Pendular
Trab doméstico com carteira de trabalho assinada	2,3%	8,4%
Trab doméstico sem carteira de trabalho assinada	5,1%	5,9%
Empregado com carteira de trabalho assinada	37,7%	62,0%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	22,9%	13,0%
Empregador	1,7%	0,5%
Conta-própria	28,9%	10,0%
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	0,2%	0,1%
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	1,1%	0,1%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,1%	...

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

A despeito da melhor situação da PEA ocupada pendular no que se refere à posição na ocupação, a preponderância de categorias profissionais anteriormente citadas está claramente ligada ao nível educacional da população que se desloca para trabalhar, que, apesar de ser ligeiramente maior que o das pessoas que não realizam deslocamento pendular, apresenta uma menor concentração de pessoas sem instrução e com até 3 anos de estudo, e maiores proporções de pessoas com 4 a 7 anos de estudo, e, especialmente, 11 a 14 anos de estudo.

Tabela 11 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo anos de estudo, Hortolândia, 2000

Anos de estudo	Não pendular	Pendular
Sem instrução ou menos de 1 ano	5,0%	3,4%
De 1 a 3 anos	11,5%	10,1%
De 4 a 7 anos	37,1%	39,0%
De 8 a 10 anos	23,3%	23,1%
De 11 a 14 anos	19,7%	22,3%
15 anos ou mais	2,9%	1,6%
Não determinado	0,6%	0,5%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

O nível educacional acaba por apresentar rebatimentos imediatos no nível de renda dessa população. Ainda assim, a população que realiza deslocamento pendular possui um perfil de renda ligeiramente melhor que o da população que não realiza deslocamento pendular. A PEA ocupada pendular apresenta uma proporção quase nula de pessoas sem rendimento e menos da metade da proporção da PEA ocupada não pendular na faixa com menos de 1 salário-mínimo. Nas faixas intermediárias de renda, a PEA ocupada pendular

apresenta sempre percentuais maiores, sendo que apenas na última faixa, da população que recebe mais de 10 salários-mínimos, é que a PEA ocupada não pendular possui um maior percentual. Levando-se em conta o histórico de migração intrametropolitana para Hortolândia, há de se supor que o maior percentual da PEA ocupada não pendular na faixa acima de 10 salários-mínimos esteja relacionado à melhor adaptação dos antigos migrantes (MARTINE, 1980) ao seu local de residência atual.

Tabela 12 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo faixas de rendimento bruto (em salários mínimos), Hortolândia, 2000

Faixa de Rendimento Bruto	PEA Não Pendular	PEA Pendular
Sem Rendimento	1,3%	0,2%
Menos de 1 SM	10,7%	4,3%
1 a 3 SM	46,1%	50,1%
3 a 5 SM	22,7%	26,4%
5 a 10 SM	14,4%	16,3%
Mais de 10 SM	6,2%	2,7%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

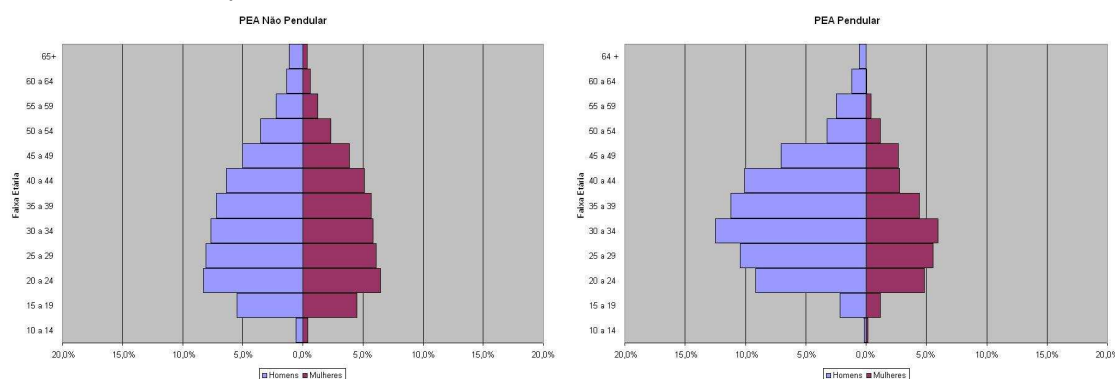
5.2 – O fluxo Campinas – Hortolândia

O fluxo da PEA ocupada, oriundo de Campinas, com destino em Hortolândia, possui características bastante diversas do fluxo estudado anteriormente. Apesar de, em termos de volume, ser um fluxo bem menor (1.868 pessoas), a sua avaliação é importante, pois, representa a mobilidade de uma mão-de-obra com um perfil socioeconômico mais elevado, ou seja, trabalhadores especializados, com melhor nível educacional e de renda.

Nesse sentido, é provável esteja ligado ao processo de desconcentração produtiva a partir de Campinas para os demais municípios da região metropolitana, especialmente no tocante às empresas de alta tecnologia, que passaram a se instalar nos principais eixos viários da região, como a Rodovia Anhangüera, a Rodovia Dom Pedro I e a Rodovia que liga Campinas a Mogi-Mirim. Os municípios presentes nesses eixos viários se beneficiaram mais do recolhimento de impostos dessas indústrias que da geração de empregos propriamente dita, em função do elevado nível educacional da mão-de-obra exigida. Desse modo, Campinas, devido à presença de importantes universidades e centros de pesquisa, além da tradição nessas áreas, passou a suprir parte dessa demanda por profissionais qualificados.

Apesar de seu perfil socioeconômico diferenciado, a PEA ocupada pendular que se desloca de Campinas também apresenta características próprias, quando se observa a sua distribuição por sexo e faixa etária. Ao contrário da PEA ocupada que trabalha em Campinas, a PEA ocupada pendular possui um grande desequilíbrio entre os sexos, apresentando uma proporção muito maior de homens. Além disso, também apresenta diferenças significativas em se tratando de estrutura etária. Entre os homens ocorre uma maior concentração na faixa dos 20 aos 44 anos, destacando-se a faixa dos 30 a 34 anos. Por outro lado, no caso das mulheres, a concentração se dá entre os 20 aos 34 anos, com destaque para a faixa dos 30 a 34 anos.

Gráfico 9 – População Economicamente Ativa Ocupada “não pendular” e “pendular” com destino em Hortolândia, Campinas, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Observando-se as principais categorias ocupacionais da PEA ocupada pendular residente em Campinas e com trabalho em Hortolândia, percebe-se uma profunda diferença em relação ao fluxo inverso, de Hortolândia para Campinas.

Entre os homens, as ocupações mais comuns são: Gerentes de áreas de apoio (7,6%), vigilantes e guardas de segurança (5,9%), almoxarifes e armazenistas (4,3%), técnicos em programação (3,8%), preparadores e operadores de máquinas (3,8), montadores de equipamentos eletro-eletrônicos (3,4%), operadores e instaladores de máquinas de produtos plásticos, borrachas e parafinas (3,2%), técnicos em eletrônica (2,9%), administradores (2,7%), técnicos de controle da produção (2,7%), etc. Em geral, nota-se que, com exceção da categoria “vigilantes e guardas de segurança”, predominam ocupações de nível superior ou com alguma especialização técnica, vinculadas ao emprego industrial.

De fato, quando se observam os setores de atividade que mais empregam a PEA pendular ocupada em Hortolândia, a indústria de transformação concentra quase metade dos empregos, com cerca de 48,8%, seguida pelo setor de serviços, particularmente atividades imobiliárias, além do setor público e de educação, saúde e serviços sociais.

Tabela 13 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Hortolândia, Campinas, 2000

Setor de atividade	% da PEA ocupada
Indústrias de transformação	48,8%
Construção	4,6%
Comércio / reparação veículos automotores	8,8%
Alojamento e alimentação	0,9%
Transporte, armazenagem e comunicações	1,3%
Intermediação financeira	0,6%
Ativs imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas	10,2%
Administração pública, defesa e seguridade social	9,0%
Educação	7,3%
Saúde e serviços sociais	3,7%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,1%
Serviços domésticos	0,8%
Atividades mal especificadas	2,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Essa preponderância do emprego industrial, bem como de serviços com melhor qualificação profissional possui um reflexo direto na posição na ocupação desses trabalhadores. Cerca de 70% da PEA ocupada pendular que trabalha em Hortolândia possui carteira assinada, contra 51%, entre aqueles que residem e trabalham em Campinas. Outrossim, os percentuais de trabalho sem carteira assinada e por conta própria são menores na PEA ocupada pendular, reforçando a idéia de que essa população beneficia-se de vantagens que se encontram fora de seu lugar de residência, ou, dito de outra forma, que possui meios para acessar essas oportunidades, ao contrário da população residente em Campinas.

Tabela 14 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Hortolândia, Campinas, 2000

Trabalho principal, posição na ocupação	Não Pendular	Pendular
Trab doméstico com carteira de trabalho assinada	3,3%	...
Trab doméstico sem carteira de trabalho assinada	3,7%	0,8%
Empregado com carteira de trabalho assinada	51,0%	70,1%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	17,4%	15,5%
Empregador	4,2%	3,9%
Conta-própria	19,1%	8,1%
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	0,5%	0,4%
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	0,7%	1,2%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,1%	...

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Como já era de se esperar, a PEA ocupada pendular proveniente de Campinas possui uma média de anos de estudo bastante superior à da PEA

ocupada não pendular. Isto se dá, sobretudo pela maior participação da população com 15 anos ou mais de estudo e, em menor medida, pela população com 11 a 14 anos de estudo.

Tabela 15 - População Economicamente Ativa "não pendular" e "pendular" com destino em Hortolândia, segundo anos de estudo, Campinas, 2000

Anos de Estudo	PEA não pendular	PEA pendular
Sem instrução ou menos de 1 ano	2,3%	0,9%
De 1 a 3 anos	7,0%	4,1%
De 4 a 7 anos	24,8%	14,5%
De 8 a 10 anos	21,8%	15,0%
De 11 a 14 anos	28,3%	37,0%
15 anos ou mais	15,0%	28,0%
Não determinado	0,6%	0,6%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

O resultado desse acesso às oportunidades fica expresso pelo contraste entre a distribuição dos rendimentos brutos entre a PEA ocupada pendular e a não pendular. No caso da primeira, a proporção de pessoas com rendimentos maiores, especialmente na faixa dos 5 a 10 salários-mínimos e mais de 10 salários mínimos é significativamente maior que entre a PEA ocupada não pendular.

Tabela 16 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Hortolândia, segundo faixas de rendimento bruto (em salários mínimos), Campinas, 2000

Faixa de Rendimento Bruto	PEA Não Pendular	PEA Pendular
Sem Rendimento	1,1%	1,7%
Menos de 1 SM	4,9%	1,3%
1 a 3 SM	33,4%	11,7%
3 a 5 SM	20,3%	19,4%
5 a 10 SM	21,9%	35,2%
Mais de 10 SM	18,6%	30,7%

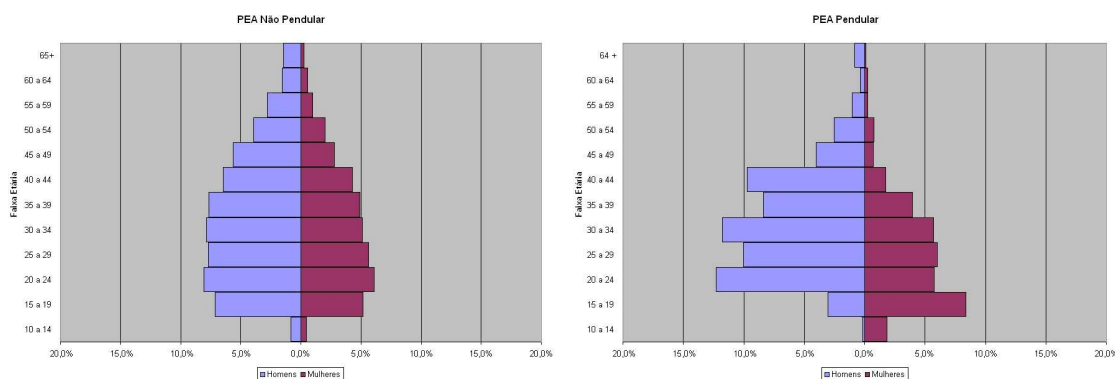
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

5.3 – O fluxo Valinhos – Campinas

Valinhos representa um caso especial dentro da RMC, uma vez que o município tornou-se um repositório de parte da população metropolitana de alta renda que para lá migrou durante a década de 1990 em busca de melhores condições de moradia, particularmente no que diz respeito à segurança e qualidade de vida. Miglioranza (2005) descreve esse processo, demonstrando a relação entre a migração intrametropolitana e o incremento do deslocamento pendular no município de Valinhos, particularmente entre a população residente nos condomínios fechados deste município.

Nesse sentido, é bem provável que esse processo esteja refletido na composição por sexo e faixa etária da PEA ocupada pendular, especialmente quando se observa o elevado percentual de homens realizando deslocamento pendular até faixa dos 40 a 44 anos. No caso da PEA feminina a maior concentração está na faixa dos 15 a 19 anos, caindo bruscamente na faixa seguinte e mantendo-se estável até a faixa dos 30 a 34 anos, quando passa a sofrer reduções novamente.

Gráfico 10 – População Economicamente Ativa “não pendular” e “pendular” com destino em Campinas, Valinhos, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Os setores de ocupação que mais empregam a PEA pendular que trabalha em Campinas são “comércio/reparação de veículos automotores” com cerca de 20,4%, “indústrias de transformação” empregando cerca de 17% da PEA

pendular, “atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas”, com 13,4% e “educação”, com cerca de 10,4% do total.

Tabela 17 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Campinas, segundo setor de atividade, Valinhos, 2000

Sector de atividade	% da PEA ocupada pendular
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	0,4%
Pesca	...
Indústrias extrativas	...
Indústrias de transformação	17,0%
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2,0%
Construção	3,9%
Comércio / reparação veículos automotores	20,4%
Alojamento e alimentação	2,1%
Transporte, armazenagem e comunicações	8,6%
Intermediação financeira	4,6%
Ativs imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas	13,4%
Administração pública, defesa e seguridade social	3,0%
Educação	10,4%
Saúde e serviços sociais	6,9%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5,4%
Serviços domésticos	1,5%
Atividades mal especificadas	0,3%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Considerando-se as ocupações individualmente, nota-se uma maior ocorrência, entre os homens, de ocupações como, “vendedores e demonstradores em lojas ou mercados” (7,3%), “gerentes de produção e operações” (6,9%), “gerentes de áreas de apoio” (6,9%), “representantes comerciais e técnicos de vendas” (4,3%), “mecânicos de manutenção de veículos automotores” (3,2%), “preparadores e operadores de máquinas” (3%), “advogados” (2,7%), “técnicos em telecomunicações e telefonia” (2,5%), “analistas de sistemas” (2%), dentre outros. Entre as mulheres o perfil é outro, aparecendo ocupações como “escriturários, agentes, assistentes e auxs administrativos” (8,4%), “secretários de expediente e estenógrafos” (6,8%), “vendedores e demonstradores em lojas ou mercados” (4,9%), “advogados” (3,5%), “trabalhadores dos serviços doméstico em geral” (3%), “gerentes de áreas de apoio” (3%), “professores do ensino superior” (2,9%), “técnicos e auxiliares de enfermagem” (2,9%) dentre outros. Para ambos os sexos, salvo algumas exceções, as ocupações mais recorrentes são geralmente de nível técnico com alguma especialização ou superior, o que acaba por condicionar a posição na ocupação da maioria dessas pessoas, distinguindo-as

significativamente da PEA ocupada em Valinhos, conforme exposto na Tabela 19, a seguir.

Tabela 18 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo posição na ocupação, Valinhos, 2000

	PEA não pendular	PEA pendular
Trab doméstico com carteira de trabalho assinada	4,2%	0,9%
Trab doméstico sem carteira de trabalho assinada	6,1%	0,7%
Empregado com carteira de trabalho assinada	47,6%	64,2%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	16,3%	14,2%
Empregador	4,5%	6,0%
Conta-própria	19,8%	13,0%
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	0,2%	1,1%
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	1,3%	...
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,0%	...

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

A PEA pendular, ocupada em Campinas possui um percentual significativamente maior de pessoas com carteira assinada, ao contrário da PEA não pendular ocupada em Valinhos. Também é possível notar uma proporção de empregadores ligeiramente maior, além de uma porção muito pequena de pessoas ocupadas como trabalhadores domésticos, com ou sem carteira assinada. Todos esses fatores apontam no sentido de se tratar de uma população com melhor nível socioeconômico, aquela que se desloca para trabalhar em Campinas. No entanto, nenhuma outra informação reflete de forma tão intensa essa hipótese que o número de anos de estudo da população pendular.

Tabela 19 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo anos de estudo, Valinhos, 2000

Anos de estudo	PEA Não Pendular	PEA Pendular
Sem instrução ou menos de 1 ano	3,3%	0,4%
De 1 a 3 anos	10,3%	1,7%
De 4 a 7 anos	32,7%	8,7%
De 8 a 10 anos	21,8%	11,3%
De 11 a 14 anos	24,6%	47,0%
15 anos ou mais	6,8%	30,9%
Não determinado	0,4%	...

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Neste caso, a distinção é bastante evidente, pois mais de 30% da PEA pendular ocupada em Campinas possui 15 anos ou mais de estudo, e 47%, de 11 a 14 anos de estudo, ao contrário da PEA não pendular, que possui uma distribuição mais centrada nas categorias médias, ou seja, na faixa dos 4 aos 14

anos de estudo, além de haver uma significativa proporção de pessoas sem instrução ou com 1 a 3 anos de instrução. A situação descrita parece estar de acordo com Simpson (1987), segundo o qual, a maior capacitação profissional, seja em termos de experiência, seja em termos de nível educacional, acaba por alargar o “espaço de oportunidades” de uma população, e, indiretamente, a sua probabilidade de se mover em busca dessas oportunidades.

Isto parece possuir um reflexo direto nos rendimentos dessas pessoas, que, ganham significativamente mais que a PEA não pendular. A PEA pendular de Valinhos apresenta uma das maiores proporções de pessoas com rendimentos acima de 10 salários-mínimos (34,2%) e uma forte – e crescente – concentração de pessoas com rendimentos a partir da faixa de 1 a 3 salários-mínimos.

Tabela 20 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Campinas, segundo faixas de rendimento bruto (em salários mínimos), Valinhos, 2000

Faixa de Rendimento Bruto	PEA não pendular	PEA pendular
Sem Rendimento	1,6%	1,1%
Menos de 1 SM	7,5%	1,1%
1 a 3 SM	43,2%	14,3%
3 a 5 SM	20,2%	23,0%
5 a 10 SM	17,5%	26,3%
Mais de 10 SM	10,1%	34,2%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

5.4 – O fluxo Santa Bárbara d'Oeste – Americana

O município de Americana apresenta-se como um exemplo de desenvolvimento industrial no interior paulista desde meados do início do século XX, com a constituição do pólo têxtil a partir de 1911. Entretanto, a industrialização desse município teve seu grande impulso na década de 1950, com a construção das rodovias Anhangüera (ligação com Campinas e São Paulo) e Luís de Queiroz (ligação com Santa Bárbara d'Oeste e Piracicaba), cuja importância enquanto *lôcus* de instalação e escoamento da produção industrial permitiu a consolidação e diversificação do pólo industrial americanese (PUPO, 2002).

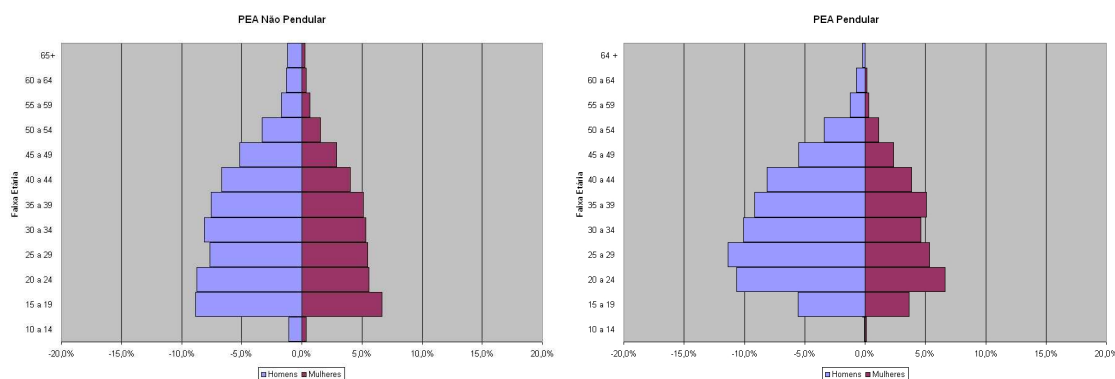
Assim como Campinas, o município de Americana também apresentou um movimento de desconcentração populacional rumo aos municípios de seu entorno imediato, com destaque para Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa, cuja proximidade e facilidade de acesso fomentaram um processo de conurbação. Americana apresenta-se atualmente como um sub-centro dentro da RMC, logo após Campinas, o município-sede.

Apenas a partir de Santa Bárbara d'Oeste, cerca de 16.236 pessoas deslocavam-se diariamente em 2000 para trabalhar em Americana. Essa população, assim como as demais populações pendulares analisadas, possui importantes diferenciais por sexo e faixa etária, sem perder, no entanto, as suas especificidades. Além da preponderância da população masculina entre aqueles que se deslocam de Santa Bárbara d'Oeste para Americana, é possível perceber uma maior concentração nas faixas etárias mais produtivas, particularmente dos 20 aos 34 anos, com destaque para a faixa dos 25 a 29 anos, que apresenta a maior concentração. Entre as mulheres, a situação é bastante diferente, com a maior concentração na faixa dos 20 a 24 anos, declinando na faixa dos 25 a 29 anos e oscilando até a faixa dos 35 a 39 anos, a partir da qual passa a declinar paulatinamente.

Essa distribuição da PEA ocupada pendular difere substancialmente daquela apresentada pela PEA ocupada não pendular, assim como verificado anteriormente. Esta última apresenta uma distribuição mais equânime entre os

sexos e um maior percentual de pessoas jovens, particularmente na faixa dos 15 a 19 anos.

Gráfico 11 – População Economicamente Ativa “não pendular” e “pendular” com destino em Americana, Santa Bárbara d’Oeste, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Como era de se esperar, o trabalho nas indústrias de transformação, capitaneadas pelo pólo têxtil de Americana e suas ramificações em Santa Bárbara d’Oeste é o setor que emprega o maior percentual da PEA. No entanto, a PEA pendular apresenta um maior percentual de pessoas empregadas nesse setor (44,7%), seguido pelo comércio/reparação de veículos automotores e pelos serviços domésticos (o que obviamente apresenta alguma ligação com a maior proporção de mulheres na faixa dos 15 até os 24 anos). Contudo, Santa Bárbara d’Oeste e Americana, devido à forte ligação que possuem, não apresentam grandes diferenças em sua estrutura ocupacional.

Tabela 21 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Americana, segundo setor de atividade, Santa Bárbara d'Oeste, 2000

Setor de atividade	PEA não pendular	PEA pendular
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1,9%	0,4%
Pesca	...	...
Indústrias extrativas	...	...
Indústrias de transformação	35,5%	44,7%
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,6%	0,7%
Construção	9,7%	5,8%
Comércio / reparação veículos automotores	17,8%	12,8%
Alojamento e alimentação	4,4%	3,1%
Transporte, armazenagem e comunicações	3,5%	5,8%
Intermediação financeira	0,6%	0,7%
Ativos imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas	4,5%	6,0%
Administração pública, defesa e seguridade social	3,6%	3,3%
Educação	4,6%	2,6%
Saúde e serviços sociais	2,7%	2,7%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,8%	2,6%
Serviços domésticos	6,3%	8,5%
Atividades mal especificadas	0,3%	0,2%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Quando observadas as categorias ocupacionais individualmente para a PEA ocupada pendular, o trabalho industrial é preponderante entre os homens, destacando-se ocupações como: “outros trabalhadores elementares industriais” (6,6%), “operadores da preparação da tecelagem” (6,2%), “operadores de tear e máquinas similares” (5,9%), “trabalhadores no acabamento, tingimento e estamparia de indústrias têxteis” (4,3%), “trabalhadores de estruturas de alvenaria” (3,7%), “operadores e instaladores de máquinas de produtos plásticos, borrachas e parafinas” (3,7%), “Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados” (3,6%), “mecânicos de manutenção de máquinas industriais” (2,5%), “supervisores da indústria têxtil” (2,4%), dentre outros. No caso das mulheres, conforme esperado, cerca de 23,6% eram “trabalhadores dos serviços domésticos em geral”, sendo que o emprego em ocupações associadas à indústria têxtil também possui destaque, com cerca de 8% das mulheres da PEA pendular trabalhavam como “operadores de máquinas de costura de roupas”. O emprego no comércio também destaca-se, com cerca de 6,8% das mulheres trabalhando como “vendedores e demonstradores em lojas ou mercados” dentre outras ocupações.

Observando-se a posição na ocupação da PEA ocupada, nota-se, assim como nos casos anteriores, que a PEA ocupada pendular apresenta uma situação de maior segurança, com cerca de 70% com carteira assinada e uma proporção reduzida de pessoas trabalhando por “conta própria”, cerca de 7,4%, contra cerca de 21% no caso da PEA ocupada não pendular.

Tabela 22 - População Economicamente Ativa Ocupada "pendular" com destino em Americana, segundo posição na ocupação, Santa Bárbara d'Oeste, 2000

Posição na Ocupação	PEA não pendular	PEA pendular
Trab doméstico com carteira de trabalho assinada	1,8%	3,9%
Trab doméstico sem carteira de trabalho assinada	4,5%	4,6%
Empregado com carteira de trabalho assinada	49,0%	70,2%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	19,5%	12,8%
Empregador	2,8%	0,9%
Conta-própria	21,0%	7,4%
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	0,3%	0,1%
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	1,0%	0,2%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,1%	0,1%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Quando observada a situação ocupacional dessas pessoas, também nota-se uma situação melhor a favor da PEA ocupada pendular, que apresenta uma maior concentração de pessoas com mais anos de estudo, particularmente a partir dos 8 anos de estudo.

Tabela 23 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Americana, segundo anos de estudo, Santa Bárbara d'Oeste, 2000

Anos de estudo	PEA não pendular	PEA pendular
Sem instrução ou menos de 1 ano	2,4%	1,3%
De 1 a 3 anos	10,5%	7,9%
De 4 a 7 anos	36,2%	33,8%
De 8 a 10 anos	23,9%	26,3%
De 11 a 14 anos	22,0%	27,6%
15 anos ou mais	4,6%	2,6%
Não determinado	0,3%	0,4%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

A situação de renda da PEA ocupada pendular também segue o que foi observado nos casos anteriores, com uma melhor situação de renda da PEA pendular. Isto se dá sobretudo nas faixas dos 3 a 5 e 5 a 10 salários-mínimos, o que guarda relações diretas com a estrutura ocupacional dessa população, na qual predominam ocupações técnico-especializadas vinculadas ao trabalho industrial do pólo têxtil americanense.

Tabela 24 - População Economicamente Ativa Ocupada "não pendular" e "pendular" com destino em Americana, segundo faixas de rendimento bruto (em salários mínimos), Santa Bárbara d'Oeste, 2000

Faixa de Rendimento Bruto	PEA não pendular	PEA pendular
Sem Rendimento	1,5%	0,3%
Menos de 1 SM	9,6%	4,0%
1 a 3 SM	48,2%	45,8%
3 a 5 SM	20,7%	29,9%
5 a 10 SM	15,0%	16,9%
Mais de 10 SM	5,1%	3,1%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

Considerações finais

O exame dos deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de Campinas permitiu distinguir a população que realiza essa modalidade de deslocamento daquela que não o realiza. Essa distinção ocorre em função de fatores como, status migratório, faixa etária, sexo, anos de estudo, renda e outras variáveis, como propriedade de imóvel, etc., configurando um padrão de mobilidade altamente seletivo.

Ao contrário do movimento migratório, que envolve uma mudança efetiva no local de residência, com rompimento (ainda que parcial) de laços sociais no local de origem e constituição de novos laços no local de destino, o deslocamento pendular parece ampliar a rede de relacionamentos dos indivíduos, permitindo o acesso a outros espaços e oportunidades sem o ônus do distanciamento permanente do local de origem. Desse modo, desempenha um papel importante enquanto meio para minimizar as limitações do local de residência dos indivíduos.

No entanto, apesar desse efeito dinamizador, o deslocamento pendular não é efetuado por grupos homogêneos de pessoas, mas pelo contrário, está condicionado às diversidades socioeconômicas encontradas no espaço metropolitano. O que se observa é que o deslocamento de pessoas na região metropolitana está intrinsecamente ligado à própria configuração desse espaço, ou seja, os fluxos se constituem em função das características de cada localização, atuando como ligações entre áreas diferentes mas em certa medida complementares. Pode-se dizer que a noção de seletividade espacial proposta por McKenzie (1974) oferece bons subsídios para compreender essa complementaridade entre as localizações dentro do espaço metropolitano. A forte heterogeneidade dos fluxos de deslocamentos pendulares quando se observa a sua composição populacional e socioeconômica pode ser um indicativo da apropriação do espaço por grupos socialmente homogêneos, tal qual propunha esse autor.

A Região Metropolitana de Campinas possui uma densa malha viária, que possibilita a integração e compartilhamento de atividades entre os municípios que

a compõem. Essa integração permitiu articular de forma integrada um parque produtivo bastante diversificado que conjuga a um só tempo a indústria tradicional e a indústria de alta tecnologia, bem como o setor de serviços e agroindústria. No entanto, a despeito dessa integração, ocorrem grandes disparidades econômicas e sociais entre os municípios que compõem a RMC, o que acaba por condicionar o tipo de mão-de-obra necessária nesses municípios. Essa especialização e maior demanda em algumas localizações acabou por motivar os deslocamentos pendulares, que foram facilitados pela integração viária e facilidade de transportes.

Além disso, a ocorrência de movimentos migratórios intrametropolitanos, ocorridos em grande medida devido à dinâmica imobiliária da região, contribuiu para o surgimento de municípios com elevado percentual de sua PEA realizando deslocamento pendular dentro da RMC, como é o caso de Sumaré, Hortolândia, Vinhedo e Valinhos em relação a Campinas, e Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa em relação a Americana. No entanto, esses municípios não são idênticos em termos sociais, particularmente em se tratando de renda. São exemplos claros os municípios de Hortolândia e Sumaré, aonde a renda média é bastante inferior a de municípios como Valinhos e Vinhedo, aonde predominam condomínios de luxo, feitos para uma população que preferiu viver fora dos grandes centros urbanos, sem, contudo, perder o acesso às oportunidades oferecidas por esses centros.

Entretanto, em linhas gerais, a PEA que realiza deslocamento pendular possui um padrão de renda ligeiramente mais elevado que o da PEA não pendular. Essa melhoria se dá, sobretudo pela menor proporção de pessoas sem rendimentos e com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo entre as pessoas que realizam deslocamento pendular. Isso acontece mesmo nos municípios com padrão de renda mais baixo, como é o caso de Hortolândia, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste, dentre outros.

Esse padrão melhor de renda não se repete no caso do nível educacional da população que realiza deslocamento pendular. Neste caso, a heterogeneidade é maior não permitindo uma distinção simples. Pode-se dizer que o melhor padrão de renda da população que realiza deslocamento pendular não se traduz necessariamente num melhor nível educacional. Entretanto, quando se analisam

os fluxos individualmente, nota-se que em alguns casos ocorre uma verdadeira troca de posições, ou melhor, um ajuste às posições condizentes com a realidade objetiva dos grupos envolvidos. Isto se dá de forma extrema nos fluxos entre Campinas e Hortolândia, quando a população de menor nível educacional se desloca de Hortolândia para trabalhar em empregos de menor rendimento em Campinas, e, no sentido inverso, quando a população com melhor nível educacional se desloca de Campinas para trabalhar nas empresas de alta tecnologia e nas indústrias que se instalaram em Hortolândia.

Além disso, a PEA pendular possui uma estrutura etária mais jovem que a da PEA não pendular, o que denota uma associação entre o ciclo de vida da população e a propensão a uma maior mobilidade em função das oportunidades de trabalho. O que se pode dizer, é que, essa população mais jovem estaria disposta a correr mais riscos, e a suportar o desgaste provocado pelas viagens para o trabalho em troca da possibilidade de um maior rendimento. Em última instância, é possível supor que o momento do ciclo vital em que se encontram esses indivíduos poderia desempenhar um papel importante no conjunto das motivações subjetivas quanto à decisão de se deslocar para outro município em busca de trabalho.

Uma questão importante é a forte relação entre o deslocamento pendular da população e a migração intrametropolitana. Essa relação explica em grande parte a gênese e a orientação dos fluxos de deslocamentos pendulares. A migração intrametropolitana pode ser vista como uma mudança de *localização* dentro do *espaço social* metropolitano, por vezes forçosa, provocada principalmente por questões habitacionais. É o que indica a manutenção do emprego no município de residência anterior numa proporção bastante elevada desses migrantes, de modo que, a migração dentro do espaço metropolitano não chega a constituir uma mudança no espaço cotidiano de interações sociais, dos migrantes, mas antes uma ampliação deste espaço. No entanto, essa ampliação não pode deixar de ser vista como uma mudança de posição dentro do espaço social, de modo que, o que se buscou, no caso do migrante intrametropolitano, foi um melhor posicionamento dentro do espaço metropolitano, sendo que este é

dado não apenas em função dos elementos objetivos tais como oferta de emprego e moradia, mas também em termos de elementos inerentes à população que mudou de posição, como demonstra claramente as suas peculiaridades em termos de composição etária e por sexo.

Desse modo, o deslocamento pendular surge como uma *estratégia* (BOURDIEU, 2004), gerada dentro do espaço social metropolitano de modo a possibilitar o acesso de uma parcela da população a um conjunto de bens, ou pelo menos a ampliar a probabilidade de acesso a esses bens, ou seja, permitir o acesso a uma “estrutura de oportunidades” (KATZMAN, 1999.) que é incompleta ou está indisponível para essa população em seu município de residência. Na verdade, a existência dentro de um território relativamente extenso e fortemente integrado, ou seja, o espaço metropolitano propriamente dito, de estruturas de oportunidades diversas, mas não excludentes, pode conduzir o indivíduo a uma maior mobilidade, de modo a poder transitar entre essas diferentes estruturas.

Obviamente que toda estratégia possui um custo. Alguns fatores podem pesar desfavoravelmente para parcelas significativas da população que realiza deslocamento pendular. O tempo de deslocamento é muito importante nesse sentido, pois consome parcelas significativas do tempo livre dessas pessoas, além de gerar desgaste físico e mental. Também é importante ressaltar o custo monetário desse deslocamento, que como foi visto, é pago por uma porção não desprezível dessa população, sendo particularmente oneroso para aqueles de menor renda.

Em suma, o deslocamento pendular constitui não apenas um reflexo da diversidade sócio-demográfica e espacial do espaço metropolitano, mas um importante fator na produção desse espaço, para o qual convergem tanto fatores objetivos, como a estrutura de oportunidades disponível nas diferentes localizações do território metropolitano, quanto subjetivos, como as *estratégias* adotadas e *habitus* gerados por sujeitos socializados dentro do espaço metropolitano.

A mobilidade pendular da população conduz ao entendimento de situações que na maioria das vezes são tratadas de forma separada, como a relação entre

mobilidade espacial com seu efeito de compressão espaço-temporal (HARVEY, 2005) e a mobilidade social, pois, na medida em que se aumentam as possibilidades de deslocamento – e o deslocamento de pessoas propriamente dito – aumentam-se também as possibilidades de interação entre atores e estruturas sociais. Nesse sentido, espaços com diferenças em termos de estruturas de oportunidades, não devem ser entendidos como espaços complementares pura e simplesmente, mas como estruturas espaciais historicamente constituídas e em interação, tal qual descrito por Castells (1983), de modo que dessa interação se produz uma nova espacialidade, dentro da qual, os sujeitos localizam-se e se posicionam em função do *quantum* das diversas formas de capital que dispõem e adotam estratégias para compensar ou maximizar as limitações e vantagens de suas respectivas posições no espaço metropolitano (BOURDIEU, 2004), entendido aqui também como espaço social.

BIBLIOGRAFIA

- ANTICO, Claudia. *Onde morar e onde trabalhar: espaço e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas, 2003. 248f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- AUGÉ, Marc. *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2004.
- BOLLENS, John C.; SCHMANDT, Henry J. *The Metropolis: its people, politics, and economic life*. New York: Harper & Row, 1965.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- _____. *Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista*. In: HOGAN, Daniel Joseph. et al. (orgs). *Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2001. p. 321-348.
- _____. *Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980, 1996*. In: *Textos NEPO 35*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- BALÁN, J. *Migração e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: um ensaio de interpretação histórico-comparativa*. In: *Estudos CEBRAP*, n.5. São Paulo, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. (org) *Efeitos de Lugar*. In: *A miséria do mundo*. São Paulo: Vozes, 1997.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2005.
- BURGESS, Ernest W. *The Growth of the City: an introduction to a research project*. In: In: MCKENZIE, R. D.; BURGESS, Ernest W. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.
- CAIADO, Maria Célia; PIRES, Maria Conceição Silvério. *Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros*. In: Cunha, J.M.P.

- (org.) *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO, 2006.
- CANO, Wilson. *Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil – 1970/95*. In: *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Unicamp, 1998.
- _____. BRANDÃO, Carlos A. (coord). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, finanças e meio ambiente*. Campinas: Editora Unicamp, 2002. 2 vol.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. Migração Pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do município de São Paulo. *Conjuntura Demográfica*, São Paulo, nº 22, p. 15-27, janeiro/março, 1993.
- _____. *Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994. 311p. (Tese, Doutorado em Ciências Sociais).
- _____. *Aspectos Demográficos da Estruturação das Regiões Metropolitanas Brasileiras*. In: HOGAN, Daniel Joseph. et al. (orgs). *Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2001. p. 19-46.
- _____. Jiménez, M.A. Segregação e Acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: Cunha, J.M.P. (org.) *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO, 2006.
- _____, et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.
- _____.; DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito*.

- Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, vol. 17, nº 1/2, janeiro/dezembro, 2000.*
- FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro, 1982.*
- _____. *Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro, 1992.*
- _____. *Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro, 2002.*
- FRANÇA, Júnia Lessa et. al. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola. 14. ed., 2005.
- HOGAN, Daniel J. Crescimento demográfico e meio ambiente. In: *Migrações, meio ambiente e adaptação da população*. Relatório Final do Projeto. Campinas, 1991. p.18-31.
- _____. Quem Paga o Preço da Poluição? Uma Análise de Residentes e Migrantes Pendulares em Cubatão. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu, 1990, v.3, pp. 177-196.
- JAKOB, Alberto E.; SOBREIRA, Daniel P. A mobilidade populacional diária da RM de Campinas: quem são e para onde vão? In: *Anais do 4º Encontro Nacional Sobre Migração*. SC II: Situação atual e perspectivas de investigação das migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, 2005.
- JANSEN, Clifford J. "Some sociological aspects of migration", in J.A. Jackson (Ed.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969, pp. 60-73
- KATZMAN, Ruben. *Activos y Estructuras de Oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social em Uruguay*. Montevideo: PNUD, 1999.
- KAUFMANN, Vincent; BERGMAN, Manfred Max; JOYE, Dominique. Motility: Mobility as Capital. In: *International Journal of Urban and Regional Research*. Volume 28.4. Oxford: Blackwell, 12/2004. pp. 745-756.
- LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: Helio Moura. (Org.). *Migração Interna: Textos Selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, pp.89-114

- NEPO/NESUR. Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2004. (CD-ROM).
- MCKENZIE, R. D. The Ecological Approach to the Study of the Human Community. In: MCKENZIE, R. D.; BURGESS, Ernest W. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.
- MANFREDO, Maria Teresa. *Desigualdades e produção do espaço urbano: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007. (Dissertação de Mestrado, 203 p.).
- MATTEO, Miguel.; TÁPIA, Jorge Ruben Biton. Características da Indústria Paulista nos Anos 90: em direção a uma city region? Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 18, p. 73-93, junho, 2002.
- MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: Helio Moura. (Org.). *Migração Interna: Textos Selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, v.1 , p. 949-974.
- MEYER, Regina; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Edusp, 2004.
- MIGLIORANZA, Eliana. *Condomínios Fechados: localizações de pendularidade. Um estudo de caso no município de Valinhos, SP*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005. (Dissertação de Mestrado, 113 p.).
- MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes; FIRKOWSKY, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos. In: São Paulo em Perspectiva, v.19, n.4. São Paulo: SEADE, 2005.
- NEPO/NESUR. Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2004. (CD-ROM).
- PACHECO, Carlos Américo.; PATARRA, Neide. (org). *Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2000.

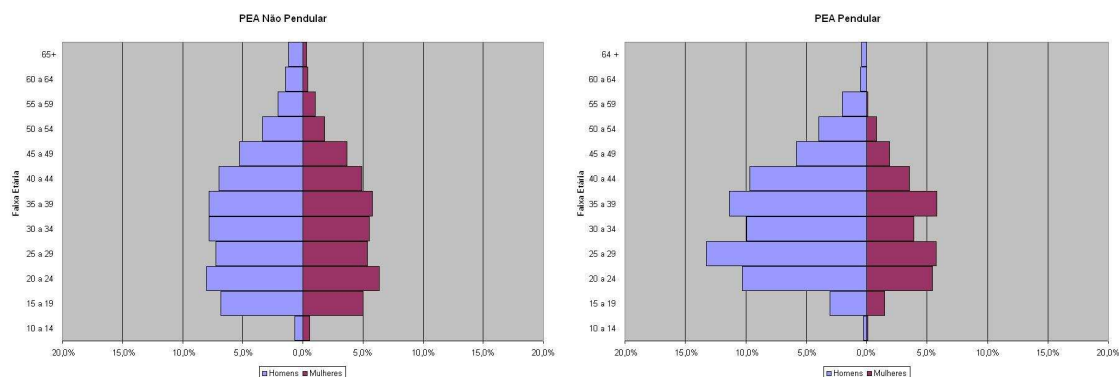
- PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. In: *SOCIUS Working Papers*, n.11. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2004.
- PUPPO, Fernando Vaz. Americana. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coord.). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- PUNPUING, Sureeporn. Correlates of Commuting Patterns: A Case-study of Bangkok, Thailand. In: *Urban Studies*. Vol. 30, No. 3, 1993, pp 527-546.
- RAVENSTEIN, Ernest G. The laws of migration, *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 48, Part II, 1885, pp. 167-227
- RAVENSTEIN, Ernest G. The laws of migration, *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 52, Part II, 1889, pp. 241-301
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz.; LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, nº 1, v. 18, p. 144-154, janeiro/março, 2001.
- SEMEGHINI, Ulisses C. *Do Café à Indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
- SIMPSON, Wayne. Workplace Location, Residential Location, and Urban Commuting. In: *Urban Studies*. Vol. 24, 1987, pp. 119-128.
- SINGER, Paul. *A economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SOBREIRA, Daniel Pessini. Subsídios para o estudo dos deslocamentos pendulares nas regiões metropolitanas paulistas: São Paulo, Campinas e Baixada Santista. In: *Anais do 4º Encontro Nacional Sobre Migração* ST 4: Retorno, circularidade e rede dos movimentos migratórios Rio de Janeiro, 2005.
- _____. A Metrôpole e Seus Deslocamentos Populacionais Cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. In: *XII Encontro Nacional da ANPUR*. Belém, 2007.
- TASCHNER, S. P.; BOGUS, L. M. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.

- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.
- ZIMMERMANN, G.; SEMEGHINI, U. C. Estudo de caso: Campinas. In: IE/Unicamp. Explosão urbana no Estado de São Paulo – 1970-1985. Campinas, v. 2, 1988. (Relatório Final de Pesquisa).

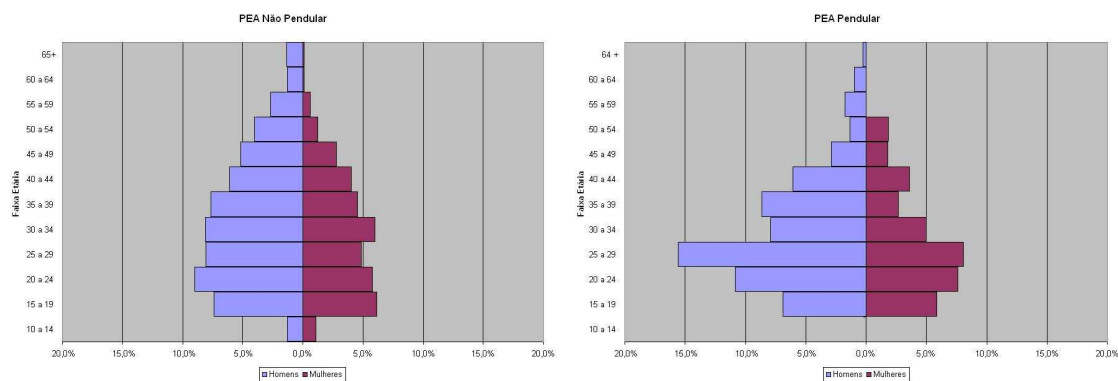
ANEXOS

Anexo 1 – População Economicamente Ativa “não pendular” e “pendular”, Pirâmides Etárias dos municípios da Região Metropolitana de Campinas.

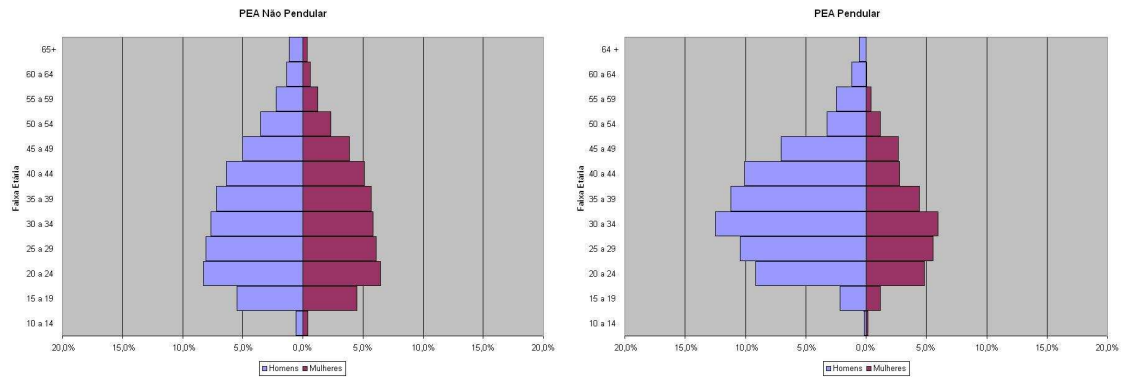
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Americana, 2000.



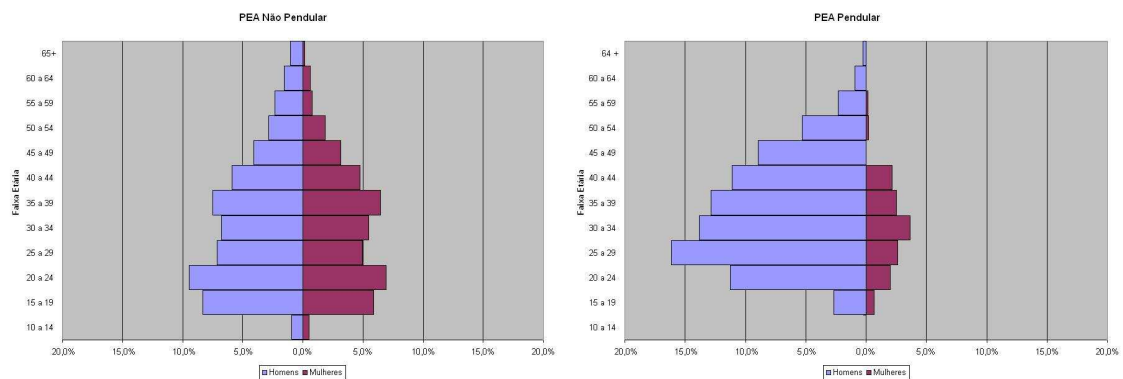
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Artur Nogueira, 2000.



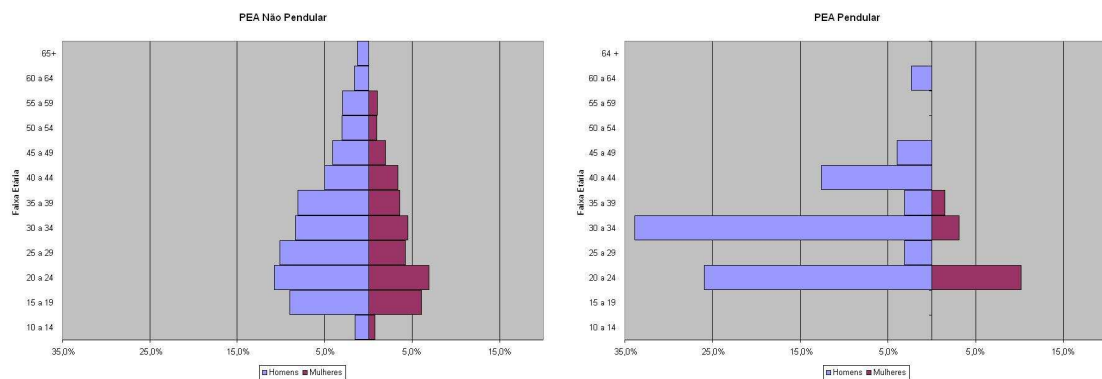
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Campinas, 2000.



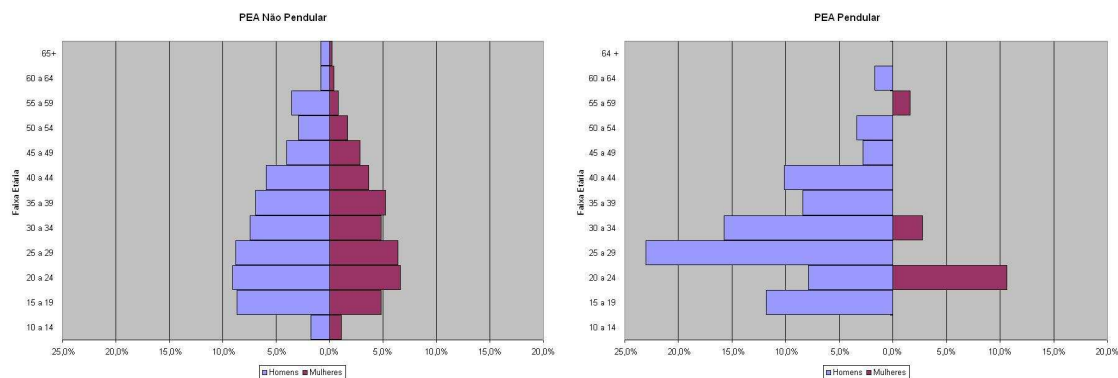
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Cosmópolis, 2000.



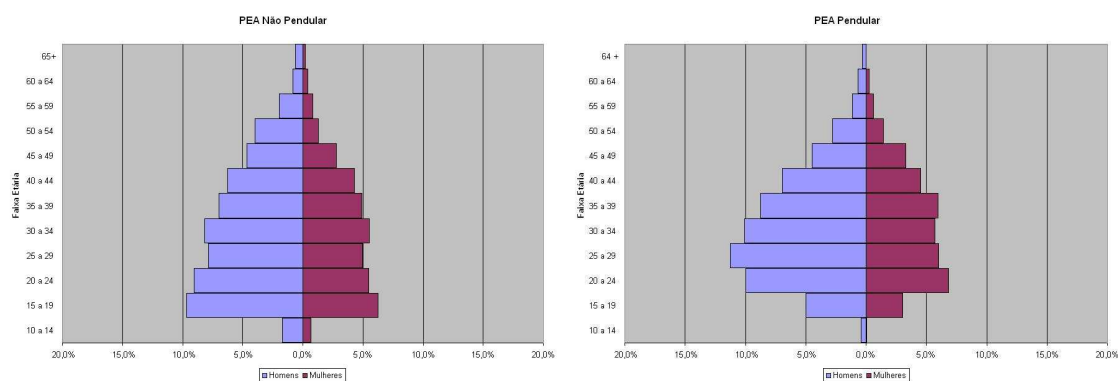
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Engenheiro Coelho, 2000.



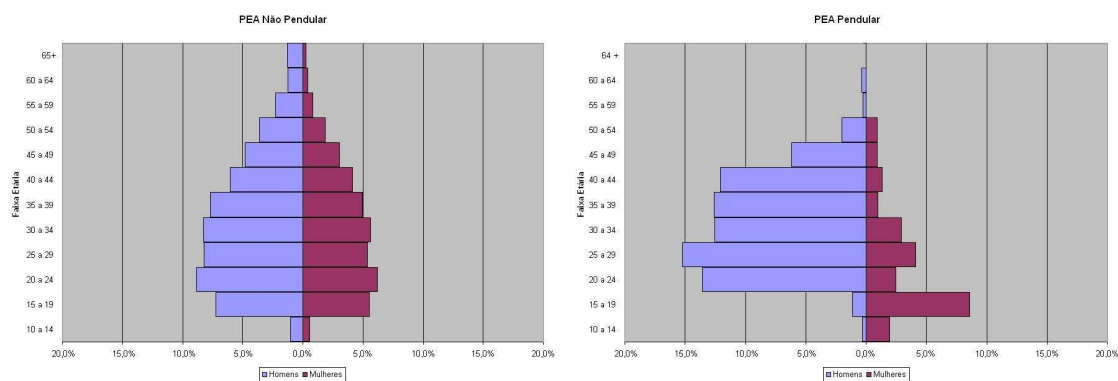
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Holambra, 2000.



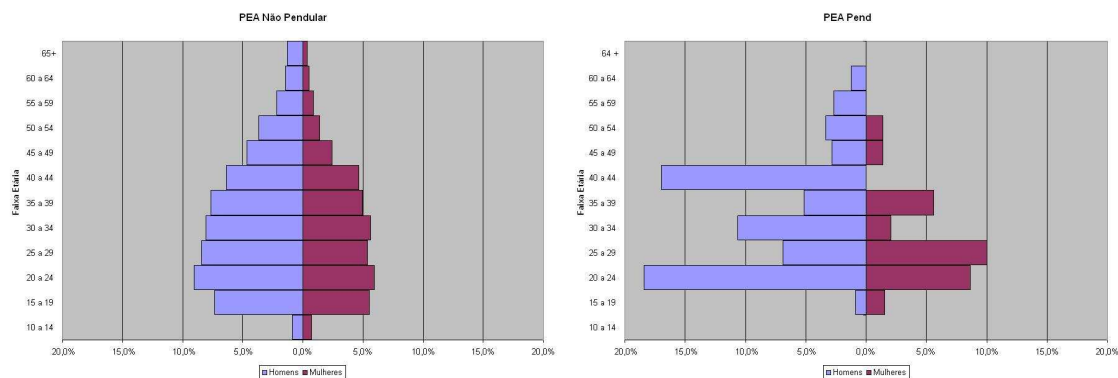
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Hortolândia, 2000.



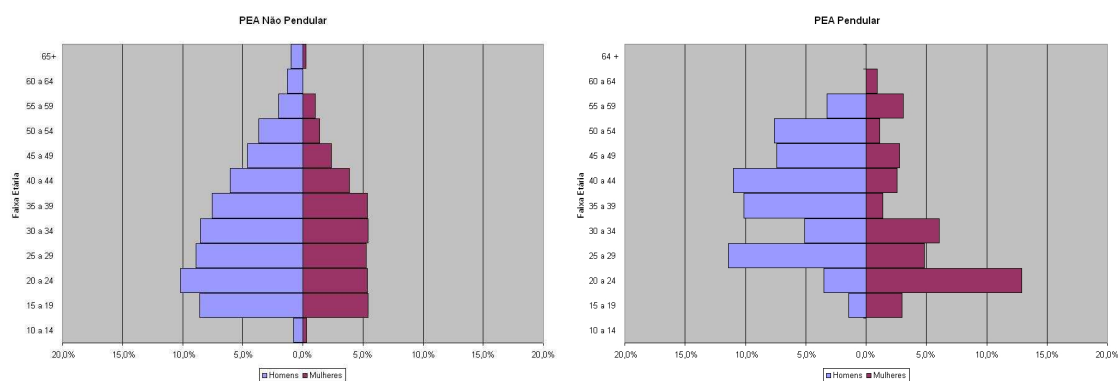
PEA “não pendular” e “pendular”, e não pendular segundo faixa etária e sexo, Indaiatuba, 2000.



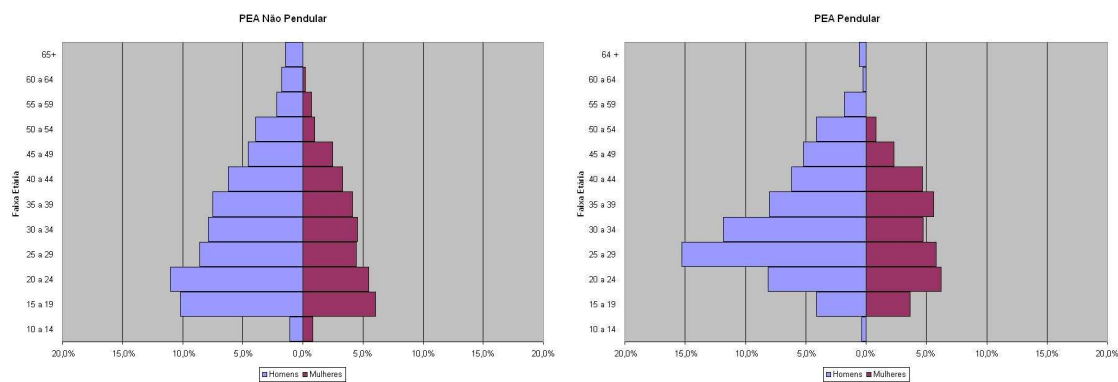
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Itatiba, 2000.



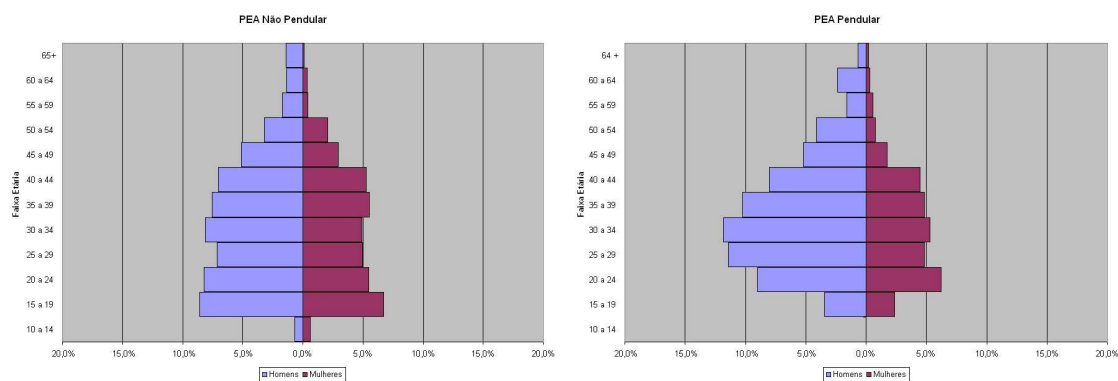
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Jaguariúna, 2000.



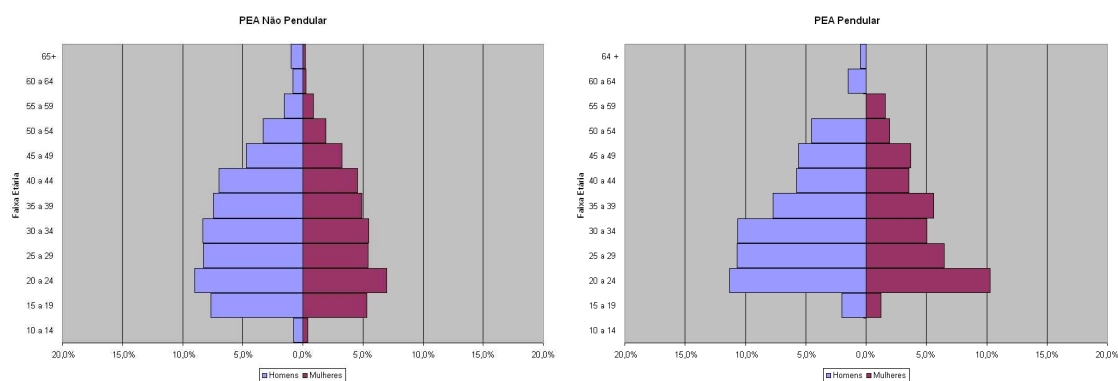
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Monte Mor, 2000.



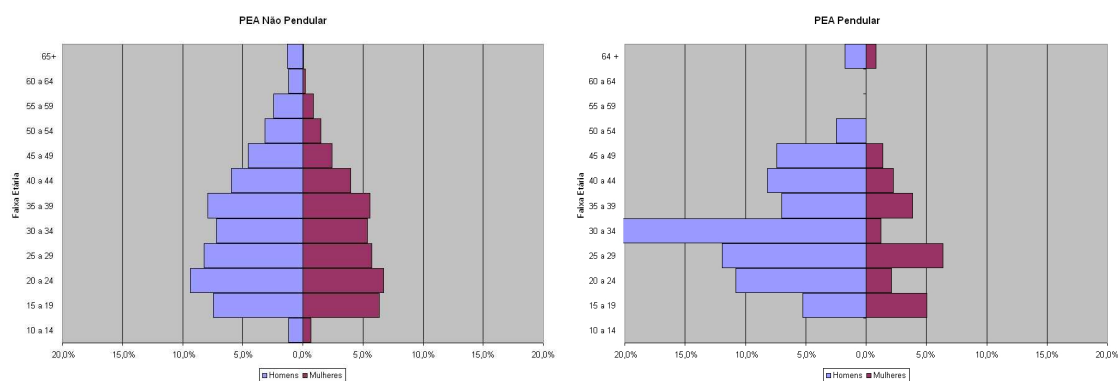
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Nova Odessa, 2000.



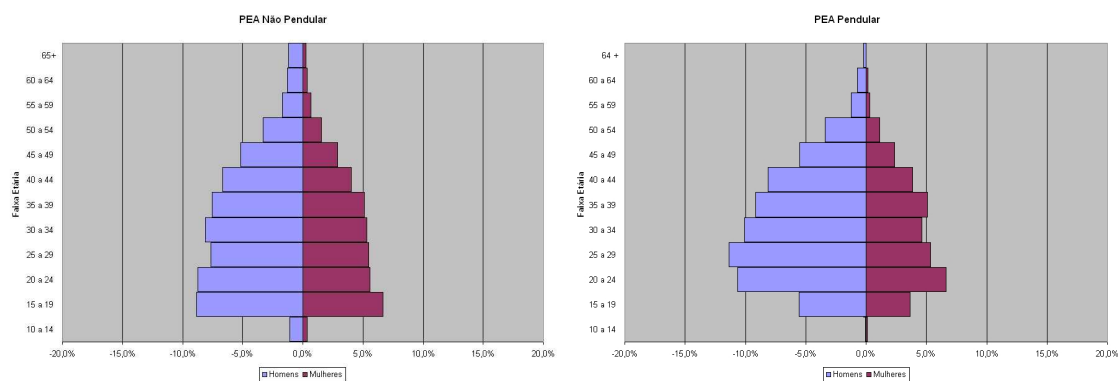
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Paulínia, 2000.



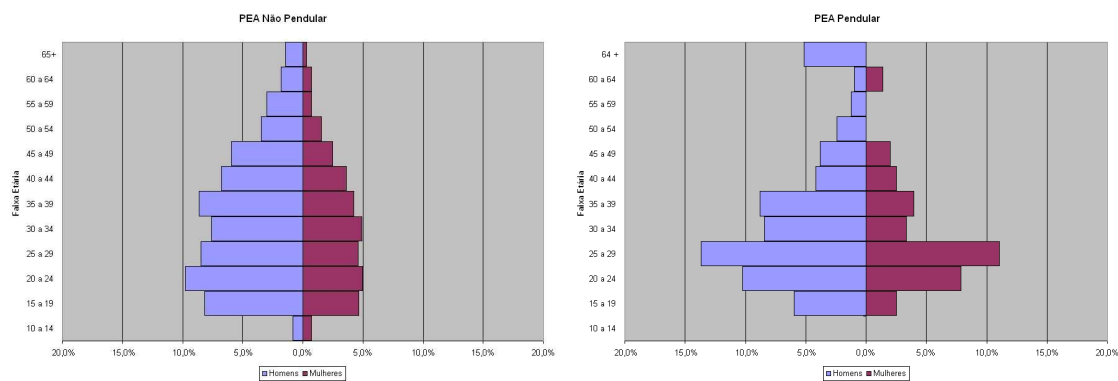
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Pedreira, 2000.



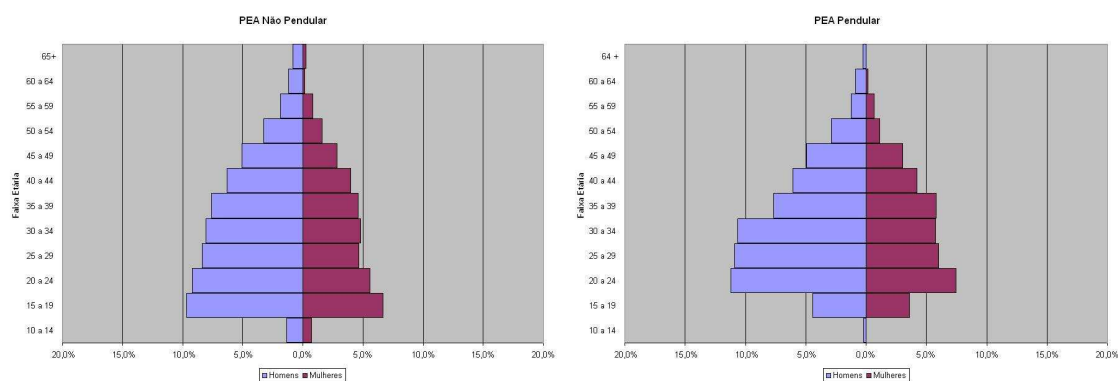
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Santa Bárbara d’Oeste, 2000.



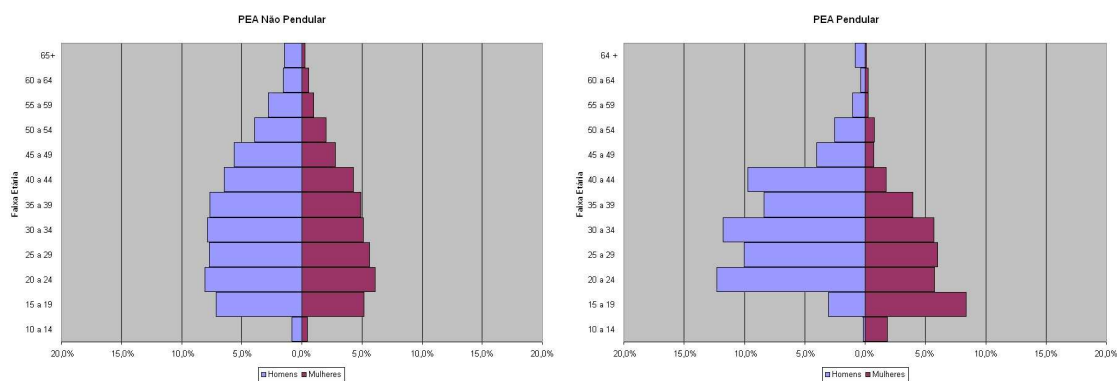
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Santo Antônio de Posse, 2000.



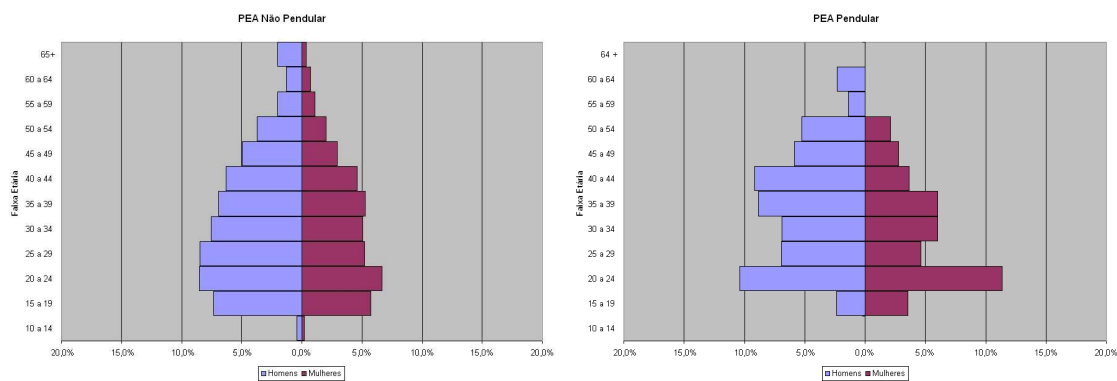
PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Sumaré, 2000.



PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Valinhos, 2000.



PEA “não pendular” e “pendular”, segundo faixa etária e sexo, Vinhedo, 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

ANEXO 2 – Tabulações selecionadas

2.1 População segundo município de residência e município de trabalho/estudo, Região Metropolitana de Campinas, 1980.

	Município Trabalha/Estuda																			
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmopolis	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariuna	Monte Mor	Nova Odessa	Paulinia	Pedreira	Santa Barbara d'Oeste	Santo Antonio de Posse	Sumare	Valinhos	Vinhedo	RMSP	RMBS	Interior SP	Outra UF
Americana	0	8	1.104	38	5	8	0	0	607	86	8	1.117	0	614	17	5	309	11	1.731	69
Artur Nogueira	0	0	89	60	0	0	262	0	0	31	0	0	4	0	0	0	28	3	270	7
Campinas	338	20	0	88	268	244	132	172	51	2.904	60	73	15	3.683	3.381	414	3.208	131	3.062	738
Cosmopolis	19	493	220	0	4	4	45	0	0	2.090	0	0	0	27	8	0	46	17	126	35
Indaiatuba	0	0	1.935	5	0	13	0	25	0	0	4	0	0	39	33	4	218	4	603	27
Itatiba	6	0	256	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	26	4	216	0	469	58
Jaguariuna	0	0	384	0	0	8	0	0	0	4	105	0	9	11	10	4	28	0	135	12
Monte Mor	0	0	758	0	22	0	0	0	0	9	0	0	0	158	8	0	43	0	170	26
Nova Odessa	1.352	0	369	9	4	4	5	12	0	35	0	187	0	600	12	0	56	7	148	24
Paulinia	8	4	519	35	12	4	14	0	5	0	0	0	0	12	19	0	44	4	39	27
Pedreira	4	0	243	0	0	4	179	0	0	0	0	0	0	0	3	4	36	0	411	20
Santa Barbara d'Oeste	8.666	12	372	21	15	5	0	4	108	16	0	0	0	330	0	0	175	20	1.396	57
Santo Antonio de Posse	0	5	101	0	0	6	342	0	0	0	68	4	0	0	6	0	40	0	291	11
Sumare	479	8	11.933	8	66	9	17	36	136	382	4	59	0	0	125	24	544	21	532	72
Valinhos	0	4	1.932	0	3	36	4	0	0	20	0	4	0	44	0	734	218	12	284	37
Vinhedo	0	4	304	0	0	13	0	0	0	0	0	5	0	8	402	0	64	4	277	9
Total	10.872	558	20.519	264	399	358	1.000	249	907	5.581	249	1.449	28	5.526	4.050	1.193	5.273	234	9.944	1.229

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

2.2 População segundo município de residência e município de trabalho/estudo, Região Metropolitana de Campinas, 2000.

Município Trabalho/Estuda																											
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmópolis	Engenheiro Coelho	Holambra	Hortolândia	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariuna	Monte Mor	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Santa Barbara d'Oeste	Santo Antonio de Posse	Sumaré	Valinhos	Vinhedo	RMBS	RMSP	Neste município	Não Trab/Estuda	Interior SP	Outra UF	Outro País	TOTAL
Município Atual																											
Americana	0	0	1.574	19	0	0	167	37	0	41	31	1.867	159	35	3.015	0	824	17	18	32	627	111.743	59.517	2.554	221	93	182.593
Artur Nogueira	64	0	298	267	212	1.374	0	0	0	64	0	8	183	0	8	205	14	0	0	11	53	19.238	10.735	348	42	0	33.124
Campinas	514	39	0	183	11	35	2.038	628	445	1.734	497	69	2.891	48	134	22	1.788	4.218	1.526	111	5.828	617.502	320.592	7.231	1.036	277	969.396
Cosmópolis	45	236	585	0	31	35	9	0	0	18	0	0	2.717	0	15	0	82	9	0	30	203	22.758	17.093	430	67	0	44.355
Engenheiro Coelho	0	711	18	24	0	11	0	0	0	0	6	0	19	0	0	0	0	0	0	5	24	8.500	3.089	244	26	0	10.033
Holambra	0	11	80	4	0	0	0	0	0	79	0	0	13	0	0	19	15	0	0	12	5.194	1.724	52	13	0	7.211	
Hortolândia	105	0	25.782	11	0	17	0	48	0	341	275	77	485	0	18	0	2.728	492	108	7	640	65.161	55.006	1.023	164	34	152.523
Indaiatuba	29	0	2.655	13	0	0	69	0	19	26	41	0	42	0	0	7	45	132	41	0	1.377	91.189	49.528	1.669	93	75	147.050
Itatiba	5	0	463	0	0	0	17	14	0	0	0	0	26	0	0	0	34	91	99	8	665	53.149	25.315	1.259	42	11	81.197
Jaguariuna	0	0	808	0	0	139	5	0	0	0	0	0	55	60	0	0	70	0	7	0	80	17.834	10.153	322	40	0	29.597
Monte Mor	0	0	2.660	0	0	0	294	34	0	0	0	0	38	0	0	0	76	68	22	10	72	19.647	14.115	281	22	0	37.340
Nova Odessa	2.688	0	538	0	9	0	100	0	11	42	8	0	82	0	79	0	1.106	69	9	9	187	22.159	14.559	348	55	13	42.071
Paulínia	33	19	2.129	140	0	0	29	21	0	0	23	0	0	0	0	0	188	23	22	0	156	33.156	15.018	270	84	17	51.326
Pedreira	17	0	284	0	0	0	0	0	10	453	0	0	9	0	0	0	0	0	8	9	46	22.693	11.314	375	0	0	35.219
Santa Barbara d'Oeste	19.105	0	784	50	0	0	27	19	0	0	12	1.176	153	0	0	0	544	7	12	30	524	86.301	58.746	2.453	127	9	170.078
Santo Antonio de Posse	0	5	184	0	0	0	491	0	0	0	266	0	0	0	21	0	0	0	0	0	52	10.440	6.375	284	6	0	18.124
Sumaré	1.728	0	23.428	21	0	0	2.329	111	15	170	120	2.474	1.318	10	191	8	0	310	78	10	817	91.514	70.613	1.235	176	44	196.723
Valinhos	25	0	4.373	0	0	0	106	64	220	38	10	0	70	0	7	0	52	0	2.882	8	842	47.455	28.095	855	50	21	82.973
Vinhedo	9	0	1.142	0	0	0	8	48	41	10	8	0	9	0	11	0	58	1.088	0	0	1.231	28.788	13.826	920	19	21	47.213
TOTAL	24.367	382	67.785	732	262	2.102	5.202	1.022	762	3.283	1.030	5.671	8.265	174	3.478	328	7.554	6.523	4.631	281	13.438	1.372.421	783.413	22.153	2.274	616	2.338.148

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

2.3 Migrantes intrametropolitanos no período 1975-1980 (Município de residência anterior *versus* tempo de residência menor que 5 anos)

	Município de residência em 1975																			São Paulo sem espc	Fora do Estado
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmopolis	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariuna	Monte Mor	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Santa Barbara d'Oeste	Santo Antonio de Posse	Sumare	Valinhos	Vinhedo	RMSP	RMBS	Interior SP		
Município Atual																					
Americana	0	15	820	21	16	4	19	57	317	16	4	444	0	257	8	16	2.861	143	15.311	1.565	5.985
Artur Nogueira	25	0	115	145	6	0	185	0	0	19	22	0	18	0	0	7	298	0	1.231	94	1.166
Campinas	1.038	91	0	205	690	304	514	237	144	481	262	149	202	767	1.079	240	20.081	1.340	46.100	5.359	59.069
Cosmopolis	58	241	609	0	12	0	50	0	0	379	9	44	9	80	29	0	635	82	1.443	223	1.648
Indaiatuba	38	0	1.227	0	0	0	20	85	4	6	0	3	0	46	56	59	3.108	49	4.552	395	5.124
Itatiba	43	0	271	8	0	0	0	0	0	19	0	7	0	4	229	27	1.276	37	2.650	154	1.889
Jaguariuna	4	62	630	4	14	20	0	0	4	30	123	0	153	37	74	0	330	3	843	142	653
Monte Mor	8	0	650	0	141	0	76	0	35	16	0	98	4	176	57	50	498	60	1.112	199	648
Nova Odessa	2.145	0	223	22	53	4	32	23	0	13	0	116	0	556	18	4	585	0	2.463	178	1.603
Paulínia	90	0	1.475	174	0	11	0	0	54	0	40	3	0	69	25	0	514	23	1.314	212	1.943
Pedreira	0	0	223	0	28	4	161	8	0	0	0	0	16	48	0	0	320	0	1.408	95	1.303
Santa Barbara d'Oeste	7.106	29	326	12	58	11	9	77	139	20	4	0	0	104	40	16	1.257	17	9.560	912	4.846
Santo Antonio de Posse	0	13	90	7	46	4	245	6	0	4	27	0	0	5	15	0	137	16	763	95	463
Sumare	615	0	14.020	49	179	16	84	295	365	439	31	128	8	0	266	32	5.310	259	10.052	1.294	13.698
Valinhos	13	0	1.825	7	59	198	67	39	0	20	45	68	23	72	0	488	1.269	81	2.708	177	3.270
Vinhedo	56	21	280	0	62	31	0	27	7	4	3	0	0	11	534	0	584	16	1.814	171	1.444
TOTAL	11.239	472	22.784	654	1.364	607	1.462	854	1.069	1.466	570	1.060	433	2.232	2.430	939	39.063	2.126	103.324	11.265	104.752

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

2.4 Migrantes intrametropolitanos no período, 1986-1991 (Data Fixa).

	Município de Residência em 1986															
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmopolis	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariuna	Monte Mor	Nova Odessa	Paulinia	Pedreira	Santa Barbara dOeste	Santo Antonio de Posse	Sumare	Valinhos	Vinhedo
Município Atual																
Americana	.	.	356	.	13	70	.	.	483	.	.	562	.	362	4	.
Artur Nogueira	32	.	133	276	.	27	585	.	.	.	7	.	34	75	.	.
Campinas	504	.	.	197	482	277	251	223	66	454	100	57	16	899	1.050	169
Cosmopolis	71	204	489	.	20	.	2	.	24	302	.	.	.	85	17	.
Indaiatuba	76	.	761	7	.	8	15	156	.	.	.	.	.	59	.	34
Itatiba	.	24	13	.	.	.	.	.	.	22	.	10	.	.	111	44
Jaguariuna	19	87	821	.	.	.	.	.	.	25	122	.	256	49	24	20
Monte Mor	13	.	1.701	.	19	.	.	.	.	6	.	12	.	374	.	19
Nova Odessa	1.472	11	196	.	.	38	.	35	.	78	.	141	.	545	.	.
Paulinia	120	.	1.439	137	.	39	.	56	17	.	.	.	92	156	14	.
Pedreira	.	.	157	.	.	.	24	.	.	.	.	.	23	36	.	.
Santa Barbara dOeste	7.644	.	233	36	.	.	.	34	180	81	.	.	.	161	.	.
Santo Antonio de Posse	12	2	153	.	11	.	202	.	.	4	24	.	.	28	.	.
Sumare	899	.	16.269	22	46	8	29	292	1.026	149	.	191	.	.	270	88
Valinhos	.	17	1.069	42	24	92	42	89	.	7	61	28	10	97	.	311
Vinhedo	60	.	164	.	73	72	.	99	.	.	13	.	.	21	497	.
TOTAL	10.922	345	23.953	718	688	630	1.149	984	1.795	1.128	327	1.001	431	2.948	1.987	684

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)

2.5 Migrantes intrametropolitanos no período 1995-2000 (Data Fixa).

	Residência em 31/07/1995																		
	Americana	Artur Nogueira	Campinas	Cosmópolis	Engenheiro Coelho	Holambra	Hortolândia	Indaiatuba	Itatiba	Jaguariúna	Monte Mor	Nova Odessa	Paulínia	Pedreira	Santa Bárbara d'Oeste	Santo Antônio de Posse	Sumaré	Valinhos	Vinhedo
Americana			783	27			90	58			47	568	89		3.524	9	389		
Artur Nogueira	107		276	464	322	612	55	13	13				173			52	172		
Campinas	650	50		218	8	11	1.285	856	354	260	362	105	385	145	289	162	2.000	1.334	746
Cosmópolis	16	81	212			21			29	15			285			70	7		
Engenheiro Coelho	30	78	28	4			110	12			8		3				22		5
Holambra		40	189	33				3		118				7		68			
Hortolândia	167	10	10.008	10		25		19	17	35	267	7	87		56		2.565	136	
Indaiatuba	208		1.601	9		18	44		10	37	111				40		157		106
Itatiba	11		364					15			22			8				174	42
Jaguariúna	41	9	758	29		6							45	100		68			
Monte Mor			1.103	21			346					54			7		211	35	
Nova Odessa	1.083		172				119		9		10				441		845	35	9
Paulínia	52	38	1.368	292			84	21	8	34					79	7	294	25	
Pedreira	45		274				36		49	115					6	7			7
Santa Bárbara d'Oeste	3.929	56	200	49			48	11			32	151	84				194	19	
Santo Antônio de Posse		58	175			26				106							53		
Sumaré	850		6.597	7			979	107		66	287	700	250		227	17		162	40
Valinhos			2.876			8	64	50	89	33		10			45	11	254		899
Vinhedo	9		716				11	90		26		9	9					429	
Total	7.198	420	27.700	1.163	330	727	3.271	1.255	578	845	1.146	1.604	1.410	260	4.714	471	7.163	2.349	1.854

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP)